



Kruschiov: Coexistência Pacífica é o Único Caminho da Humanidade Para Evitar a Morte Atômica

Íntegra do discurso pronunciado por N. Kruschiov no Soviote Supremo da URSS, que o leitor encontrará no suplemento especial que acompanha esta edição.

Ano das crises e do CGT

Na oitava página os leitores encontrarão duas análises sintetizadas dos acontecimentos do ano lido em duas frentes de lutas das mais importantes: a política e a sindical. Na revista política estão comentadas com maior destaque as sucessivas crises governamentais. No balanço elaborado pelo dirigente sindical Roberto Moreira, estão fixados principalmente o surgimento do CGT e as greves gerais de julho e setembro.

NOVOS RUMOS

ANO IV — Rio de Janeiro, semana de 11 a 17 de janeiro de 1963 — N. 204

O movimento camponês em 62

Neste momento em que tanto se discute reforma agrária, ligas camponesas, ebulição social no Nordeste, é interessante verificar o que de mais importante aconteceu no movimento camponês durante 1962. Deste assunto trata o artigo de Rui Facó (6.ª página), que resume e tira algumas conclusões das tendências do movimento camponês no ano passado.

13º: Pagamento (já!) Integral ou Greve

- Bancários estão com dispositivo grevista montado
- 6 horas nos bancos com descanso aos sábados
- Telegrafistas paralisarão as comunicações em todo o País
- Rodoviários: ônibus e lotações da Guanabara ficarão nas garagens
- Têxteis levam patrões à Justiça do Trabalho
- Gráficos fazem levantamento das empresas que não cumprem a lei.
- Barnabés organizam a luta e poderão parar

Reportagens na 2ª pág.

NÃO em Massa Enterrou o Ato Adicional

Nação Votou Contra Entreguismo e a Favor Das Reformas de Base

O NÃO em massa ao Ato Adicional, contra os resultados do plebiscito do dia 6, é uma contundente derrota imediata para o entreguismo e a defesa do status quo. O plebiscito não apenas sustentou uma campanha sistemática quer contra o plebiscito em si, recomendando a abstenção, quer pela sobrevivência do golpe branco de 1961, através do "sim". Os papéis foram cuidadosamente divididos: se Herbert Levy e Amarel Peixoto trabalhavam pela abstenção, Ademar de Barros e Nelson Carneiro defendiam o "sim" de maneira ostensiva. Já está, porém, o julgamento, das urnas: comparecimento maciço do eleitorado e maioria arrasadora pelo NÃO. Na Guanabara — cujo Governo cumpre o papel de centro das manobras antidemocráticas e autoritárias — a margem de abstenção foi menor ainda que nas eleições de outubro. Em São Paulo, apesar do "sim" do emergimento Ademar de Barros, o NÃO alcançou a esmagadora proporção de 82% dos votos. E assim, em torno dessa média, nos demais Estados. O povo brasileiro rejeitou o Ato Adicional com uma decisão que não admite a mais ligeira sombra de dúvida.

Dúvidas também não podem existir quanto ao verdadeiro significado desse NÃO vigoroso e maciço. O que se levava ao julgamento do povo não era simplesmente essa ou aquela forma de Governo, mas a política que deve prevalecer e ser posta em prática em nosso País. Em essência, foi este o problema proposto ao eleitorado: deve ser mantida uma política que, fruto de um golpe antidemocrático, se baseia na espoliação do Brasil pelos trustes internacionais, na conservação do latifúndio e de privilégios para uma minoria parasitária, enquanto o atraso e a inflação aumentam a carestia e os sofrimentos para as grandes massas? Ou, ao contrário, devemos tomar os rumos de uma nova política, patriótica e progressista, que nos liberte efetivamente da subordinação ao imperialismo e promova, de fato, as reformas de base há tanto tempo reclamadas e já perfeitamente maduras? Esta, fundamentalmente, a opção que se ofereceu ao povo brasileiro na consulta eleitoral do último dia 6.

E o voto popular foi claro, incisivo e veemente: a esmagadora maioria da sociedade brasileira, particularmente nos grandes centros urbanos, considera que a política preconizada pelos entreguistas e rea-

cionistas, e, em geral, pelos políticos conservadores tipo Herbert Levy e Amarel Peixoto, não tem mais cabimento no Brasil. O que se impõe, com urgência, é não mais que mantenha-se no campo da democracia, a estrutura econômico-social do País e que, antes de mais nada, ponha termo ao saque a que estamos submetidos pelo imperialismo norte-americano.

A vontade do povo foi expressa nas urnas. Enterrou o Ato Adicional, investe-se o sr. João Goulart — sem ter de esperar por mais nenhuma manobra protelatória dos que foram derrotados — dos poderes que considerava indispensáveis para dirigir o País. Tem agora, portanto, o que lhe faltava. E mais: sabendo com exatidão o que dele reclama, clara e vigorosamente, o grosso da Nação.

O que resta, pois, é cumprir a vontade de nosso povo. E isso significa programar, sem delongas e de maneira concreta, a realização das reformas de base e, para assegurá-la, constituir um Governo realmente identificado com as aspirações nacionalistas e progressistas do povo. Isto é, com a resolução das urnas. Esse é o caminho que se abre diante do sr. Goulart. Os milhões de votos indiretamente dados ao seu nome estão indissolúvelmente ligados à pregação e ao compromisso das reformas de estrutura, dos princípios essenciais do movimento nacionalista e democrático, que figuram, por sinal, no programa do PTB, o partido do presidente da República.

Não se pode esperar, entretanto, que as forças repudiadas no plebiscito ensarquem as armas. Nem que deixem de manifestar-se as tendências à conciliação e ao compromisso por parte do próprio sr. João Goulart, como, aliás, sugerem certas especulações em torno da formação do Ministério, em que aparecem nomes inaceitáveis para o povo, como os dos srs. Carvalho Pinto, Amauri Kruehl e Tancredo Neves. Por isso mesmo, as correntes nacionalistas e democráticas, que venceram uma importante batalha, não podem nem de longe considerar que venceram a guerra. A mobilização e a ação dessas forças — com os trabalhadores à frente — devem precisamente intensificar-se, a fim de que a vitória do plebiscito dê os seus frutos naturais: uma política e um governo nacionalistas e democráticos.

A unidade das forças patrióticas e populares impõe-se à reação no plebiscito. Deve agora impor-se no momento de ser formado o ministério do sr. João Goulart.

Ministro provocação

Seria uma insensatez comparar-se o "Jornal do Brasil" a "O Globo" em matéria de reacionarismo. Enquanto "O Globo" é fundamentalmente reacionário, o "Jornal do Brasil" é essencialmente conservador, mas suas manifestações de reacionarismo são episódicas. Esta semana, no entanto, o "Jornal do Brasil" revelou para uma forma de reacionarismo das mais grosseiras: o anticomunismo. Chegou ao ponto de deturpar grosseiramente o pensamento do ministro da Justiça, sr. João Mangabeira, atribuindo-lhe declarações que o ministro desmentiu.

Referindo-se ao boato, surgido na própria imprensa burguesa, de que o sr. Francisco Julião ia ser expulso do Partido Socialista Brasileiro, JB atribuiu (8 de janeiro) ao sr. João Mangabeira estas palavras: "As acusações sem fundamento (contra Julião) partem covardemente de um partido que está há muito fora da lei".

O único partido político no Brasil tornado ilegal pela reação é o Partido Comunista. Assim, JB pretende lançar João Mangabeira, um democrata provado, um socialista, na posição reacionária dos anticomunistas. Ouído por NOVOS RUMOS, João Mangabeira repeliu energicamente as declarações que lhe atribuiu o "Jornal do Brasil". Jamais as fez. Nem poderia faz-las. JB revelou assim vergonhosamente para a área pantanosa em que chafurdam os cavalos marinhos.

COMEÇOU A DUBLA DE PAGAMENTO

o SALÁRIO MÍNIMO

Dezenas de empresas estão se recusando a pagar seus empregados segundo os novos níveis do salário mínimo, repetindo-se, assim, os mesmos acontecimentos dos anos anteriores. Demissões, protelações ou recusa pura e simples estão sendo usados pelos patrões, além de outros recursos igualmente odiosos e desonestos, inclusive a mutilação do salário real, com descontos fictícios. Entre os comerciantes ou abuso se manifesta de maneira mais flagrante, quer com a dispensa de centenas de empregados, quer com o recurso de fazer o funcionário firmar recibos que não correspondem à quantia paga. Nas empresas que mantêm empregados diaristas, as irregularidades foram denunciadas logo à primeira semana de janeiro.

Prevenindo-se contra o esbulho, o Sindicato dos Bancários já está instruindo seus associados para que não recebam seus vencimentos caso estes não correspondam ao mínimo profissional estabelecido, que é o equivalente ao salário mínimo vigente, acrescido de 15%.

Essas irregularidades se repetem periodicamente tão somente porque o Ministério do Trabalho não age com o necessário rigor, não fiscaliza, como é da sua obrigação, o cumprimento da lei que instituiu os novos níveis salariais e, estranhamente, ainda impede que as entidades sindicais executem essa tarefa moralizadora.



Plano Trienal: Alternativa Para Uma Nova Política Econômico-Financeira no País

"Nota Econômica", na 3ª página

CONGRESSO DAS MULHERES DA AMÉRICA: APOIO DAS MULHERES BRASILEIRAS

Texto na 3ª página

ANIVERSÁRIO DE PRESTES: COMEMORAÇÕES POPULARES NO RIO E EM SÃO PAULO

Leia na 3ª página

Operários da Ishikawajima: Fim da Greve só Com Readmissão Dos Delegados Sindicais

Texto na 2ª página

Fidel Responde a Kennedy: Cuba Esmagará Qualquer Invasão

Leia na 4ª página



Primeiras Greves do Ano São Pelo Pagamento do 13.º

Banqueiros, telegrafistas e rodoviários da Guanabara já estão com seus dispositivos de greve montados e esta poderá eclodir a qualquer momento caso essas categorias profissionais não sejam atendidas no pagamento do 13.º salário. Entre esses grupos profissionais a insatisfação é maior, mas existem outras categorias onde o não cumprimento da lei 4.090, por parte dos patrões, poderá causar manifestações de profundidade equivalente.

BANQUEIROS MOBILIZADOS

Os dirigentes dos bancários já reuniram suas comissões sindicais e líderes de piquetes, para traçar a tática de luta. No caso dos empregados em estabelecimentos bancários, um outro motivo de insatisfação veio juntar-se ao não pagamento do 13.º salário: o acréscimo de meia hora de trabalho diário, para compensar o não funcionamento dos bancos aos sábados. Acontece que nos últimos dias de dezembro o funcionamento dos bancos aos sábados foi proibido por lei, caducando, automaticamente, o acordo anterior, com o que não se conformam os empregados.

Isso aumentou a insatisfação entre os bancários, mas é ainda o 13.º salário que poderá levá-los à greve. A grande decisão virá hoje à noite. Grandes são as possibilidades da deflagração da greve, pois, mais tarde, os banqueiros anteciparam o pagamento da gratificação anual, a fim de transformá-la no 13.º salário, e quando que a gratificação propriamente dita foi sumariamente cortada.

Um elemento adicional deverá influenciar a deci-

são dos bancários: o pagamento do salário profissional, que está mês já deverá ser feito na base do novo salário-mínimo, acrescido de 15%. Prevenindo-se contra a resistência dos patrões, a massa bancária tomará posição de luta.

TELEGRAFISTAS

A luta dos telegrafistas se apresenta como a segunda mais importante, apesar de, numericamente, a categoria ser considerada pequena. Tal como os bancários, já traçaram os seus planos de luta, aguardando-se apenas a realização de uma assembleia, dia 14 próximo, para a decisão final.

O problema dos telegrafistas tem alguma semelhança com o dos bancários: habituados a todo fim de ano a receberem uma gratificação, constante de acordo, em 1962 foram surpreendidos com o não pagamento desse benefício. Da mesma forma que os bancários, as empresas telegráficas alegam que o 13.º salário revoga automaticamente o pagamento de essa gratificação.

A greve dos telegrafistas terá caráter nacional, e já teria sido deflagrada, não fosse a realização do plebiscito.

RODOVIÁRIOS

Entre os empregados das

empresas de ônibus e locações da Guanabara não é menor a indignação pelo não recebimento do 13.º salário. Sintomaticamente, o não cumprimento da lei 4.090 ou seu cumprimento mutilado ocorreu precipitando-se nas maiores empresas que têm maior número de empregados.

A decisão final dos rodoviários também deverá sair hoje, tendo-se como certo que se traduzirá na realização de greves isoladas em cada empresa. Para os líderes dos rodoviários, foi muito difícil conter os motoristas, fiscais e trocadores, que desde os últimos dias de dezembro pretendiam fazer greves, algumas, inclusive, consumadas.

TEXTÉIS E GRÁFICOS

Quanto aos têxteis, seus dirigentes sindicais já entraram na Justiça do Trabalho com representações

contra os empregadores, dos quais exigem o cumprimento de um acordo específico sobre o 13.º salário. Por esse documento, firmado em dezembro último, e em prazo de vigência o 13.º salário dos têxteis representaria mais que um salário mensal. Em algumas empresas de fiação e tecelagem o trabalho foi paralisado.

Finalmente, os gráficos. A maioria das empresas insiste em pagar apenas 1/12, e o Sindicato recomenda que seus associados não aceitem o 13.º salário mutilado.

A entidade sindical dos gráficos já fez um levantamento das empresas recalcitrantes, contra as quais agirá no TRT. O mesmo caminho será usado para resolver o problema das empresas que tradicionalmente pagavam abono de fim de ano em suspensão com a aprovação do Decreto 4.090.

Previdenciários querem sindicato e direito de greve: «SE «BARNABÉ» TAMBÉM É PROLETÁRIO, DEVE LUTAR COM AS ARMAS DO OPERÁRIO»

Aumento de vencimentos, pagamento da taxa do risco de vida, readaptação e reenquadramento do pessoal beneficiado pelo art. 23, da lei 4.069, são as metas da luta em que os previdenciários vão se empenhar a partir dos próximos dias, e cujo sinal de partida foi dado na reunião realizada na sede da União dos Previdenciários do Brasil.

«Vamos quebrar o tabu de que o servidor público não luta pelos seus direitos» — afirmou a nossa reportagem um dos diretores da UPB.

E acrescentou: «Será uma luta como a de qualquer trabalhador. Com recurso à greve, se preciso for. Não nos impulsionamos mais com a proibição legal de que servidor público não pode fazer greve. O trabalhador das empresas particulares também não podia fazer greve, pois estava proibido por lei. Tentou, fez e venceu. A mesma coisa faremos nós e já estamos mobilizando o «barnabé» previdenciário para a grande campanha, que somente terminará com o atendimento de todos os benefícios consagrados em lei, e de outros a que nos achamos com direito.»

vo. Ninguém mais acredita nos seus «amigos» deputados e senadores. Todos estão convencidos de que seus direitos somente serão respeitados através de manifestações de unidade e luta.

Foi essa a grande experiência por nós adquirida com a recusa do 13.º mês — acentuou.

O servidor público — prosseguiu — está abandonado. Nosso patrão, o Governo, não liga às nossas necessidades, não cumpre sequer as leis que nos beneficiam. Podemos citar, por exemplo, o pagamento da taxa do risco de vida, a readaptação e o reenquadramento de funções, que, apesar de terem sido aprovados há muito tempo, ainda não estão sendo executados, prejudicando cerca de 20% dos previdenciários.»

«TAMBÉM TRABALHAMOS»

Veementemente os previdenciários brasileiros fala agora sobre um problema bastante sentido pelos funcionários públicos, que é o conceito em torno deles formado no seio da opinião pública, pela ação de alguns políticos e certo tipo de imprensa.

«O servidor público e o pessoal dos IAPs também são trabalhadores. Trabalham tanto quanto qualquer operário e, não raro, ganhando menores salários e, por cima, com a obrigação de se apresentar sempre bem vestido, de paletó e gravata. Se em nosso meio existem parasitas, a culpa disso não cabe ao «barnabé», ao humilde servidor que está à mercê do Governo. Os poucos direitos que lhes são concedidos pelos Estatutos do Funcionário Público, deixam de ser cumpridos pelas autoridades.

Consideramos a sindicalização do funcionalismo público uma necessidade inadiável. Temos nossas associações, que fazem o possível dentro das suas atribuições específicas, mas a cada dia que passa sentimos cada vez maior a necessidade de um sindicato ou sindicatos que nos abriguem, nivelando-nos aos demais trabalhadores. Queremos e desejamos a companhia dos demais trabalhadores. Temos certeza de que estes se sen-

tirão felizes de nos terem ao seu lado e nós vamos ficar orgulhosos o dia que, sem qualquer restrição, pudermos sentar ao lado do operário, do bancário, do estativado e do marítimo, para discutir os magnos interesses do povo e do País.

«Cairam as nossas últimas flusões — voltou a afirmar — com o não pagamento do 13.º salário. Os que confiavam em seus «padrinhos» políticos deixaram de confiar. A maioria do funcionalismo público já se convenceu que o sindicato do «barnabé» é uma necessidade inadiável e a luta em torno dessa conquista deve ter prioridade especial, sem prejuízo, é claro, de campanhas imediatas, como é a do aumento de vencimentos.»

GANHAM POUCO

Ao contrário do que certos jornais fazem crer ao povo, a maioria dos funcionários públicos ganha salários de fome e por isso precisa complementar sua receita, trabalhando nas horas em que deveria estar repousando.

«É muito comum — disse — ver-se um «barnabé» vendendo perfumes, roupa, bolsas e outras quinquilharias, para no fim do mês garantir-se um pouco mais de dinheiro. O servidor de carreira, mesmo o que exerce cargos de chefia, não ganha o suficiente para ter uma vida cômoda ou pelo menos tranquila. Os grandes salários, as «bons bonas», como dizem, não estão ao nosso alcance, não podem ser pretendidas por nós, que ingressamos no serviço público por intermédio de concurso rigoroso, e muitas vezes, após várias tentativas.

«Sabe quanto ganha, em média, o funcionário público? — perguntou.

E respondendo:

«É de apenas 24 mil cruzeiros o vencimento médio do servidor da União. No nível 5, onde estão agrupados milhares de funcionários, muitos com mais de 10 anos de serviço, o salário é de apenas 18.200 cruzeiros. Nos níveis 7 e 8 (onde se situa a grande concentração de funcionários) os vencimentos são apenas 21.400 e 22 mil cruzeiros, respectivamente, igual, portanto, ao salário-mínimo vigente. Essa é uma realidade que não pode ser esquecida pelo servidor público. Já fizemos tudo que podíamos e devíamos fazer, empregando meios suaves. Não deu o resultado. O governo, como antes, prossegue protegendo, sofismando, deixando para amanhã.

«O servidor público — concluiu — já tomou consciência de que foi proletarizado, foi socialmente nivelado ao operário. A partir de agora, então, vamos lutar como operário, vamos lutar com as armas que o operário emprega.»

UM PRESENTE QUE É LEMBRADO O ANO TODO

Dê ao seu amigo, parente ou conhecido uma assinatura de NOVOS RUMOS para 1963, bastando para isso remeter Cr\$ 1.000,00 em vale postal ou cheque bancário para NOVOS RUMOS, Av. Rio Branco, 257 — sala 905 — Rio-GB, bem como o nome e endereço completo da pessoa para quem deveremos remeter o jornal semanalmente.

Leia e divulgue NOVOS RUMOS, semanário de circulação nacional.

PROFESSORES NÃO QUEREM SERVIR DE PRETEXTO PARA AUMENTAR ANUIDADES

Em desafortunado ofício ao Sindicato dos Professores da Guanabara, a entidade dos donos de colégios recusou-se a iniciar negociações visando o reajustamento salarial dos mestres, e mandou que estes fossem se queixar na Justiça do Trabalho.

«Os motivos determinaram tal atitude, inédita nas relações entre empregados e patrões? — A resposta está no ofício da entidade patronal, dirigida pelo «sol-disant» professor José Martins de Santa Rosa, dono de um dos «estabelecimentos de ensino» da cidade:

«A insistente campanha que a Diretoria do Sindicato dos Professores vem movendo contra os colégios particulares — diz o documento — não permite que haja um clima propício a entendimentos para a fixação de um acordo inter-sindical.»

A razão da recusa está clara, portanto. O «professor» Santa Rosa, um dos maiores beneficiários da indústria do ensino, não quer simplesmente que o seu escandaloso comércio seja denunciado. E aos que ousam atacar essa «instituição sagrada», Santa Rosa pune com rigor extenuante, causando-se a reajustar os baixos salários que lhes paga.

Um professor do ensino secundário federal ganha em média 1.000 cruzeiros, por aula; os dos colégios oficiais da GB, 1.200; os dos colégios particulares, guanabarenses, apenas 250 cruzeiros!

MOBILIZAÇÃO DO POVO

Diante dessa decisão dos

donos de colégios, como vão agir os professores? «Vamos mobilizar os pais de alunos e a opinião pública para o problema salarial dos professores — responde o prof. Hélio Marques, presidente do Sindicato dos Mestres.

«Ao contrário do que insinua o ofício — acrescenta — não queremos acabar com a escola particular e sim lutar em defesa do professor particular, que recebe salários vis. Desejamos que se cumpra fielmente a lei de Diretrizes e Bases da Educação. Que as autoridades sejam pelo cumprimento da Lei, intervindo até nas escolas que funcionam irregularmente, desrespeitando o acórdão da Justiça. Se a Lei de Diretrizes e Bases liberou as anuidades, nós acreditamos que outras são as condições para um acordo salarial.

Por que recusam? Recusam porque querem dividir os professores. Entretanto, sob esse documento se esconde algo mais sério: o Plano Nacional de Educação, que o governo pretende executar este ano, é que está sendo visado. Eles queriam sabotar o Plano, cuja verba de 500 milhões de cruzeiros, em caráter de emergência, foi mantida pela escola particular.

É isso que estão pretendendo os proprietários de colégios. Dividir os professores, anular o apoio que podem dar à luta por uma escola democrática, aberta a todos.»

REPÓDIO

«Repudiamos, por ofensivo ao nosso sindicato e à nossa categoria profissional, os termos do ofício assinado

Operários da Ishikawajima: GREVE SÓ TERMINARÁ COM READMISSÃO DOS DELEGADOS SINDICAIS!

Na assembleia alguns comunistas à mesa que um japonês estava empunhando a reunião. Corria o sétimo dia da greve nos estaleiros da Ishikawajima, localizados na ponta do Caju, perto, bem pertinho de centro de Rio de Janeiro.

O tema do orador era importante. Tratava de apresentar seu relatório como membro de comando em greve, pessoalmente responsável pelos convites com autoridades e dirigentes de sindicatos irmãos.

A comunicação provocou murmúrios, e finalmente, também se levantou o tumultuoso interruptor de extinguidor do operário naval. Alguém exigiu que o misterioso japonês se apresentasse. Um jovem magro e alto, de cabelos desgrenhados e dentes à mostra, desceu-se da mesa de cabeceiras, pretos, mulatos e homens de cabelos louros.

Todos se clamaram: «a vê-lo. O rapaz mal chegou

o Heber da Silva e Dácio Lopes da Silva, subdelegados, também foram surpreendidos pela decisão patronal.

«Isso ocorreu no dia 14 de dezembro.

A notícia das demissões correu o estaleiro como fogo em rastilho de pólvora. Logo foi constituída uma comissão para se entender com a direção da empresa, e susilar as dispensas. Os entendimentos se prolongaram até o dia 24, os demitidos com ordem dos seus 1800 colegas para que não acatassem a decisão da empresa, que alegou «falta de produção», como razão para a demissão.

No curso das conversações com os patrões estes acabaram confessando que as dispensas eram apenas por motivos políticos. No dia 26 a empresa comunicou ao Departamento Nacional do Trabalho, haver depositado o pagamento dos três delegados sindicais, que até hoje não mais pertenciam ao seu quadro de empregados. Quando os trabalhadores tomaram conhecimento dessa decisão (os entendimentos ainda prosseguiram) as máquinas pararam.

Corria o dia 26 de dezembro. No dia seguinte todos voltaram à fábrica, à hora regulamentar. Mas ninguém entrou. Estavam ali para fazer piquete. A greve estava decretada.

A greve dos estaleiros da Ishikawajima continua. Demitidos, com a volta dos demitidos, e nenhuma punição para os grevistas, ela será suspensa.

«É evidente que não foi por «falta de produção» que José Haroldo e Dácio foram demitidos. Eles estavam, inclusive, dispensados de certas obrigações pela própria empresa, a fim de melhor tratar os problemas entre empregados e patrões.

Conhecidos os verdadeiros motivos das demissões, procuram os trabalhadores matar na origem esse atentado contra as conquistas sindicais.

Nesse pé está o movimento.

CAMPANHA DE CALONIAS

Desde os primeiros dias da greve uma intensa campanha foi lançada contra os operários navais. Pela imprensa, rádio e televisão, desencadeou-se a tremenda onda de terror, em manifestos, editoriais, tópicos e colunas assinadas.

Por que tanta violência contra 1800 operários, que desejam tão-somente, garantir o emprego de três companheiros injustamente demitidos? É uma prova de força a que a Ishikawajima deseja submeter as organizações sindicais dos trabalhadores.

Mentindo, deformando acontecimentos, interpretando desconectadamente leis e acordos, a empresa lançou-se ao trabalho de solapar o movimento operário. Disse, inclusive, que estes já haviam feito greve até por não terem gostado do paladar da água. Em manifesto ao público, em tom patético, denunciaram ser essa a 18.ª greve nos estaleiros, em menos de um ano, e que as horas de trabalho perdidas seriam suficientes para construir um navio de 6 mil toneladas.

«Osunistas, setentrionais, artísticos e diretores de jornal estão recebendo o dinheiro dos armadores para «defender» a Ishikawajima e atacar os trabalhadores, ou pelo menos, silenciar sobre as razões desta. Uma «agência de assessoria técnica» trabalha ativamente nas tarefas, distribuindo milhões de cruzeiros no desenvolvimento da opinião pública contra o sindicalismo brasileiro.

Mas as manobras patronais já foram percebidas. E tudo indica que a Ishikawajima terá de amargar sua... 19.ª derrota em poucos meses!

BURLARAM O ACORDO

A situação dos professores do ensino médio, primário e de arte é ainda mais difícil porque os acordos não são cumpridos pelos donos de colégios. Ainda recentemente, o professor Gildário de Almeida, pensionado pelo MEC para verificar a situação dos professores da Guanabara. Apesar de ser uma representação oficial, em muitas escolas seu ingresso foi simplesmente vetado, embora estas inspeções sejam legalmente obrigatórias. As comissões de comissão foram espantadas: em 1961, cerca de 60% dos colégios não cumpriram o acordo inter-sindical, enquanto, no ano passado, 60% se recusaram a dar cumprimento ao acórdão do TRT, que estabeleceu os níveis salariais para os professores!

«Mas greve ainda — concluiu o prof. Hélio Marques — é que o MEC se recusa a revelar o relatório da comissão.»

Manifesto à Nação

Os sindicatos de petróleo signatários, reunidos na cidade de Santos, São Paulo, examinando os recentes ataques à PETROBRAS e ao seu presidente, vêm mais uma vez esclarecer as autoridades e o povo em geral sobre o seguinte:

ORIGENS DA CAMPANHA

Ha alguns meses passou a Marinha de Guerra a abastecer-se de combustíveis diretamente na PETROBRAS, libertando-se assim dos intermediários, isto é, das companhias distribuidoras estrangeiras Esso, Shell, Texaco, Atlantic, etc. Resultado: cerca de um bilhão de cruzeiros de economia anual em favor do país e da nossa Marinha. Dinheiro suado pelo nosso povo e que era carreado para os cofres do truste.

Era inevitável. A Direção da PETROBRAS atraiu contra si a fúria dos interesses contrariados. Entretanto, como se tratava da Marinha de Guerra, esse ódio ficou recaleado: de um lado por temor, de outro pela esperança de que se tratasse de iniciativa demagógica e limitada. Ocorre, porém, que o CNP acaba de regulamentar o fornecimento direto de combustíveis a todas as entidades públicas estatais e parastatais, multiplicando assim de muitas vezes aquela economia de um bilhão em benefício exclusivo de nosso povo.

Foi o bastante. A ira até então contida extravasou, recaído particularmente no Professor Francisco Mangabera, Presidente da Empresa, a quem se deve a desassombada iniciativa de romper o cerco do imperialismo dessas companhias inconfomadas com a perspectiva de perderem a mais lucrativa das atividades do petróleo. Sentindo que os intuitos, as acusações sem prova, as injúrias mais soezes não lhes trariam a cabeça do Presidente da PETROBRAS, como de hábito, eis agora as companhias distribuidoras lançando mão de um processo de sabotagem contra a economia e a própria segurança do país, privando regiões inteiras de combustíveis, no intuito indistigável de atirar sobre a PETROBRAS e a sua atual administração os efeitos de uma negligência que não é sua, qual seja a de manter com regularidade o abastecimento de derivados vital ao trabalho do nosso povo. E não se percam de vista concidências como essas:

- 1 - O Sr. Presidente da República anuncia sua viagem ao Ceará para lá lançar a pedra fundamental da Fábrica de Asfalto da PETROBRAS. Pois bem: 48 horas antes as companhias distribuidoras escamoteiam seus estoques de derivados, gerando violenta crise no abastecimento local;
- 2 - Faltam de repente derivados na Bahia. Por quê? Porque ali opera a PETROBRAS. É preciso portanto plantar no espírito público a suspeita de ser ela, PETROBRAS, a responsável por um crime alheio;
- 3 - Repete-se às portas do Plebiscito a meama manobra das eleições de outubro. Por que e para quê? Para exasperar o povo e dificultar-lhe o comparecimento às urnas na hora de seus pronunciamentos democráticos.

Mas não é esse um problema isolado. Muito ao contrário, está ligado a vitória da PETROBRAS em ou-

tros setores, como o da descoberta, durante 1962, de 11 novos campos produtores na Bahia, na Região de Tucano e no Recôncavo, além do sucesso do poço pioneiro de Tutóia, no Maranhão, cujo desenvolvimento libertará para sempre o Brasil das garras dos trustes internacionais. Para explorá-los, porém, são indispensáveis sondas. Para adquiri-las são necessários, dólares. A falta de dólares, torna-se imperioso trazê-los de quem os oferece mediante troca por produtos brasileiros. É o caso de reiteradas propostas em pauta oriundas de outras áreas econômicas, inclusive dos países socialistas. Ocorre, no entanto, que a PETROBRAS esbarra a cada passo com resistências que terá de superar sem delongas pois assim o exige o mais elevado interesse nacional.

NOSSA POSIÇÃO

Os trabalhadores de petróleo, através de seus sindicatos, estão alertas e sempre voltados para o povo no esclarecimento das verdadeiras origens das campanhas periódicas contra a PETROBRAS. É o que ora fazemos, reafirmando que esta Empresa, orgulho da nacionalidade e garantia de nossa libertação econômica, só dará de si a plenitude de suas possibilidades no momento em que forem concretizados os pontos básicos de nossa plataforma de luta, quais sejam:

- a) Intensificação da pesquisa e lavra do petróleo;
- b) Encampação das refinarias particulares e da indústria petroquímica;
- c) Monopólio da importação de petróleo e derivados;
- d) Monopólio da distribuição a granel;
- e) Intensificação da industrialização do xisto betuminoso;
- f) Tabelação dos lubrificantes.

- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO DE ALAGOAS — José Gonçalves, Presidente
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO DA BAHIA — Wilson Valença, Presidente
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA DESTILAÇÃO E REFINAÇÃO DO PETRÓLEO NO ESTADO DA BAHIA — Mário Soares Lima, Presidente
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA DESTILAÇÃO E REFINAÇÃO DO PETRÓLEO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS — Cid Cesare Saigado, Presidente
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA DESTILAÇÃO E REFINAÇÃO DO PETRÓLEO DOS ESTADOS DA GUANABARA E RIO DE JANEIRO — F. H. Autran, Presidente
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA DESTILAÇÃO E REFINAÇÃO DO PETRÓLEO DO MUNICÍPIO DE CUBATÃO — Gelasio Ayres Fernandes, Secretário.

Santos, 2 de janeiro de 1963. (Transcrito do «Diário de Notícias» de 3/1/63)

NOVOS RUMOS

Diretor	
Orlando Bonfim Júnior	
Diretor Executivo	
Francisco Borges	
Redator Chefe	
Luiz Guarnano	
Gerente	
Guttemberg Cavalcanti	
Endereço:	Av. Rio Branco, 257, 17.º andar, 9/1913 — TRL
Gerência:	Av. Rio Branco, 257, 9.º andar, 9/906
SUBUNIDADE DE S. PAULO	Rua 15 de Novembro, 223 1.º andar, 9/251
Filia 50-0455	
Endereço telefônico	
SANTOS: 50-0455	
ASSINATURAS:	
(Mensal e edição semanal)	
Anual	Cr\$ 1.000,00
Semestral	500,00
Trimestral	300,00
ASSINATURA ABERTA	
Anual	Cr\$ 2.500,00
Semestral	1.250,00
Trimestral	625,00
Número avulso	20,00
Número atrasado	30,00

Fidel Castro Responde a Kennedy: O Povo Cubano Levará Avante a Revolução

O primeiro discurso proferido por Fidel Castro depois da crise em que foi envolvida Cuba e que pôs em perigo a paz no mundo teve enorme repercussão. O chefe da revolução cubana respondeu, no quarto aniversário da tomada do poder, pelos trabalhadores, a 2 de janeiro, ao discurso do presidente dos Estados Unidos, Kennedy, recebendo-o em seus aposentos da residência da embaixada de Cuba e agora devolvidos aos Estados Unidos pelo governo de Havana. Kennedy, que antes havia eximido os Estados Unidos por aquela agressão a Cuba, praticamente reconheceu em seu discurso de Miami a responsabilidade direta dos Estados Unidos naquela malograda aventura. Damos a seguir os principais trechos do discurso do primeiro-ministro Fidel Castro.

«Mister Kennedy diria... (apupos e assobios)... mister Kennedy diria que estou me dirigindo ao povo cativo de Cuba.

Na concepção dos imperialistas, concepção em que se considera a exploração como justa e o crime e a agressão como legítimos: ser mercenário é que é louvável; e este povo, dizem eles, é um povo cativo.

Partindo de uma visão assim das coisas não é de estranhar tudo o mais que eles fazem.

Em dias recentes ocorreu um fato que, quando eles pretendiam dissimulá-lo, é um fato histórico.

O imperialismo aceitou pagar a nossa pátria a indenização que os Tribunais Revolucionários exigiram dos invasores de Praia Giron. O governo dos Estados Unidos procurou por todos os meios não tomar em caráter oficial a responsabilidade dessa demarcação tentou furtar-se à aceitação oficial desse fato. O que aliás, está perfeitamente de acordo com a mentalidade farisaica dos dirigentes do imperialismo, está perfeitamente de acordo com tudo o que eles fazem.

Por exemplo, quando eles nos atacaram, em 15 de abril de 1961, enviaram aviões com insígnias cubanas. E quando Cuba denunciou a agressão, declararam — através de suas agências telegráficas espalhadas pelo mundo inteiro — que não se tratava de aviões procedentes do exterior, e sim de aviões cubanos rebeldes. E foi essa versão que eles transmitiram a todo o mundo. Tranqüilamente divulgaram uma mentira dessa natureza. E que para eles que diferença faz uma mentira a mais...

Foi assim que agiram sempre. Nada de estranhar, portanto, que ao mesmo tempo que se mobilizavam para reunir fundos, pretendessem fazer crer que era um simples comitê de parentes que estava levando a cabo essa negociação. Não foi o próprio governo dos Estados Unidos.

Agora se soube que o irmão do presidente dos Estados Unidos foi quem realizou as gestões principais a fim de reunir os fundos com que pagar essa indenização.

Eles, naturalmente, não dizem que é indenização. Dizem que é resgate. E lógico, também, que digam isso. Para os imperialistas, prender um jornalista negro que visitou Cuba e impor-lhe uma multa de dez mil dólares por ter exercido um direito constitucional — é justiça. Mas o fato de uma Revolução ser generosa com os criminosos que nos atacaram a serviço de uma potência estrangeira, o fato de os tribunais revolucionários, em vez de aplicar-lhes a pena que mereciam — a pena de morte para todos eles — tê-los condenado a uma simples multa, isto eles não acham que seja justiça.

Castigar os que nos atacaram certa maneira; castigar os que vieram até aqui escoltados por navios de guerra estrangeiros; castigar os que se puseram a serviço de uma potência estrangeira e cometeram um ato de flagrante traição segundo todos os Códigos do mundo — isso não era justiça.

Chamem de resgate, chamem como quiserem, o fato é que tiveram que aceitar o pagamento da indenização e que pela primeira vez, pela primeira vez em sua história — o imperialismo paga uma indenização de guerra.

E para por quê? Paga porque foi derrotado, porque em Praia Giron os imperialistas sofreram sua primeira grande derrota na América Latina.

Que fez o presidente dos Estados Unidos? Como agiu? Primeiro assumiu a responsabilidade do ataque a nosso país. Levou, entretanto, vinte meses tentando-se ao pagamento dessa indenização.

Quando afinal ficou decidido que o pagamento seria feito e o Governo Revolucionário pôs em liberdade os invasores, qual foi então o comportamento do presidente dos Estados Unidos? Acaso se comportou como um estadista? Como um homem responsável? Não, comportou-se como um pirata, como um chefe de furbateiros. Na verdade, nun-

ca nenhum presidente dos Estados Unidos havia degradado tanto a dignidade de seu cargo como nesse dia em que o senhor Kennedy, se reuniu com os criminosos invasores de nossa pátria.

Tenho aqui comigo o discurso que ele pronunciou na ocasião. Vale a pena lê-lo, porque ler essas coisas nos ensina a compreender os imperialistas.

Começou dizendo: (vou ler só o que há de essencial, muitos parágrafos não têm maior significado, passo a ler os mais importantes):

«Quero expressar meu profundo agradecimento à brigada por confiar aos Estados Unidos a custódia desta bandeira. Posso assegurar-lhes que esta bandeira...» — escutem isso — «... posso assegurar-lhes que esta bandeira será restituída a esta brigada em uma Havana Livre...»

É provável que ele esteja se referindo a algum bar em Miami com o nome de Havana Livre...

Em seguida vem uma passagem que é o cúmulo do ridículo, vejamos:

«Gostaria que o senhor Miranda, que foi quem conservou esta bandeira através dos últimos vinte meses, desse um passo adiante para que nos assegure que...» — Quero conhecer a quem devo devolvê-la...»

Será que o homem essa manhã bebeu um pouco além da conta?

Em primeiro lugar, a história da bandeira é mentira pura. Todo mundo sabe que esses senhores mercenários que chegaram aqui disfarçados de «gusanos de seda» — em português: bicho da seda — «gusanos» — ou seja, vermes — é como os revolucionários cubanos chamam os contra-revolucionários — N. do T.) não diz do povo, com uniforme de camuflagem do exército americano, se renderam total e absolutamente. É sabido que delaram até a roupa interior. E agora inventam essa história de que um escapoletado conseguiu levar a bandeira por dentro da roupa e que foi essa bandeira que entregaram a Kennedy...

Em primeiro lugar, enganaram Kennedy, porque da aquele cerco não era possível escapar e a melhor prova é que a brigada completa caiu prisioneira...

(Alguém do público faz um comentário.)

Sim, eles todos diziam que eram cozinheiros e enfermeiros (risos). E agora montam o seu «show» da bandeira e o presidente, atuando como um vulgar chefe de piratas, usa da oportunidade para reunir-se com aqueles criminosos, com aqueles covardes, e sal a declarar perante o mundo que pode dar-lhes a sua garantia de que essa bandeira será devolvida em uma «Havana Livre».

Mas há coisas mais interessantes. Diz aqui: «Todos os senhores, membros da brigada e membros de suas famílias, estão trilhando um caminho histórico, um caminho que foi seguido por outros cubanos em outras épocas e também por outros patriotas de nosso hemisfério em outras ocasiões. Martí, Bolívar, O'Higgins, todos lutaram pela liberdade, muitos foram derrotados, muitos foram para o exílio e todos acabaram voltando a suas pátrias.» Comparar esses mercenários com Martí! Comparar esses mercenários com os patriotas da independência!

Todo mundo conhece a história de Martí, daquele Martí com as roupas polidas, do Martí que não recebeu seus fundos do Tesouro Iaque, do Martí que percorria aquela leva de emigrantes humildes, proletários, tabaqueiros, reunindo centavos por centavos os fundos para comprar armas e que quando por fim as adquiriu teve-as arrebatadas pelas autoridades Iaque; o Martí que não veio escoltado pela esquadra Iaque, nem precedido em seu desembarque por bombardeiros Iaque; o Martí que em uma noite tempestuosa, num barquinho a remo, desembarcou quase só nas praias de Oriente.

Comparar aquele homem Integro, antimperialista, comparando o esforço daqueles patriotas com esses miseráveis é uma ofensa à memória daqueles homens

Porque nossos libertadores vieram libertar escravos, criar uma nação, nação que o imperialismo frustrou, que o imperialismo espinhou durante 50 anos. Enquanto que esses, eram o quê? Escravistas, latifundistas, lumpens, exploradores do jogo e do vício, milionários, criminosos...

(Alguém do público grita: Ladrões!) Ladrões, ladrões é o que são todos os exploradores (aplausos).

Estes vieram para escravizar, para tirar do povo as suas riquezas, para devolver aos monopólios Iaque nossas fábricas e nossas terras.

Diz ele: «Podem aprisionar corpos mas não espíritos.» Ah! ali está: vocês devem ser espíritos não aprisionados.

Diz ele: «A Revolução prometeu ao povo cubano liberdade política, justiça social, liberdade intelectual, terra para os camponeses e a fim da exploração econômica mas o que os cubanos receberam foi um Estado policial, a eliminação da dignidade de possuir terras, a destruição da liberdade de expressão e de imprensa e a total subjugação do bem-estar individual humano a serviço do Estado e de Estados estrangeiros.»

«Mas isso foi precisamente o que fizemos nós. Aliás, fomos os únicos que o fizemos. Sem precisar de nenhuma «Aliança para o Progresso»...»

«Precisamos, isso sim, foi de tomar medidas que despertaram queixas e reclamações do embaixador Iaque, Sr. Bonal protestava todos os dias porque havíamos nacionalizado as terras da United Fruit e da Alltina, do Golfo e de outras, de todas as companhias Iaque, a fim de que a terra fosse de quem a trabalha e a fim de que todos os camponeses que pagavam renda fossem liberados de tal pagamento. Por causa disso o embaixador Iaque protestava todo santo dia.»

Quando imaginam vocês que eles começam a organizar a expedição de Praia Giron? Depois que promulgamos a Lei de Reforma Agrária, Lei que foi tão bondosa, sa demais, pois permitiu que os latifundiários nacionais e estrangeiros conseguissem ainda uma soma de 30 milhões de dólares. Mas foram embora e perderam a soma também.

A United Fruit Company tinha 10.000 «caballeros» de terras e não as tem mais, logo, não se trata de um caso de expropriação, reconhecem haver-se equivocado, pensavam — disseram todos eles — que a Milícia aderiria a eles, que o Exército não lutaria. Não houve um só que não imaginasse que a expedição ia ser um passeio militar. Todos se mostraram na televisão no papel de «Madalenas arrependidas». Na prisão escreveram longas e intermináveis cartas de arrependimento.

A Revolução os tratou de maneira generosa. Não porque o merecessem, mas porque são esses os nossos princípios. Nenhum deles foi esparado. Quase todos os seus feridos se salvaram nos hospitais revolucionários.

Pela lei, tendo feito o que fizeram, mereciam a pena capital. Entretanto, a sentença que lhes coube foi uma sentença que lhes permitia sair em liberdade se indenizassem nosso país pelos danos causados.

O que os imperialistas não dizem é que, se estiveram 20 meses na prisão, foi por causa do fariseísmo Iaque, por causa da hipocrisia Iaque, que não quis mostrar a cara, que não quis pagar e assumir a responsabilidade. Por que dois meses depois do ataque — ou antes até — eles já poderiam ter saldo se os imperialistas tivessem resolvido pagar.

Os imperialistas também não quiseram dar destaque ao fato de que o Governo Revolucionário já havia posto em liberdade, previamente — há muitos meses — os feridos e enfermos, acitando o que a indenização fosse paga mais tarde, essa indenização que só agora foi paga; o Governo Revolucionário concordou em dar-lhes liberdade quando só haviam feito a quitação de 20%. Isso os imperialistas não mencionaram.

Pois bem, que fizeram, assim que chegaram lá, todos aqueles miseráveis, todos aqueles covardes que um povo inteiro viu pedirem clemência, viu tentar eximir-se de responsabilidade, uns dizendo-se cozinheiros, outros enfermeiros e outros dizendo que não tinham dado nem um tiro? Chegaram lá e as primeiras declarações que fazem, o primeiro que dizem é que pensam regressar, pensam voltar, etc.

Vale para o povo ficar sabendo como merecem ser tratadas semelhantes criaturas.

Mas se o Governo Revolucionário os pôs em liberdade mediante o compromisso — assumido pela Cruz Vermelha norte-americana — de cumprir todas as cláusulas que estabelecemos, garantidas por um organismo, bancário canadense; se a Revolução os pôs em liberdade é porque a Revolução pode combater 50 expedições com essa que desembarcasse simultaneamente no território nacional teriam a mesma sorte que teve essa, seriam destruídas mais rapidamente ainda do que foi essa.

Não afeta em nada a segurança do nosso país o fato de estar lá fora esse bando de ratos.

A Cruz Vermelha norte-americana ficou encarregada de fazer observar as cláusulas e é preciso que se diga que até este momento tem cumprido o seu papel de maneira satisfatória. Pena que com esse gesto desastrado,

mas profundo que é o abismo que separa os trabalhadores dos exploradores e de vendilhões da pátria, de privilegiados a quem a Revolução privou de suas riquezas. O povo cubano é coisa muito diferente daquele bando de miseráveis.

«Este povo dá a prova irrefutável de sua dignidade: apesar dos imperialistas, apesar de todo o seu ouro, de seus crimes, de suas agressões, de seus bloqueios, apesar de tudo quanto fizeram para destruir nossa Revolução, completamos o nosso quarto aniversário. Senhor Kennedy: completamos quatro anos e entramos no quinto.»

Bem, terminando com esse assunto do «cincelzinho» de Miami, eu pergunto: como se comportaram esses senhores que nos deixamos ir embora? Como tinham que comportar-se: como ratos.

Tudo o mundo os viu pela televisão. Não houve um só que, naquela ocasião, deixasse de dizer que tinha sido logrado; todos, sem exceção, reconheceram haver-se equivocado, pensavam — disseram todos eles — que a Milícia aderiria a eles, que o Exército não lutaria. Não houve um só que não imaginasse que a expedição ia ser um passeio militar. Todos se mostraram na televisão no papel de «Madalenas arrependidas». Na prisão escreveram longas e intermináveis cartas de arrependimento.

A Revolução os tratou de maneira generosa. Não porque o merecessem, mas porque são esses os nossos princípios. Nenhum deles foi esparado. Quase todos os seus feridos se salvaram nos hospitais revolucionários.

Pela lei, tendo feito o que fizeram, mereciam a pena capital. Entretanto, a sentença que lhes coube foi uma sentença que lhes permitia sair em liberdade se indenizassem nosso país pelos danos causados.

O que os imperialistas não dizem é que, se estiveram 20 meses na prisão, foi por causa do fariseísmo Iaque, por causa da hipocrisia Iaque, que não quis mostrar a cara, que não quis pagar e assumir a responsabilidade. Por que dois meses depois do ataque — ou antes até — eles já poderiam ter saldo se os imperialistas tivessem resolvido pagar.

Os imperialistas também não quiseram dar destaque ao fato de que o Governo Revolucionário já havia posto em liberdade, previamente — há muitos meses — os feridos e enfermos, acitando o que a indenização fosse paga mais tarde, essa indenização que só agora foi paga; o Governo Revolucionário concordou em dar-lhes liberdade quando só haviam feito a quitação de 20%. Isso os imperialistas não mencionaram.

Pois bem, que fizeram, assim que chegaram lá, todos aqueles miseráveis, todos aqueles covardes que um povo inteiro viu pedirem clemência, viu tentar eximir-se de responsabilidade, uns dizendo-se cozinheiros, outros enfermeiros e outros dizendo que não tinham dado nem um tiro? Chegaram lá e as primeiras declarações que fazem, o primeiro que dizem é que pensam regressar, pensam voltar, etc.

Vale para o povo ficar sabendo como merecem ser tratadas semelhantes criaturas.

Mas se o Governo Revolucionário os pôs em liberdade mediante o compromisso — assumido pela Cruz Vermelha norte-americana — de cumprir todas as cláusulas que estabelecemos, garantidas por um organismo, bancário canadense; se a Revolução os pôs em liberdade é porque a Revolução pode combater 50 expedições com essa que desembarcasse simultaneamente no território nacional teriam a mesma sorte que teve essa, seriam destruídas mais rapidamente ainda do que foi essa.

Não afeta em nada a segurança do nosso país o fato de estar lá fora esse bando de ratos.

A Cruz Vermelha norte-americana ficou encarregada de fazer observar as cláusulas e é preciso que se diga que até este momento tem cumprido o seu papel de maneira satisfatória. Pena que com esse gesto desastrado,

com essa atitude ridícula e incompatível com a dignidade de seu cargo, o senhor Kennedy haja feito cair essa mancha sobre uma inclinação que esteve precluída por um alto espírito humanitário; mas que outra coisa se podia esperar do chefe dos piratas? O chefe dos piratas estava no seu papel lido receber o seu exército derrotado, indo ao encontro dos seus serviços que deixaram este país com as cabeças baixas.

No mesmo aeroporto onde teve início o ataque covarde do dia 15 de abril, naquele mesmo aeroporto onde aviões de procedência Iaque deixaram cair no dia 15 de abril sua carga de bombas, vimos há dias outros aviões Iaque pousarem com manobras pombas de paz deixando remédios e alimentos para crianças. Ah! que momento foi aquele para nós!

Para nós que vivemos ambos os momentos, o da agressão e agora, o do pagamento da indenização, a impressão que nos ficou do último é inesquecível. Não eram mais os soberbos e arrogantes atacantes que um dia nos bombardearam. Com o preço daquela aventura tiveram que vir trazer outras coisas para salvar vidas e para benefício de nosso povo.

Quando aos mercenários que dizem que vão voltar e quanto ao incentivo que o sr. Kennedy lhes quis dar, se temos uma coisa a dizer: se o governo dos Estados Unidos está disposto a financiar o desenvolvimento econômico da Revolução Socialista em Cuba, o que tem a fazer é continuar mandando expedições como essa.

É preciso que se saiba que o governo cubano exigiu o pagamento integral estipulado, pela sentença, ou seja, 62 milhões de dólares no valor dos produtos aqui depositados. Esperamos que isso sirva de lição aos imperialistas.

Que é ao certo que o sr. Kennedy está querendo dar a entender quando diz que pode garantir aos mercenários que a tal bandeira lhes será devolvida em uma «Havana Livre»? Que espécie de ameaça está contida nessa declaração? Por que se atrave a dizer que garante semelhante coisa? Como é possível harmonizar isso com a promessa de não agredir nosso país, a promessa de não invadir Cuba?

Por isso é que sempre sustentamos e continuamos a sustentar que as garantias que o imperialismo oferece são meramente de palavra e o que se necessita é de garantias de fato.

Temos sobejas razões para desconfiar dos imperialistas e sabemos que não há que fiar-se em garantias de palavras, dadas pelos imperialistas. As garantias estão, isso sim, em nossa decisão de combater, em nossa decisão de resistir heróicamente a qualquer ataque do inimigo. As garantias estão em nossa decisão de não desfilarmos por aqui. As garantias estão em nossas centenas de milhares de combates. As garantias estão no heroísmo de nosso povo, no heroísmo mais do que provado em ocasiões muito difíceis.

Quando o sr. Kennedy nos ameaçou com converter-nos em alvo nuclear, pretendendo com isso intimidar-nos, que foi que aconteceu? O povo disse: «Pátria ou Morte!» Mas do que nunca homens e mulheres pediram para ser admitidos nas organizações de massas. E com um sorriso nos lábios e uma serenidade impressionante, um povo inteiro se dispôs a enfrentar o inimigo e a morrer se preciso fosse! Porque os imperialistas jamais verão este povo revolucionário hesitar. Poderemos morrer, mas morreríamos com liberdade e com dignidade!

Poderemos morrer, não porque desprezamos a vida, não porque desprezamos a obra erodida que nosso povo realiza, não porque deixamos de ver o futuro luminoso a que temos direito com nosso trabalho; mas porque as vidas de todos nós estão indissolúvelmente associadas a essa idéia e a esse futuro, e sem pátria não queremos a vida, sem liberdade não queremos a vida, sem dignidade não queremos a vida, sem justiça não queremos a vida, sem pão para nossos filhos não queremos a vida, sem futuro não queremos a vida. E por isso dizemos: Pátria ou Morte! E por isso, por isso o hino dos que lutaram por nossa independência deixou bem claro que «viver acorrentado é viver debaixo de correntes e de frentes e que morrer pela Pátria e a Vida».

Com os imperialistas é preciso estar sempre alerta, espertalhões que são, põem

astúcia em todas as suas jogadas em todas as suas ações. Por isso não confiamos neles. As garantias em que acreditamos são essas a que me referi agora há pouco e na solidariedade dos povos, na solidariedade do campo socialista, ali é que residirá sempre a nossa garantia.

Sem a garantia do campo socialista teríamos ficado desarmados — quanto a isso não restou dúvida. Porque quando fomos comprar armas em um país da Europa ocidental, o resultado foi que o navio que as trazia explodiu e nos mataram ali cerca de cinquenta trabalhadores e soldados. E os imperialistas impediram que nos vendessem armas; enquanto eles armavam seus mercenários e os treinavam, impediam-nos de adquirir armas e foram os países do campo socialista os que nos forneceram todas essas armas. A solidariedade do campo socialista foi uma arma eficaz contra a agressão imperialista e nessa garantia sim, nela nós acreditamos! Nessa garantia que nos dá duas coisas: nossa disposição de lutar até o último homem e a solidariedade do campo socialista. Nas palavras dos imperialistas não.

Essa a razão pela qual formulamos nossas cinco exigências, tão justas e tão lógicas, e tão substanciais a nossos direitos, que ninguém lhes poderia fazer qualquer objeção.

Que espécie de paz é essa dos imperialistas conosco, aumentando suas pressões econômicas contra nosso país, promovendo a subversão, organizando ataques piratas, declarando seu propósito de violar nosso espaço aéreo? Que paz pode ser essa, que espécie de paz? Imaginem acaso os imperialistas que nós vamos aceitar violações de nossos direitos? Que paz seria essa que a qualquer momento se rompe por uma violação dessas, que a qualquer momento dá lugar a um incidente provocado por essa política declarada? Porque é claro: se se permitir aos imperialistas que levem a cabo alguns de seus abusos, depois não de querer cometer outros mais, e isso eles demonstram claramente com seus aviões nos dias da crise, quando havia uma trégua e eles começaram a fazer vôos rasantes sobre nossas bases e sobre nossos artilheiros; até o dia em que temos ordens aos nossos artilheiros para que disparassem e o que esses aviões então fizeram foi ganhar o máximo de altura possível e desistiram dos vôos rasantes.

Que espécie de paz seria essa em que teríamos que aturar tais violações? Não as aturamos, não as aceitamos, nem nos acateamos e com toda certeza seriam fontes de incidentes.

Com o tempo vamos adquirindo armas antiaéreas cada vez melhores, já hoje desfilamos por aqui as primeiras unidades de instrução dos foguetes terra-ar.

Que espécie de paz seria essa dos imperialistas, expandindo-se a constantes incidentes desse tipo, devido a sua declaração política de violação de nossos espaços?

E, por último, que fazem, perguntou eu, em um pedaço de nosso território, que é de nós, estão fazendo em nosso território, ameaçando-nos, conspirando em pleno território nacional contra nossa Pátria? E' território nosso e temos todo o direito de reclamá-lo. Que direito têm os imperialistas de possuir uma base encravada no território de nosso país?

Estes são os cinco pontos que formulamos como exigências justas de nosso povo para que haja uma verdadeira solução da crise das Caraíbas. Os imperialistas ainda não fizeram de maneira definitiva nenhuma declaração que não seja ambígua; falaram com reserva, falaram em tom ameaçador, insidioso: «se Cuba não promover a subversão, e outras formulações (e outras, não haverá invasão. E agora essas declarações feitas aos mercenários, certamente não são declarações de paz, não constituem uma garantia para nosso País. Todo mundo sabe que podem vir cinquenta e cem expedições com a de Praia Giron, venha qualquer tipo de ataque indireto que vier nós o destruiremos rapidamente. Mas que querem dizer os imperialistas com essas ameaças? Que classe de garantias são essas? Tem-se furtado a abar de maneira clara e aberta. A União Soviética cumpriu sua parte; o Governo dos Estados Unidos não cumpriu a sua.

Desnecessário dizer que nossa posição não é uma posição contrária a soluções

— quero dizer: não é uma posição contrária a soluções pacíficas. Estamos de acordo com a política de discussão e da solução dos problemas por vias pacíficas, estamos de acordo com esse princípio fundamental. Estamos de acordo também em fazer concessões em troca de concessões.

Companheiros e companheiras: vamos para o quinto aniversário; com que espírito devemos encarar este novo ano? Com espírito otimista, com espírito revolucionário, com fé no futuro.

Muitas são as tarefas que temos pela frente; as tarefas não terminam com os anos, novas tarefas se iniciam. Novos problemas de hoje não são os problemas de há quatro anos. Novos problemas, novas obrigações e novas tarefas é o que temos pela frente.

Fundamentalmente está o nosso dever de criar as riquezas de que necessita o nosso povo; criar os meios de produção de que necessitamos para elevar nosso padrão de vida, para satisfazer as necessidades crescentes de nossas massas.

Moje, que tudo pertence ao povo e os frutos do trabalho são para o povo, e o dever primeiro do povo é lutar para criar todos esses meios que servirão para satisfazer todas as suas necessidades. E temos que fazer isso cercados de ameaças; e ainda em meio a situações amargas, em meio a sérios problemas que a todos nos preocupam na luta ante o inimigo comum — as discrepâncias surgidas no seio da família socialista, as públicas discrepâncias surgidas entre grandes forças do campo socialista.

Isso, nos preocupa a todos nós e nos preocupa porque vemos com estrema dor, daquela trincheira a noventa milhas do império Iaque, o quanto é necessária a unidade, o quanto se necessita de todas as forças do campo socialista para enfrentar esses inimigos.

Temos a grande tarefa histórica de levar adiante a Revolução, de servir de exemplo para a Revolução latino-americana. E dentro do campo socialista, dentro da grande família socialista — que é o nosso campo, que é e será sempre a nossa família — entendemos que o nosso dever é lutar pela unidade dentro dos princípios dessa família e desse campo socialista. Essa há de ser a linha de nosso povo, a linha traçada pela direção política da Revolução.

São muitos os problemas e muito grandes as tarefas que temos pela frente. Primeiro que tudo enfrentar o imperialismo. Nessa mesma situação se encontram muitos outros povos, nessa mesma situação se encontram os povos colonizados e submetidos ao imperialismo.

Por isso é que vem a ser tão necessária essa união. Por isso é que é tão necessário unirmo-nos em frente única contra o imperialismo. E estou certo de que esse há de ser o clamor dos povos ameaçados, dos povos que lutam contra as agressões do imperialismo.

A nosso povo uma orientação: nossa tarefa é UNIR, dentro e fora do país; eliminar tudo que nos divide, dentro e fora; lutar por tudo o que nos une, dentro e fora. A unidade dentro dos princípios — esta é a nossa linha!

PÁTRIA OU MORTE! VENCEREMOS!

Fidel Castro voltou, em seguida ao microfone para explicar:

— Perguntam-me como se chamará este ano. Vai se chamar o «Ano da Organização».

Por quê? Porque nosso empenho principal deverá ser nesse sentido, a principal direção do nosso esforço tem que ser a organização.

Em primeiro lugar, a organização do Partido Unido da Revolução Socialista; o desenvolvimento da organização de nossas massas, isto é, nossas organizações de massa; a organização dos organismos administrativos e dos organismos econômicos.

Isso não quer dizer que outros anos não sejam também da organização ou que este que se inicia não seja da educação. Um ano é assinalado por esse ou aquele plano ao qual se deu maior ênfase. Naturalmente, todos os anos serão anos de organização e de educação. Mas neste 1963 aquilo que deve estar no foco central de nossos esforços é a organização. E por isso se chamará o «Ano da Organização».

Com os imperialistas é preciso estar sempre alerta, espertalhões que são, põem

CONTEC Define no Grupo de Trabalho a Reforma Bancária Progressista

Em reunião do dia 4 do corrente, realizada no Gabinete do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, os representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (srs. Samuel da Rocha e Silva e Olyntho Pinto Machado) no Grupo de Trabalho incumbido de apresentar sugestões sobre os projetos de Reforma Bancária em curso no Congresso Nacional, definindo a posição dos trabalhadores brasileiros no tocante ao problema, apresentaram importante documento, cuja íntegra damos a seguir:

Antes de iniciarmos esta nova fase dos trabalhos deste G.T. desejamos reafirmar nossa posição de representantes da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE CRÉDITO, e esclarecer certos pontos vinculados a essa representação, incluída neste G.T. como demonstração da sensibilidade política do Sr. Presidente da República.

É pertinente lembrar que foi o chamado projeto Faraco que provocou a repulsa e a reprovação unânimes dos colegas do Banco do Brasil e de toda a classe bancária que, examinando-o, consideraram-no lesivo aos interesses da economia nacional e ao bom andamento de planos do Poder Executivo, como ficou amplamente registrado em memoriais, entrevistas e manifestações várias.

Em consequência do expressivo movimento que entusiasmou e mobilizou a classe bancária, e com a greve de advertência de 6 de dezembro último, foi sensibilizada a opinião pública, alertado o Governo e, afinal, fomos atendidos pelo Congresso Nacional adjuvando a discussão do projeto que transitava em regime de urgência, o que ensejou ao Poder Executivo a oportunidade de uma tomada de posição em relação ao assunto. Para isso, foi criado este Grupo de Trabalho.

Haviam sentido os bancários a necessidade de levar ao Governo sua colaboração — a colaboração direta das camadas populares e trabalhadoras — para que a importante lei que se elaborava no Congresso viesse a ser realmente uma das Reformas de Base há tanto tempo esperadas e que o atual Governo tem o solene compromisso de tornar realidade.

Atingimos nosso segundo objetivo na instalação deste G.T., incluindo a participação de representantes dos trabalhadores, para exami-

nar e apresentar sugestões sobre os projetos em curso no Congresso.

Entendemos que as sugestões que o Governo espera deste G.T. não são exclusivamente de natureza técnica, pois, para isso, não faltariam competentes e ilustres, especialistas no âmbito dos órgãos governamentais e que o fariam no exercício normal de suas funções. Concluímos que ao Governo interessam as sugestões de natureza política, isto é, aquelas que lhe permitam escolher entre as normas de boa técnica as que melhor atendam à realidade brasileira, considerada sua atual fase de pré-desenvolvimento econômico e de maturidade social e política atingida pelo nosso povo, e não apenas recomendações relacionadas com o aperfeiçoamento da máquina administrativa, que é apenas um aspecto de organização.

Proseguimos, pois, em nosso intuito de colaborar com o Governo, transmitindo-lhe o que os trabalhadores bancários, à base de sua experiência, depois de vários entendimentos e discussões, firmaram como sua opinião sobre o que representará para o povo, uma REFORMA DE BASE no setor da organização e da política bancárias e do crédito.

Nossa opinião já foi sintetizada em dez itens básicos, em "DECALOGO DE PRINCÍPIOS", que aqui resumimos:

I — Caráter social do crédito e necessidade de subordinar o uso de todos os recursos de giro e de poupança, assim como as reservas financeiras, em moeda nacional e estrangeira, coletadas, sob qualquer forma, por instituições de crédito, à melhor operação da economia e aos programas de desenvolvimento econômico e social do Brasil.

II — Direito que assiste ao Governo da União, em face da Constituição Federal, para intervir na atividade bancária, e o dever mesmo de fazê-lo, frente à

escassez dos recursos acima referidos, para as necessidades globais do país.

III — Seletividade do crédito e dos investimentos. Necessidade de as Autoridades Monetárias condicionarem a distribuição de crédito e investimentos às atividades econômicas, por estabelecimento públicos ou privados, segundo os planos de desenvolvimento aprovados pelo Governo da União. Zonasamento econômico do país, considerada superada a atual estrutura política para fins de financiamento e atendimento das necessidades regionais. Dentro dessa orientação, promover a descentralização da administração da moeda e do crédito, fixando igualmente, como regra de base, que as inversões e aplicações devem, preferencialmente, sempre que no plano nacional seja economicamente recomendável, ser feitas na zona de coleta, evitando as drenagens que descapitalizam as regiões, em prejuízo do interesse nacional.

IV — Redescoberta e reconhecimento de depósitos compulsórios como instrumento de política, além de monetária, econômica. Em consequência da aceitação dos conceitos contidos nos itens I, II e III, é natural que adotemos o clássico instrumento de política monetária, aos objetivos de política econômica;

V — Nacionalização total da rede de estabelecimentos de crédito. Não haverá emancipação econômica enquanto interesses estrangeiros puderem influir diretamente na distribuição do crédito, na manipulação do câmbio, na transferência de lucros e do produto das manobras de sub e superfaturamento;

VI — Representação dos trabalhadores na direção do sistema de crédito;

VII — Preservação da unidade do Banco do Brasil S.A. como banco central misto, atuante em todo o território, posição que desempenha como resultado de con-

dições mesológicas que seria temerário pôr de lado. O Banco do Brasil S.A. não pode ser considerado nem reduzido a simples banco comercial. As funções a que tem sido chamado a desempenhar não lhe foram atribuídas por acaso nem por ganância de seus dirigentes. Sua atuação pioneira, organizadora e educativa em todo o país representa fator de integração nacional, de influência comparável à das Forças Armadas. Consideramos que há forças interessadas em desmontá-lo, mas o potencial econômico e financeiro desta grande estabelecimento, o alto espírito público de seu funcionário, atuando sob o comando do Governo na fiel execução e fiscalização das normas baixadas pelas Autoridades Monetárias, é garantia indispensável da autonomia do Governo na realização de seus planos de desenvolvimento;

VIII — Reestruturação do Banco do Brasil S.A., não só para desempenhar com maior eficiência e perfeição suas integrais funções de banco central, mas para acompanhar a fase de pré-desenvolvimento que vive o País e extrair o melhor aproveitamento de sua máquina administrativa e do valioso capital humano, detentor de experiência, tirocinio e vivência dos mais variados problemas bancários, comerciais e do crédito em todas suas modalidades;

IX — Aperfeiçoamento técnico e profissional dos bancários, sob orientação de seus órgãos de classe, visando a crescente integração da rede bancária privada nos superiores objetivos do crédito;

X — Regulamentação profissional adequada, racionalizando a remuneração e as funções, como meio de fixação na profissão, indispensável ao aprimoramento técnico e à eficiência do sistema bancário, à altura da função social que lhe compete.

Desses dez pontos básicos, incorporados explicitamente na lei estrutural que se elabora, aceitamos que alguns possam ficar para regulamentação posterior, por iniciativa do Conselho Monetário ou órgão equivalente.

Consideramos, entretanto, da maior importância para que fiquem desde já fixados na proposta ou projeto que o Governo da União enviará ao Congresso Nacional, dispositivos que definam sua posição em relação a:

A UNIDADE DO BANCO DO BRASIL S.A.: — Estamos convencidos de que a preservação da capacidade financeira e da autoridade administrativa do Banco do Brasil S.A. como banco central misto e agente financeiro do Governo, tem a mesma importância para a economia e a estabilidade deste país do que a defesa da Petrobrás, da Cia. Siderúrgica Nacional e outras autarquias econômicas. O abandono, o enfraquecimento parcial ou a eventual

fragmentação do Banco do Brasil S.A., ao contrário, criará as mais graves inconveniências para a administração pública e a execução dos planos do Governo.

A SELETIVIDADE DO CRÉDITO: — Se o nosso banco central já existe, praticamente, nas funções exercidas pelo Banco do Brasil S.A., o que carecemos é reconhecer o fato, e dar à Autoridade Monetária condições legais e força bastante para disciplinar o crédito distribuído por todo o sistema bancário, dentro de critérios de seletividade e hierarquia indispensáveis à mobilização dos recursos que o povo confiou às instituições de crédito, no sentido de levar a bom termo os planos econômicos e monetários com que o Governo espera reduzir a inflação e acelerar o desenvolvimento econômico e a emancipação do País.

A REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES — significa fazer o pensamento social de milhões de assalariados participar de decisões que lhe interessam diretamente e alteram suas condições de vida. É a tradução em medida prática e concreta do fato reconhecido e proclamado da maturidade política do povo brasileiro, de cuja consciência emanam a inspiração e a força para levar avante as reformas de base.

A NACIONALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO — Reafirmamos o que foi dito no item V, do nosso Decálogo, torna-se imperioso corrigir a desnacionalização que se exerce na obtenção do controle de vários bancos pelos grandes mono e polibancos estrangeiros. Não vemos porque cruzar os braços passivamente, como se temessemos exercer nossa própria soberania, diante da penetração estrangeira já agora em um ramo de atividade que tem por objetivo mobilizar nossos próprios recursos, frutos do trabalho do nosso povo, para que sejam controlados por interesses estrangeiros.

APERFEIÇOAMENTO CULTURAL DOS BANCÁRIOS E NORMA GERAL DE REGULAMENTAÇÃO PROFSSIONAL, SEM COMO A INTEGRAL E EFETIVA DEFESA DOS INTERESSES DOS EMPREGADOS DE TODAS AS INSTITUIÇÕES QUE FOREM, DE QUALQUER FORMA, AFETADOS PELA NOVA LEI — Insistimos, portanto, na inclusão imediata de, pelo menos, esses pontos que caracterizam, a nosso ver, a disposição do Governo de encaminhar ao Congresso uma solução progressista, coerente com o apoio que recebe do povo e da classe trabalhadora.

Vale enfatizar que a posição assumida pela CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito), quanto à

reforma bancária, longe de ser conflitante com os altos objetivos visados no Plano Ceilo, Furtado, virá, ao contrário, contribuir — mais direta e poderosamente — para facilitar a ação do Governo, em sua execução.

Pretendemos que nossa colaboração torne possível o encaminhamento de um projeto que seja realmente uma reforma de base, que incorpore algumas das conquistas do povo e arme o Governo, de acordo com os compromissos que tem com as massas populares deste país, para a execução dos programas e planos que conduzirão à emancipação econômica e elevação do padrão de vida.

Dentre os projetos existentes no Congresso Nacional, fixamo-nos, em primeiro lugar, naquele elaborado no Banco do Brasil S.A., e apresentado ao Congresso, como substitutivo, pelos deputados Campos Vergal, Nelson Omega e outros. Julgamos que o mesmo projeto, modificado em alguns pontos e acrescentados outros, inclusive alguns dispositivos constantes do Projeto Faraco, poderá vir a atender, no momento, aos interesses da economia do País.

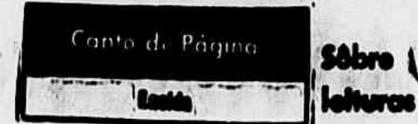
Encontramos no projeto do Banco do Brasil S.A. maior linha de coerência na implantação de um sistema nacional de crédito, enquanto que o projeto Faraco é inaceitável em suas linhas básicas e, em muitos aspectos, levará à destruição do Banco do Brasil S.A. e, prejudicará profundamente o funcionamento das Caixas Econômicas. Estas, como instituição de crédito popular, e consideradas em conjunto, representam, em volume de recursos, a segunda instituição bancária do País. O referido projeto está repleto de dispositivos de menor importância próprias para uma Lei Bancária. A autoridade monetária deverá, inevitavelmente, proceder a uma revisão de toda a legislação bancária, inclusive para torná-la coerente com a nova estrutura decorrente da reforma que, afinal, vier a ser aprovada, ocasião em que deverão ser atendidas as condições de estabilidade e expansão das Caixas Econômicas, quivados também os pontos de vista das organizações de seus servidores.

Finalmente, requeremos que estas palavras, assim como o opúsculo "REFORMA BANCÁRIA PROGRESSISTA" publicado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, documentos que passamos às mãos do sr. secretário, sejam anexados ao relatório com as sugestões a serem examinadas ao exmo. sr. presidente da República.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1963,

AS: SAMUEL DA ROCHA E SILVA.

OLYNTHO PINTO MACHADO.



Há sempre leitores que querem saber que livro devem dar aos seus filhos, quais os melhores recém-aparecidos. Considero esse fato de melhor qualidade: a preocupação dos pais em bem dirigir e organizar o hábito da leitura na família. E a uma dessas cartas que hoje respondo, falo-me o amigo no seu pavor às célebres histórias de quadrinhos impingidas pelos norte-americanos, com super-homens e crimes, tentando esmagar a inteligência dos povos, começando naturalmente pelos pequeninos. Combata-las sempre e infatigavelmente é dever de todos nós sobretudo quando se tem futuro homem e mulheres a salvaguardar. Mas, estamos atravessando no Brasil uma fase digna de ser ressaltada: os escritores brasileiros vão ocupando o lugar que devem ter como homens e o debate dos problemas nacionais preocupa atualmente toda uma equipe de intelectuais. O mesmo acontece com a literatura infanto-juvenil. Não é mais possível dar, à criança de hoje, histórias de índas e de bruxas, de gigantes e anões. Lembro que assisti uma vez perguntaram a um menino como ele trataria Gulliver se o encontrasse hoje. A resposta foi rápida: mandaria esse gigante para o Circo polo lá é que é lugar de gigante.

A Editora Brasileira de S. Paulo compreendeu bem esse problema e está dando para a nossa mocidade livros de grandes autores estrangeiros traduzidos. Chama-se a coleção "Jovens do mundo todo" e é dirigida pela professora Yolanda P. Alves Pinto. São livros para adolescentes de treze a dezesseis anos e sua estréia foi com o "Avalanche" de Van der Leef. Saliente nessa coleção o belo livro da escritora tcheca (escritora e grande lutadora) Maria Majerová: "A pequena Robinson", se bem que a coleção (já apareceram 13 volumes) é toda ela digna de aplausos, obedecendo um critério que é o de focalizar em novelas problemas de ordem geral, os grandes e sérios problemas do mundo "procurando dar idéias dos fenômenos históricos, sociais, etc. de nossa época e, criando um espírito de solidariedade humana" como disse Raimundo Barbosa. Não esqueço nenhuma outra coleção de livros para adolescentes, tão importante quanto essas da Editora Brasileira pelo que respondendo à carta de meu (nosso) leitor P.T., aqui deixo não como um conselho, pois não sou de dar conselhos, mas como uma indicação para leitura de seus filhos, esses livros são belos.

Contra a Prisão e Torturas de Antifranquistas Espanhóis

Dirigentes sindicais da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro protestam recentemente contra a onda de repressão que se abate sobre os antifranquistas espanhóis e que, em telegramas internacionais, já repercutiram na nossa imprensa, tendo sido divulgada a prisão e torturas a que foram submetidos líderes de diversas tendências políticas, como Ramón Ormazabal, Julián Grimau, José Recarte e outros.

Os sindicatos brasileiros dirigiram-se em ofício ao chefe da Delegação do Brasil na ONU, embaixador Afonso Arinos, pedindo-lhe que, na primeira oportunidade, levante ante a Comissão de Direitos Humanos da ONU a constante e grave violação desses direitos que a famigerada Brigada Política e Social comete na Espanha de Franco.

Outro documento foi enviado, pelas mesmas organizações sindicais ao governador Militar da Primeira Região (Madrid), protestando contra o fato de que patriotas espanhóis que lutam pela implantação de um regime de franquias democráticas para todos, sejam submetidos ao julgamento de Conselhos de Guerra, onde, se escaparam com vida às torturas da Brigada, são invariavelmente condenados a penas monstruosas. Os sindicatos fluminenses que assinaram os ditos documentos são os seguintes: Sindicato dos Metalúrgicos; Metalúrgicos; Espetadores; Alfaiates; Marcenários; Triangulares; Frigoríficos; Eletricistas; M e R fábricos; Bancários; Gráficos; Jornalistas; Vendedores de Prod. Farmacêuticos; Aeronáuticos; Edifícios; Têxteis; Bobinas; Leopoldinas.

E ainda as Federações da OB: Federação dos Trabalhadores; Portuários; Vestuário; Gráficos; Jornalistas; Músicos e Bancários.

Topicos Tipicos

Pedro Severino

O "GLOBO" SE TRAI

Em sua última edição de 1962, "O Globo", recordando os acontecimentos do ano que chegava ao fim, publicou uma foto do protesto estudantil contra o bloqueio de Cuba, realizado, há tempos, nas escadarias do Palácio Tiradentes. A legenda da foto era sintomática: "Dir-se-ia uma manifestação fascista. Infelizmente, era apenas um bando de estudantes..." Aquêle "infelizmente" diz tudo...

NAPOLEÃO MORREU DE TÍDIO?

O diplomata Gilbert Martineau publicou um estudo no qual afirma que Napoleão Bonaparte não morreu de úlcera, nem de câncer, nem de envenenamento: morreu de chateação. Segundo o diplomata, Napoleão, em Santa Helena, sofria de um tédio "verdadeiramente mortal". Não tive oportunidade de ler o trabalho do sr. Martineau e não estou em condições de aquilatar o seu valor científico, mas tenho a impressão de que a conclusão é falsa. Se chateação matasse, como é que tantos espectadores teriam conseguido sobreviver à exibição do filme "A Experiência Culinária"?

CHILENO VIVO

Em Santiago do Chile, um cidadão de nome Jorge Haverdeck registrou como de sua propriedade o título "Aliança Para o Progresso", que (surpreendentemente) ainda não estava registrado em nome de pessoa alguma. Agora, aquele cidadão poderá reclamar para si os dólares porventura chegados ao país por conta da "Aliança", de conformidade com as leis capitalistas.

KAFKA

"A rigor, permite-se a um homem sentado em um bar na companhia da esposa que ele fique lendo um jornal. Mas nunca uma revista em quadrinhos" (Journal, Grasset, p. 51).

Ano Novo vida nova

mas não esqueça as coisas boas do ano passado: uma assinatura de PPS para 1963 por apenas Cr\$ 600,00, e grátis, os números de outubro, novembro e dezembro da 1962. Pedidos para rua da Assembléia, 34, sala 304, Rio (GB). Valores em nome de H. Cordeiro.

NR ROMANCE Páginas de Vida SERGUEI EISENSTEIN Ilustrações do autor

E a puerilidade mais ingênua assoma aos olhos do índio de bronze que ainda hoje, como Guatemotzin sobre a grelha dos conquistadores espanhóis, é capaz de suportar os tormentos e as torturas com dignidade, e estas palavras em resposta ao gemido de outro mais fraco: "Tampouco eu estou em um leito de rosas." Aparece também na paisagem a essas horas de crepúsculo matutino ou vespertino em que o ar é tão translúcido que se diria roubado por algemadas; em que as distantes vertentes das montanhas avermelhadas flutuam com deslumbrante nitidez no vazio entre o azul marinho do céu e o violeta de seu próprio sopé, em que de repente se descobre com evidência que seus olhos não vêm, mas que percebem e apalparam os objetos, exatamente como faz o cego com as mãos.

as lajes brancas de que está empedrado o pequeno pátio do minúsculo forte de Acapulco e quando a noite de lua prateia sua pele bronzeada, que na escuridão noturna adquire um matiz granada quase negro? Por cima deles, pelas estreitas passagens da muralha, vai e vem compassadamente uma sentinela. E ao se acercar do parapeto, pode-se abarcar com o olhar essa multidão que perde seus contornos ao se aproximar o amanhecer e parece o corpo único de um povo, de uma nação e de uma raça: a "raça de bronze" como costumam chamar à população nativa do país, para adultá-la, os mestiços que se apoderaram... Dir-se-ia que com o mesmo único alento respiram não somente o pequeno forte, não somente o minúsculo golfo de água cor de âmbar, mas também o azul do oceano que se perde ao longe e as os bosques de troncos esbeltos que se adentram no país, pululam na água, as gigantes tartarugas que passam sobre elas e inclusive os areais calcinados pelo sol que absorvem os sumos vitais do deserto para criar a inesperada maravilha da flor do cacto: a faca parte a polpa que serviu de pedúnculo a essas flores de cor prodigiosamente rosa, e os dentes cravam-se com avides no pedaço de doce gelé violáceo que parece este fruto tão frio, nascido no coração do inferno de areia do deserto abraçado pelo sol.

Movimento Camponês 62: Fortalecimento e Consolidação

Rui Facó

Em 1962, a massa camponesa pobre em nosso País continuou pobre e submetida à opressão do latifúndio, mas colheu bons frutos em sua luta pela emancipação social e econômica. Obteve um grande progresso em seu esforço de organização e acelerou seu processo de tomada de consciência da sua força e das possibilidades que se lhe oferecem para a conquista da posse da terra e a reforma agrária.

Um dos grandes êxitos do movimento camponês no ano findo foi a movimentação dos trabalhadores agrícolas e peões do Rio Grande do Sul, levando o governador Leonel Brizola a desapropriar diversas fazendas com objetivos de colonização. O acontecimento alcançou repercussão nacional, devido sobretudo aos "acampamentos" efetuados pelos sem-terra junto às propriedades reivindicadas. Os "acampamentos" constituíram um primeiro passo do campesinato gaúcho para a sua organização e suas lutas, e deram resultados excelentes. Hoje, o Rio Grande do Sul conta com numerosas associações de trabalhadores agrícolas que congregam dezenas de milhares de camponeses sem terra. É verdade que as desapropriações mandadas a efetuar por Brizola ou foram anuladas pela Justiça ou não se tornaram efetivas, devido à fortíssima pressão do latifúndio. Mas este fato mesmo serviu para mostrar à massa camponesa pobre que a sua luta não é fácil nem pode tornar-se vitoriosa mediante simples decretos do executivo ou de qualquer dos outros poderes da República. Ao contrário, estes poderes devem ser colocados no latifúndio e de seus privilégios e de seus privilégios quando a massa camponesa pobre for organizada e atuante, capaz de enfrentar de maneira bem-sucedida a maneira como seus protetores.

exploradores aos explorados, mas conquistas destes aqueles.

Esta situação foi deixada bem clara nos acontecimentos que tiveram lugar na Paraíba ainda no primeiro semestre do ano passado. Ali, em face da crescente combatividade das ligas camponesas, sobretudo a de Sapé, a mais numerosa e bem estruturada de todo o País, o latifúndio passou a ofensiva aberta contra o campesinato organizado. Foi assassinado seu mais prestigioso dirigente local, João Pedro Teixeira. E ante a réplica da massa camponesa, promovendo uma poderosa manifestação de rua em plena capital do Estado, reuniram-se algumas centenas de grandes latifundiários em Campina Grande, tomando posição aberta contra a reforma agrária. O deputado Aguiar de Cascais, em discurso, que qualificar reforma agrária deveria ser recebida à bala. Manifestou-se formalmente contra a sindicalização rural... O fazendeiro Agnaldo Veloso Borges, apontado como autor intelectual do trucidamento do líder camponês Pedro Teixeira, ao entrar no recinto da reunião foi delirantemente aplaudido... (O Globo, 30-V-62).

Mas a fúria dos latifundiários não fez arrefecer o ânimo de luta do campesinato pobre. A Liga de Sapé continuou a crescer, passou a oito, dez, doze mil membros. Em fins de julho dava uma nova demonstração de sua força e combatividade, em nova manifestação pública nas ruas de João Pessoa, com milhares de camponeses e camponesas pobres da Paraíba, reclamando ao presidente da República a lei da reforma agrária.

As retregas não cessaram. Outros dirigentes camponeses paraibanos foram atacados pelas campanhas do latifúndio, que tentaram

assassinar Assis Lemos e Pedro Passandunho. Mas logo depois, em outubro, Assis Lemos era escolhido nas urnas para representar o campesinato pobre na Assembleia Legislativa estadual, numa das melhores demonstrações de que o voto não está mais inteiramente sob o controle dos senhores latifundiários. Não obstante o enorme índice de analfabetismo e indicadores reacionários da atual legislação eleitoral, uma parcela do campesinato já consegue impor a sua vontade contra a vontade do latifúndio.

Lutas pela terra ou em função da terra se travaram ainda em diferentes pontos do País. Registraram-se choques armados no Maranhão, onde os latifundiários mandaram assassinar mais de uma dezena de miseráveis camponeses, num autêntico massacre que teve repercussão nacional. Mas aí também cresceu animadoramente o movimento camponês organizado durante o ano de 62. Depois da Paraíba e Pernambuco, no Norte e no Maranhão, onde as organizações do campesinato pobre adquiriram maior vulto, aumentando seu número, o número de seus filiados e assumindo posições de luta, seja pelas reivindicações imediatas, seja pela terra — em geral a sua defesa — contra assaltos de latifundiários e grileiros.

Quase inexistentes na Bahia até na pouco, as associações de lavradores e trabalhadores agrícolas começaram a florescer naquele Estado, principalmente na zona do cacau, onde se fizeram as contradições entre fazendeiros ricos e assalariados, e agricultores pobres, conservando muito de sua antiga prepotência de senhores feudais e estes ainda na condição de semi-servos. Entre os proprietários de terras, e os sem-terra do sul baiano, irromperam litígios, no ano passado, alguns de vastas proporções, como no município de Belmonte, onde mais de 800 famílias camponesas resistem a ações de despejo dos latifundiários.

No Brasil Central, o campesinato de Goiás continuou a lutar a luta consolidada, as posições conquistadas há alguns anos já ou repelindo ataques de salteadores e campanhas a serviço de grileiros, ou ganhando com a perda de terras com a ocorrência de meados do ano em Pernambuco.

Choques intermitentes ocorreram ainda no Paraná no Estado do Rio, ficando neste último em evidência os casos de Tingüá, Serra dos Caboclos e Parreiras, com o brutal assassinato de João Pedro Teixeira, é o melhor exemplo neste sentido.

Mas é da máxima importância observar que este espírito de combatividade demonstrado pelo campesinato organizado parabaiano não foi imposto de cima para baixo, nem trazido de fora para dentro da organização camponesa. Dele só se impregnaram os camponeses através de um longo e doloroso processo, durante o qual suportaram, algumas vezes passivamente, as mais ignominiosas perseguições e atrocidades mandadas praticar pelos latifundiários. Somente de maneira gradual foram reconhecendo a necessidade de organizar-se nas ligas. E só no curso das próprias lutas, das mais elementares às mais complexas, é que foram elevando a consciência de seus direitos e de sua força. A dificuldade começava pelas vacilações em aderirem à associação camponesa, em acataram demandas jurídicas contra o patrão, até finalmente serem capazes de resistir ao arbítrio do latifundiário, recusarem-se a abandonar a terra de onde querem expulsá-los e prontificarem-se a defendê-la. Sem esta ascensão gradativa de lutas, o pobre do campo em nosso País — vítima de mais de quatro séculos de opressão e semi-servidão — não atinge a fase superior da luta camponesa: a decisão de tomar a terra para si próprio cultivar. Esta mesma luta pela terra passa por escalas diferentes no Nordeste ou no Brasil Central, dada a maior ou menor proximidade da força

de caráter radical e que revelam o despertar da consciência revolucionária do proletariado rural: a luta direta pela terra, embora as mais das vezes na defesa da terra ocupada. Enquanto na zona das ações terroristas dos latifundiários contra os camponeses que levantavam as menores reivindicações próprias ainda os intimidavam, hoje produzem resultado oposto: acendem-lhes o ânimo de luta. Os acontecimentos de abril na Paraíba, com o brutal assassinato de João Pedro Teixeira, é o melhor exemplo neste sentido.

Mas é da máxima importância observar que este espírito de combatividade demonstrado pelo campesinato organizado parabaiano não foi imposto de cima para baixo, nem trazido de fora para dentro da organização camponesa. Dele só se impregnaram os camponeses através de um longo e doloroso processo, durante o qual suportaram, algumas vezes passivamente, as mais ignominiosas perseguições e atrocidades mandadas praticar pelos latifundiários. Somente de maneira gradual foram reconhecendo a necessidade de organizar-se nas ligas. E só no curso das próprias lutas, das mais elementares às mais complexas, é que foram elevando a consciência de seus direitos e de sua força. A dificuldade começava pelas vacilações em aderirem à associação camponesa, em acataram demandas jurídicas contra o patrão, até finalmente serem capazes de resistir ao arbítrio do latifundiário, recusarem-se a abandonar a terra de onde querem expulsá-los e prontificarem-se a defendê-la. Sem esta ascensão gradativa de lutas, o pobre do campo em nosso País — vítima de mais de quatro séculos de opressão e semi-servidão — não atinge a fase superior da luta camponesa: a decisão de tomar a terra para si próprio cultivar. Esta mesma luta pela terra passa por escalas diferentes no Nordeste ou no Brasil Central, dada a maior ou menor proximidade da força

de caráter radical e que revelam o despertar da consciência revolucionária do proletariado rural: a luta direta pela terra, embora as mais das vezes na defesa da terra ocupada. Enquanto na zona das ações terroristas dos latifundiários contra os camponeses que levantavam as menores reivindicações próprias ainda os intimidavam, hoje produzem resultado oposto: acendem-lhes o ânimo de luta. Os acontecimentos de abril na Paraíba, com o brutal assassinato de João Pedro Teixeira, é o melhor exemplo neste sentido.

Mas é da máxima importância observar que este espírito de combatividade demonstrado pelo campesinato organizado parabaiano não foi imposto de cima para baixo, nem trazido de fora para dentro da organização camponesa. Dele só se impregnaram os camponeses através de um longo e doloroso processo, durante o qual suportaram, algumas vezes passivamente, as mais ignominiosas perseguições e atrocidades mandadas praticar pelos latifundiários. Somente de maneira gradual foram reconhecendo a necessidade de organizar-se nas ligas. E só no curso das próprias lutas, das mais elementares às mais complexas, é que foram elevando a consciência de seus direitos e de sua força. A dificuldade começava pelas vacilações em aderirem à associação camponesa, em acataram demandas jurídicas contra o patrão, até finalmente serem capazes de resistir ao arbítrio do latifundiário, recusarem-se a abandonar a terra de onde querem expulsá-los e prontificarem-se a defendê-la. Sem esta ascensão gradativa de lutas, o pobre do campo em nosso País — vítima de mais de quatro séculos de opressão e semi-servidão — não atinge a fase superior da luta camponesa: a decisão de tomar a terra para si próprio cultivar. Esta mesma luta pela terra passa por escalas diferentes no Nordeste ou no Brasil Central, dada a maior ou menor proximidade da força

ESTIVADORES DERROTARAM OS GOLPISTAS

Estivador em Santos, militante sindical há vários anos, Francisco Garces opina sobre a greve dos chamados "bagrinhos" no nosso principal porto, movimento que contou com o apoio e o incentivo suspeitos de irreparáveis golpistas como Herbert Levy, da imprensa ligada aos trustes e das autoridades inimigas dos trabalhadores. Francisco Garces diz que o objetivo desses falsos protetores dos trabalhadores que reivindicavam maricada nos sindicatos da orla marítima santista era "destruir a unidade e a organização dos estivadores de Santos". E acrescenta: "Conseguindo isto tentariam destruir a união, das demais estivas do Brasil e, finalmente, a nossa querida Federação Nacional dos Estivadores, verdadeira fortaleza na defesa dos justos direitos dos trabalhadores de nossa categoria, dirigida pelo incansável líder e querido companheiro Osvaldo Pacheco, Sim, querem destruir a Federação porque ela é hoje um fator de unidade não só dos estivadores, mas de grande parte dos trabalhadores brasileiros irmanados no Pacto de Unidade e Ação, os marítimos, portuários e ferroviários. Mas nós trabalhadores não somos inocentes e sabemos que tudo isso não nasce de um vácuo preconcebido pelos golpistas que querem liquidar toda e qualquer resistência à sua funesta política de entregar nossa pátria aos espíritos estrangeiros, principalmente aos trustes norte-americanos. E hoje, ninguém ignora mais que os trabalhadores, unidos e organizados, e esclarecidos politicamente, não irão permitir sem lutas que isso aconteça".

HOMENAGEM A DOIS PATRIOTAS

A leitora Isabel Ferreira da Silva, de São Paulo, capital, envia mensagens ao sargento Almir Zoch Cavalheiro, "vítima da degeneração da lei eleitoral", e ao ex-ministro de Trabalho, João Pinheiro Neto. Ao sargento que o povo do Rio Grande do Sul elegeu deputado, e de quem a justiça eleitoral absurdamente quer retirar o mandato, Isabel diz: "Meu caro irmão de idéias generosas, prossegue na tua luta. Não desanima com as perseguições, que elas caíam por cima de todos os que amaram o povo, como Jesus e como Tiradentes. Lutando derrotaremos o desvirtuamento do lema republicano: "Do povo, pelo povo e para o povo". Ao ministro destituído por ter tido a coragem de denunciar o Fundo Monetário Internacional confessa a nossa leitora: "Dr. João Pinheiro Neto o sr. será sempre o nosso ministro do Trabalho. Ouvimos sua exposição no dia 11 de dezembro, na Televisão Excelsior. Inútil dizer da excelente impressão e do saudável otimismo de que a mesma nos impregnou. E de homens como o sr. que o nosso Brasil não pode prescindir. Seus esclarecimentos nos ajudaram muito a compreender por que se tenta impedir que aqueles que lutam pelo povo cumpram sua tarefa".

"EXPLICAÇÃO DO NATAL"

Ely Latini, da Guanabara, é professora. E jovem. Ely mostra e compartilha mais idosa de dezenas de crianças, "Sinto profundamente em mim a tragédia da infância neste regime em que vivemos" — diz ela, na cartinha que nos fez, que trouxe os versos transcritos abaixo: "O homem dizia ao negro: e os sinos badalarão porque nasceu um menino. Uma estrela aconteceu com mais luz porque nasceu um menino. Reis vieram de longe porque nasceu um menino. E o mundo suspirou livre porque nasceu um menino. Há quase dois mil anos nasceu um menino. E o mundo o ama porque ele trouxe a libertação, a felicidade, o direito de igualdade. E veio a pergunta do negro: em que mundo nasceu este menino?"

Sindicato dos Auxiliares da Administração no Comércio de Café em Geral de Santos

Rua São Francisco, n.º 188 — Fone: 2-7279
Deseja aos seus associados e a todos os trabalhadores em geral um feliz e próspero Ano Novo.
Que o ano de 1963 assinala maior ampliação e fortalecimento da unidade de todas as categorias de trabalhadores de nosso país, na luta por melhores condições de vida e pela emancipação do povo brasileiro.
Floreal Fernandes — Presidente

CONVENÇÃO NACIONAL DOS FERROVIÁRIOS DA CENTRAL

Belo Horizonte, (Da sucursal) — Os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil realizaram nesta capital de 16 a 19 de dezembro último a III Convenção Nacional dos Trabalhadores Ferroviários. Durante os três dias do conclave, diversas resoluções de interesse para a classe foram tomadas, contando o mesmo com a presença de vários delegados de outros Estados, como S. Paulo, Rio, Espírito Santo. As reuniões plenárias foram assistidas pelos delegados e por dirigentes sindicais que levaram aos ferroviários a solidariedade de suas categorias.
TESES APROVADAS
Dentre as numerosas teses aprovadas pelo Congresso, destacam-se as relacionadas com a luta pelo pagamento do 13.º salário para todos os trabalhadores, com a extensão do salário família à classe operária, com a melhoria dos benefícios da previdência social, etc.
Usando da palavra na sessão de encerramento um dos delegados observadores, representante dos trabalhadores da Rede Mineira de Viação, mostrou a necessidade da união da classe ferroviária e conclamou os trabalhadores da Central a participarem da I Convenção dos Trabalhadores da Rede Mineira a ser realizada em breve.

Sindicato Nacional dos Talleiros, Culinários e Panificadores Marítimos

— Delegacia de Santos —
Praça da República 70 — 2º and. — Fone 2-8520
Por ocasião do transcurso do Natal, apresentamos a todos os associados os nossos melhores votos de felicidade e o desejo de que continuem obtendo vitórias e melhorias no seu padrão de vida. A unidade em torno do órgão de classe é condição necessária também para que contribuamos eficazmente para a manutenção da paz no mundo — e disso devem lembrar-se todos a 1º de janeiro, festa da confraternização universal.
SEVERINO FRANCISCO DA SILVA
— Delegado —

Mil e Quinhentos Camponeses Fazem Greve Vitoriosa: Paraná

Curitiba (Da sucursal) — Mil e quinhentos camponeses das fazendas "Coroa", "São Sebastião" e "Santa Maria", no município de Bom Sucesso, empreenderam inédito e vitorioso movimento grevista visando o pagamento de salários atrasados e outras reivindicações, negadas pelos patrões, em consórcio latifun-

diário brasileiro-lanque-cadenense. A parede foi orientada em toda a sua duração pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jandaia do Sul, recentemente reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Os lavradores enfrentavam situação dramática. Há cinco meses não recebiam os seus salários. O armazém fornecedor de gêneros para os trabalhadores havia suspenso a entrega de alimentos, negando-se a receber valores, uma vez que os proprietários das fazendas deviam mais de quatro milhões de cruzeiros à firma. Também farmácia e hospital, localizados na sede do município, sustentam o atendimento aos camponeses, igualmente credores que eram dos latifundiários. O débito da Paracana Agrícola do Brasil Ltda., é este o nome na empresa, para

Trabalhadores Mineiros Tiveram um Ano de Greves Vitoriosas

BELO HORIZONTE (Da sucursal) — O ano findo marcou importantes avanços para o movimento sindical de Minas Gerais. As duas greves políticas realizadas e as reivindicações econômicas demonstram que se consolidou a formação política dos trabalhadores mineiros.

A greve de 5 de julho que paralisou cerca de 10 mil operários no Estado, pela reivindicação de um gabinete nacionalista e democrático, e a de setembro último, são exemplos do crescimento das lutas operárias em Minas e particularmente em Belo Horizonte.

AUMENTO DE SALÁRIOS

Por outro lado diversas categorias de trabalhadores foram a greve por aumento salarial, e algumas por reivindicações específicas. Os metalúrgicos fizeram a maior greve do Estado em 1962, com a paralisação de 15 mil trabalhadores em indústrias metalúrgicas exigindo aumento salarial e logrando vitória. Apesar das perseguições e das inúmeras dificuldades surgidas no movimento paralista, os telegrafistas de Além Paraíba e Pedro Leopoldo, entrando em greve de solidariedade a companheiros, e em 11 dias, obtiveram vitória, em Além Paraíba com o retorno dos dispensados ao trabalho e em Pedro Leopoldo com a indenização das 17 tecelãs demitidas.
Por sua vez os sapateiros em uma greve de sete dias, exigindo um aumento na base de 100%, obtiveram

Campos Parou ao Entardecer: Apoio ao Pessoal da Carri:

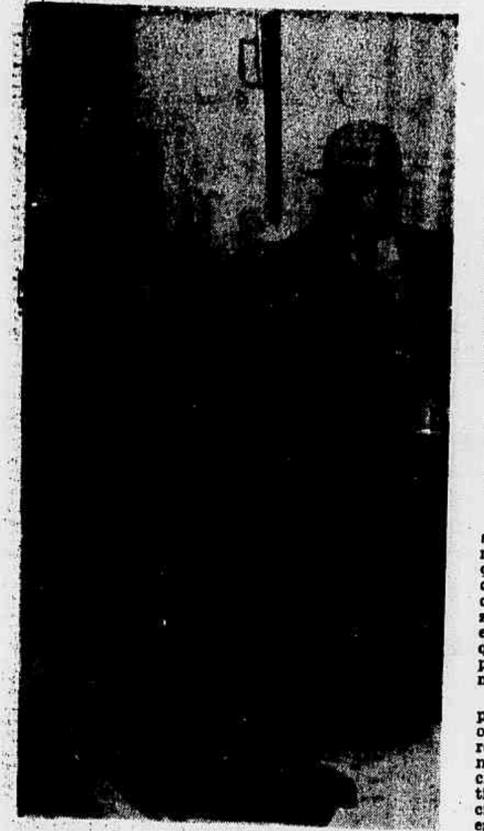
Campos, (Do correspondente) — Na tarde do dia 26 de dezembro último, toda a cidade parou, em solidariedade aos trabalhadores do SINE (Serviços Industriais do Norte do Estado), que se encontravam em greve desde o dia 23, reivindicando o pagamento do 13.º mês e os atrasados correspondentes a novembro. Ônibus e lotações rumaram, a partir das 14 horas, para as garagens, ao mesmo tempo em que 800 ferroviários paralisavam o trabalho, dirigindo-se, juntamente com os trabalhadores de água e esgotos, para o quartel-general da greve, instalado no barracão dos bondes.

CHEQUE SEM FUNDOS

O havia remetido um cheque de 10 milhões, sacado contra a agência de um banco em Campos, para o pagamento dos trabalhadores. Mas o cheque não tinha fundos. A unidade dos grevistas e sua firme resistência operaram, no entanto, o milagre: o dinheiro apareceu, e os trabalhadores em carris voltaram ao trabalho no dia 28, vitoriosos.
A solidariedade dos trabalhadores de outras categorias, tanto as que paralisaram o trabalho em apoio aos grevistas da carris, como outras que se prepara-

GREVE DERROTA DONOS DA USINA

Campos (Do correspondente) — Os trabalhadores da Usina Baixa Grande, após uma greve de 8 horas, receberam o 13.º salário, que os patrões, cubanos expulsos com a queda de Batista, negavam-se a pagar. A luta dos empregados daquela Usina teve a assistência do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, e a unidade demonstrada pelos grevistas surpreendeu os trafores cubanos. Teve grande realce a atuação do vereador Jacyr Barreto, conhecido líder sindical campestre.



BRIZOLA EM BH DENUNCIA OS TRUSTES E O GOLPISMO

BELO HORIZONTE — (Da sucursal) — "Considero absolutamente prescindível qualquer tipo de ajuda dos Estados Unidos. Bastaria que eles deixassem em nossas mãos os frutos de nosso trabalho" — declarou à imprensa o governador Leonel Brizola, após avistar-se com o governador Magalhães Pinto, nesta capital, aonde veio na pregação pela revogação do ato adicional. O governador gaúcho saiu da conferência que manteve com o chefe do executivo mineiro proferiu no auditório da Secretaria de Saúde e Assistência uma palestra, televisada. No seu pronunciamento Brizola denunciou mais uma vez o processo espionhático através do qual os trustes norte-americanos nos saqueiam e empobrecem, criticou violentamente as cúpulas e oligarquias nacionais que se associam aos nossos exploradores e desmascarou as tramas golpistas urdidas pela reação, arqui-inimiga principalmente na Guanabara. Disse o governador sulino sobre o pretexto mais acentadamente utilizado pelos golpistas: "Combater o comunismo é covardia de certos cidadãos muito bem situados na vida, pois não é possível que se vá lutar contra aquilo que está tão distante e que hoje nada nos faz de mal, pois não me consta que seja o comunismo o responsável pela alta do custo de vida e pela inflação que sofremos". Na foto, Brizola e Magalhães Pinto conversam amistosamente no Palácio da Liberdade.

SANTOS

Administração JOSÉ GOMES O PREFEITO DOS BAIRROS E MORROS SANTISTAS!

Plano de Ação Municipal



Mais Iluminação! Mais Transportes!

Prioridade Dos Bairros e Morros no Plano de Ação; as Obras em Convênio Com o Estado

Os problemas fundamentais do Município — que de certa forma estiveram sempre relegados a plano inferior — estão agora na permanente preocupação do governo de Santos. Assim, os problemas dos telefones e do tratamento do lixo; dos transportes coletivos e da habitação popular; do desafvelamento e da segurança dos morros.

Nesse particular — estabelecendo uma soma de atividades sem paralelo na vida político-administrativa do Município — a administração atual não se recusou a enfrentar problemas, quaisquer que fossem.

Alguns deles encontrarão solução nas etapas do Plano de Ação Municipal. Outros — como o dos telefones e o do lixo — estiveram sujeitos às influências de interesses poli-

tico-partidárias, decorrendo daí o tumulto no seu encaminhamento e a conseqüente protelação de soluções, prejudicial aos interesses dos municípios.

A atualização tributária, que também exigiu coragem e discernimento do poder público — encontrando aí, o Executivo a inestimável colaboração da Câmara Municipal — permitirá, notadamente neste ano de 1963, a dinamização das tarefas sociais da administração voltadas para o bem-estar do povo e o progresso da cidade.

URBANIZAÇÃO DOS BAIRROS E MORROS

A administração José Gomes tem dado particular ênfase às questões que mais de perto interessam às populações da periferia, dos morros e dos bairros de Santos.

Simultaneamente às medidas governamentais especificadas no Plano de Ação Municipal — drenagem, pavimentação, repavimentação, problemas vários, construção de unidades de base como a garagem e as ampliações de grupos escolares — a administração atendeu este ano as reivindicações mais sentidas dos morros, especialmente aquelas que desafiam mesmo os governos anteriores, como, por exemplo, a grande pista alifática do Morro de Nova Cintra, os melhoramentos levados ao Morro do Jabaquara, as importantes obras executadas no Morro do Sabão e as obras do Morro de São Bento.

MORRO DA NOVA CINTRA

Dentro do seu Plano de Ação — duas obras fundamentais executou a administração José Gomes no Morro da Nova Cintra:

- 1 — Calçamento da subida do morro, desde o final da Rangel Pestana, até o início da Avenida Santista.
- 2 — Pavimentação da Avenida Santista até o seu final, proporcionando portanto aos seus moradores, locomoção rápida e fácil acesso principalmente para os veículos e ambulâncias do Pronto-Socorro.

BAIRRO DO JABAQUARA

Também o bairro do Jabaquara recebeu importantes benefícios.

Há dois anos era um local inacessível, agora transformou-se em agradável local graças aos melhoramentos ali introduzidos. O Poder Público Municipal ali empregou 70 milhões de cruzeiros para os serviços de drenagem, ora em fase final de execução.

Nas novas surgiram e conseqüentemente processam-se obras de calçamento das vias públicas, hoje todas iluminadas, dando mais tranquilidade e melhor aspecto para os municípios ali residentes.

MORRO DO SABÃO

Como ocorreu com outros bairros e morros da cidade, e com a colaboração das sociedades de melhoramentos sempre solicitas no encaminhamento ao Executivo de reivindicações de interesses coletivos, o Morro do Sabão, sentiu a presença do Plano de Ação.

Bairro tradicional, necessitava melhores condições de vida para sua gente.

Determinou, então, o prefeito José Gomes serviços imprescindíveis e justamente reclamados pelos seus habitantes. Assim, inaugurou-se o sistema de iluminação, produzindo as mais vivas manifestações de alegria e reconhecimento dos moradores do Morro do Sabão que viram transformar em realidade um sonho tantos anos adiado; atendendo, ainda, às necessidades dos moradores do Sabão, determinou o prefeito outros melhoramentos, tais como: calçamento das escadarias do morro, reforço do muro do cemitério que se encontrava em condições deploráveis de conservação, corte de pedra para melhor locomoção de pedestres, melhoramentos na sede da sociedade do bairro, etc.

MORRO DE S. BENTO

Densamente povoado necessitava pelo seu crescimento melhorias de toda ordem. Também aí a administração se fez presente. Por determinação do prefeito José Gomes ampliou-se o serviço de iluminação. Engenheiros e técnicos da Prefeitura ali compareceram e executaram perfeito serviço de drenagem para o escoamento de águas pluviais.

Problemas viários foram resolvidos pela atual administração. Nesse morro, também, procedeu-se ao calçamento de estradas e ruas, possibilitando transporte rápido de veículos motorizados, principalmente ambulâncias do Pronto-Socorro Municipal.

Outros morros e bairros, tais como Areia Branca, Jardim Rádio Clube, Pacheco, Bufo, Fontana, Jardim S. Manoel, mereceram de forma equitativa toda a atenção do Poder Público Municipal que através do seu Plano de Ação tem proporcionado os meios necessários para a solução das mais justas reivindicações.

Concomitantemente com as medidas administrativas, que visam, efetivamente, dar assistência às populações periféricas e dos morros, a administração procedeu entendimentos com o Estado, a fim de solucionar problemas de circulação os mais graves no município.

N. S. DE FATIMA

Um dos problemas que mais seriamente desafiavam a administração não só em Santos, mas em toda a Baixada Santista, refere-se ao estrangulamento provocado pela av. N. S. de Fátima.

Estabeleceu-se então, o convênio entre a Prefeitura Municipal de Santos e o Departamento de Estradas e Rodagem que compreende:

- 1 — Construção e pavimentação da avenida N. S. de Fátima e avenida Bandeirantes, na divisa do Município até ao largo da Saudade;

- 2 — Construção e pavimentação da rua Visconde de São Leopoldo, do largo da Saudade até a travessa João Cardoso;

- 3 — Expropriações de áreas e benfeitorias necessárias à construção das referidas vias.

A Secretaria de Obras já concluiu os processos de expropriações de áreas de terreno e benfeitorias necessárias ao alargamento da av. N. S. de Fátima.

As providências para a construção e pavimentação estão sendo tomadas pelo governo do Estado.

Resumindo, verificamos que as obras em andamento no setor Problemas Viários importam em 167 milhões 453 mil 459 cruzeiros e 20 centavos.

TREVO RODOVIÁRIO

Ainda como fator de magna importância como é o trevo rodoviário que está sendo construído, na entrada da cidade, a 300 ms. na confluência das avenidas Bandeirantes e N. S. de Fátima, em linha paralela a dos trilhos da E. F. Santos e Jundiaí.

O trevo de grande significação, para o escoamento do trânsito na entrada da cidade, terá uma pista elevada que ultrapassará a Via Anchieta em linha diagonal.

As medidas do viaduto são as seguintes: comprimento de 300 ms, largura total de 10,4 ms. e pista de rodagem com 8 ms. (rodagem para 3 carros emparelhados)

Posuirá, ainda, dois passeios laterais, de 1 metro cada; guarda-corpo (ambos os lados) com 15 cm. de largura, por 1 m. de altura e uma altura livre (sobre a Via Anchieta) de 5,5 m.

O trevo rodoviário é obra do Estado, em convênio com o Município.

JARDIM RADIO CLUBE: AVENIDA JOVINO MELO

Obra de grande significação para os moradores das zonas periféricas localizadas no setor noroeste da cidade, numa extensão de 4 quilômetros, no valor de 30 milhões de cruzeiros, terá parte de sua pista inaugurada no dia 26 de janeiro.

A referida via já vem proporcionando reais benefícios aos moradores daqueles populosos bairros, pois construída no prazo contratual, proporciona melhorias inestimáveis aos que dela necessitam.

Constitui a Avenida Jovino Melo, uma realização básica da atual administração, pelos benefícios incalculáveis que já vem prestando aos municípios.

USINA DE ASFALTO

Esta Usina de acordo com o seu projeto, terá capacidade de produzir por dia, uma média de 20 a 25 toneladas de concreto asfáltico, em mistura quente, o que possibilitará à municipalidade maior economia nos serviços de pavimentação das ruas da cidade, desde que passará a fabricar com seus próprios recursos a matéria-prima.

A Usina de concreto asfáltico da Prefeitura foi construída inteiramente com o emprégo de material nacional e será acionada por um motor de 30 HP, contando ainda, com dois reservatórios com capacidade para 18 mil litros de asfalto.

O custo do material de sistema de fabrico de concreto asfáltico foi da ordem de 5 milhões e 100 mil cruzeiros, ao passo que nos reservatórios foram gastos 1 milhão e 200 mil cruzeiros.

Entre as várias finalidades do laboratório da Usina, destaca-se o auxílio aos técnicos da municipalidade para o estudo das condições das ruas a serem pavimentadas, através do dimensionamento do pavimento em relação ao tráfego e ao terreno. Além dessa atribuição, estará aparelhada aquela Unidade para proceder a estudos de sondagem do solo, bem como efetuar outras pesquisas sobre a matéria.

A Usina acha-se localizada no Jardim Bom Retiro

URBANIZAÇÃO DA AREIA BRANCA

Na Administração José Gomes foi criado um Grupo de Trabalho a fim de solucionar este problema social. Realizou-se, então, uma ampla pesquisa no bairro de Areia Branca, contando com a colaboração de assistentes sociais e da Sociedade de Melhoramentos da Areia Branca, com o objetivo de fazer um levantamento sócio-econômico dos moradores do local.

Verificou-se existência de 1300 "chales", com uma população aproximada de 6200 habitantes.

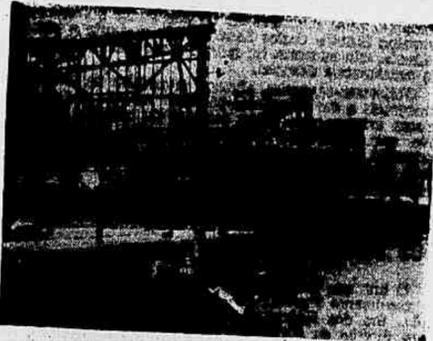
O Grupo de Trabalho elaborou um relatório completo e final, cujas conclusões estão sendo agora estudadas para sua solução rápida, pelo Grupo Executivo de Planejamento.

LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFICO

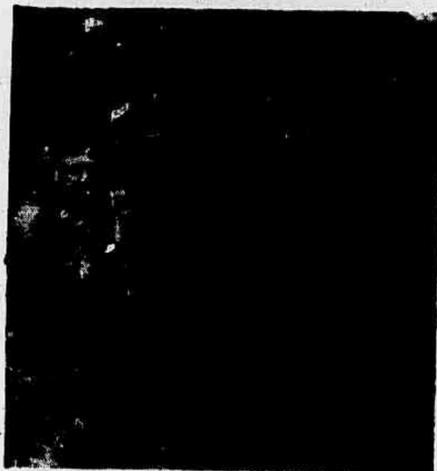
Nesta Administração, dentro do Plano de Ação, programou-se o levantamento aerofotogramétrico da cidade. Trata-se de um serviço básico de grande importância.

Foi realizado um levantamento aerofotogramétrico, cadastral, parcial dos morros de Santos. A área que foi levantada, e de mais ou menos 3,3 km² e compreende os morros da Nova Cintra, S. Bento, Fontana e Serrão.

Seu custo foi de 4 milhões 785 mil cruzeiros.



GARAGEM MUNICIPAL



DRENAGEM — JABAQUARA



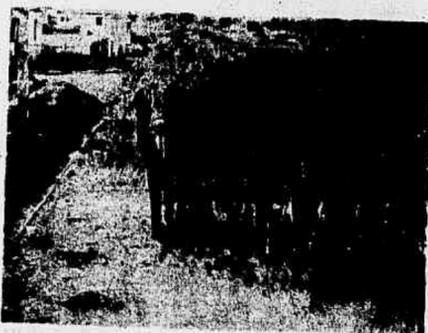
URBANIZAÇÃO SABÃO



PAVIMENTAÇÃO R. JOÃO PESSOA



PONTE JOSÉ MENINO



PROGRESSO DOS BAIRROS

GOVERNO DO MUNICÍPIO

- Prefeito José Gomes
- Chefe do Gabinete, Juarez Bahia
 - Secretário da Fazenda, Arlindo Quinto
 - Secretário de Obras e Serviços Públicos, Joaquim Cabral Lopes
 - Secretário da Educação e Cultura, Ercio José Nogueira
 - Secretário de Higiene e Saúde, Newton Lima Azevedo
 - Secretário do Governo, José Leite Amorim
 - Secretário dos Negócios Internos e Jurídicos, Hubert Vernon Lendon Nowill
 - Grupo Executivo do Planejamento: Chefe do G.E.P., Humberto Luccate
 - Serviço Municipal de Transportes Coletivos: Superintendente, Charles Arthur Sandell

Mais Escolas! Mais Realizações!

Poucos anos terão se caracterizado em nossa história republicana por uma tríplice política tão consistente e tão profunda como a que percorreu, do começo ao fim, o ano de 1962. Talvez nunca se tenha falado tanto em crise, sobretudo em "crise política". Talvez também tenha sido esse, mais do que qualquer outro, um ano em que as camadas populares fizeram sentir, de maneira concreta e marcante, a sua presença e a sua influência na vida política do país.

Apresentamos, a vibração política que assinalou o ano findo foi uma consequência do sistema de governo implantado mediante o golpe branco de agosto/setembro de 1961: o parlamentarismo. A ascensão e a queda de sucessivos gabinetes — Tancredo, Santiago Dantas, Brochado e Hermes Lima, este ainda formalmente de pé — podia dar e dava a impressão de que a "crise" era fruto apenas do artificialismo de uma forma de governo, contra a qual tramava incessantemente o presidente João Goulart na busca de mais poder. Os políticos mais retrógrados faziam disso até o seu prato predileto para a oposição ao presidente da República, afirmando com a maior seriedade que toda a crise, ou todas as "crises", eram simplesmente forjadas no Palácio do Planalto. Um dos mais reacionários e ignorantes políticos desse tipo, o sr. Herbert Levy, não dizia outra coisa, em seus discursos e entrevistas.

Na realidade, porém, a "crise" tinha e tem uma significação muito mais profunda. As atribuições do parlamentarismo, assim como os compromissos e os desacordos entre as diversas facções partidárias, não eram senão o reflexo, no plano político, das contradições que se acen- tuam na estrutura econômico-social do País — e que atingiram em 1962 um nível mais alto que nos dois anos anteriores. No fundo das "crises" — e da crise verdadeira — o que existe não é a preferência ou a superioridade de tal ou qual sistema de organização dos poderes, nem tampouco a

honradas ou a desonestida- de, de determinado grupo político ou de certos líde- res de partidos. O que há é que, a partir de agora, e de maneira irreversível, passaram efetivamente pa- ra o primeiro plano da vi- da nacional problemas co- mo estes: Por que, afinal, não melhoraram as condições de vida dos trabalhadores e do povo? Por que as tão faladas e prometidas refor- mas de base não são leva- das à prática? Por que o Governo e o Parlamento não dão passos concretos para reduzir ou conter a inflação, cujo peso recai sobre os ombros dos pobres? Por que continuamos a ser espoliados pelos trusts estrangeiros? Por que não rompemos com a velha au- turbadação aos Estados Uni- dos, e empreendemos o ca- minho de nosso desenvolvi- mento independente, quan- do todos sabem que essa su- bordinação é fatal para os nossos interesses? Por que temos de prestar conta, ao governo norte-americano de tudo o que se faz ou não se faz em nosso País, e, ao mesmo tempo, dizemos, que somos soberanos? Teremos de continuar assim, submetidos e miséveis ou po- demos nos libertar e fazer do Brasil o país próspero e feliz que ele pode e deve ser?

Os acontecimentos verifi- cados em 1962 revelaram, em essência, que em torno desses problemas — muito mais do que em torno de uma vaga opção entre par- lamentarismo e presiden- cialismo — é que as forças sociais e suas representa- ções políticas tomaram e tomam posição, sem poder- mais fugir a elas, tal o grau de maturidade que já atin- giram. Naturalmente, são problemas que estão há muito tempo presentes na vida do País. Nunca, porém, com a força e a profundidade de agora. Porque atin- gem a um ponto em que a consciência de massas ca- da dia mais vastas — não só entre os trabalhadores mas também entre os pa- triotas e pugnasistas das mais diversas classes sociais — chega à convicção de que as coisas não podem mais continuar como antes, que é indispensável haver uma mudança mas mudanças para valer. Em resumo:

contingentes de milhões de homens e mulheres da sociedade brasileira estão convencidos de que o atraso do País e os sofrimentos do povo não são uma fatalidade, e sim uma consequência da obsoleta estru- tura econômico-social que ali permanece principal- mente da espólio imperialista norte-americano e do latifúndio. Mas, essa estru- tura retrograda conta com forças que lutam em sua defesa.

Fundamentalmente, foi a luta entre essas duas ten- dências que, mais acirrada do que nunca, marcou o ano de 1962. De um lado as cor- rentes nacionalistas e de- mocráticas, de outro lado as correntes entreguistas e reacionárias. As vantagens foram consideravelmente a favor das primeiras. Logo no começo do ano, em feve- reiro, um episódio dessa lu- ta ganhava repercussão in- ternacional: a encampação da subsidiária da IT&T pelo governador Leonel Brizola. Apesar das furiosas pressões e ameaças, partidas do pró- prio governo lanque, e das manobras conciliatórias ur- didas por mantidas, com o apoio maciço do povo bra- sileiro. O entreguismo e a reação sofriram uma séria derrota.

Outras vitórias das forças nacionalistas e democráti- cas foram conquistadas no correr do ano: o malogro das articulações golpistas de julho e novembro, a ma- nutenção dos elementos po- sitivos da atual política ex- terna, os resultados das eleições de 3 de outubro (sobretudo em Estados da importância de Guanabara, Pernambuco e Estado do Rio), a aprovação da lei de limitação da remessa de lucros e a convocação do plebiscito que já está anun- ciando uma importante vitória democrática.

Naturalmente, não se pode exagerar o alcance dos êxitos alcançados pelas cor- rentes identificadas com o nacionalismo e as reivindi- cações do povo, uma vez que, no essencial, continua a dependência ao imperia- lismo, assim como se man- têm intocado o latifúndio, e com eles a situação de miséria das grandes massas

1962: «Crises» Políticas e Crise de Estrutura

trabalhadoras e populares. Mas não se pode desconhe- cer, por outro lado, que a tendência predominante foi no sentido do avanço do movimento nacionalista e democrático, de sua amplia- ção e de seu reforçamento. A política do entreguismo perdeu a hegemonia em setores como o comando mil- itar e a direção da diploma- cia, além de ter sido varri- da da frente sindical desde

o momento em que foi su- primido o peleguismo dos Holanda Cavalcanti. Conser- vando essa hegemonia numa frente viciosa, a política econômico-financeira. Mas já se fundar-se o ano, a denúncia do ex-Ministro João Pinheiro Neto (que vinha sendo feita há anos pelas forças nacionalistas) tornou claro que o Império do FMI começou também a esboçar-se.

A tendência que estamos assinalando — do avanço progressivo do movimento nacionalista e democrático — não se afirmou por meio de manobras de cúpula ou palacianas. Um aspecto verdadeiramente fundamental a assinalar-se em 1962 é que, ao contrário, os êxitos a que nos referimos e, em contra-partida, as derrotas impostas ao entreguismo e à reação foram, numa parte essencial, resultado da ação desenvolvida pelas massas trabalhadoras e populares no plano político. Tivemos, em julho e setembro, duas greves gerais de caráter po- lítico: a primeira contri- buiu decisivamente para pa- rallisar uma conspiração gol- pista em que se juntaram as direções da UDN e do PSD, enquanto a segunda influiu, também decisivamente, para que o Congresso cedesse na convocação do plebis- cito, além de ter conquistado o aumento do salário-mínimo e o efetivo reconhecimento do direito de sindicalização rural. Essa presença atuante do movimento sindical na vida política do País repre- senta um elemento novo da maior significação no que se refere às perspectivas de avanço da luta nacionalista e democrática no Brasil. E uma conquista que precisa ser devidamente avaliada, inclusive pelos que, seduzi- dos por idéias aventureiras ou confundidos por ilusões sectárias, substituíram o pa- pel da classe operária na revolução brasileira. A criação do CGT — Comando Geral dos Trabalhadores — em pleno processo da luta política de julho, foi um passo importantíssimo para a unidade dos trabalhado- res em escala nacional e, assim, para o revigoramen- to tanto de suas campanhas

por reivindicações especifi- cas como pelos objetivos políticos da frente única anti-imperialista e anti-la- tificundiária. Quanto às ma- ssas camponesas, houve tam- bém um considerável avanço em suas ações e em sua organização, particularmente no Rio Grande do Sul. O impulso que começou a ter a sindicalização rural, especialmente agora que foi conseguida a sua regula- mentação, importará num progresso sensível da alian- ça entre as forças funda- mentais da revolução brasileira: os trabalhadores das cidades e as massas camponesas.

Os entreguistas e reacio- nários lançaram mão de to- dos os recursos para resistir a essa tendência e fa- zê-la retroceder. Enfiaram mãos à "ajuda" americana e à fracassada Aliança para o Progresso. Sem nenhum pudor, colocaram-se ainda mais abertamente do que antes às ordens e sob o fi- nanciamento dos trusts norte-americanos. Conspi- raram com eles, nos gabi- netes da Embaixada lanque e nos almoxós secretos com o coronel Walter. Tornaram ainda mais abjecto o subr- ão da "grande imprensa", e nas eleições de outubro, gastaram rios de dólares distribuídos através do IBAD. Sua última grande batalha do ano, que foi também a sua última gran- de derrota, foi a compa- nha de boicote do plebis- cito — à qual o povo res- pondeu comparecendo às urnas numa proporção sur- preendente e votando es- magadoramente contra o Ato Adicional, contra o golpe branco de 1961, contra o entreguismo e, em geral, a política conservadora. O "Não" pronunciado maciça-

mente pelo eleitorado bra- sileiro é um repúdio con- tudente ao entreguismo e à reação e uma manifesta- ção vigorosa de que o nosso povo espera e exige uma política não de conciliação com os inimigos do Brasil, mas que leve a libertar-nos da espólio imperialista e a ampliar as liberdades de- mocráticas para todo o po- vo.

Os acontecimentos polí- ticos transcorridos em 1962 conduzem, enfim, a duas conclusões básicas:

a) a tendência dominan- te, no panorama político brasileiro, é a de avanço das lutas pelas reivindi- cações anti-imperialistas e de- mocráticas. As forças da reação, que se opõem a essa tendência, sofrem der- rotas e são cada vez mais isoladas. As correntes conciliatórias existentes no seio do Governo procuram frear o avanço do movimento patriótico e democrático, mas essa é uma política também condenada pelo povo;

b) as vitórias alcançadas e as posições conquistadas, pelas correntes patrióticas e progressistas em 1962 indi- cam uma clara perspectiva de vitórias mais importa- ntes, na medida do nosso povo para mudar a estru- tura econômico-social do País e tornar vitoriosa a luta por nossa libertação nacional e pela democracia. Isso, entretanto, depende, antes de tudo, da organiza- ção e mobilização de mas- sas sempre mais vastas da população, a fim de que sejam derrotados os entre- guistas e impedidas as ma- nobras dos grupos concilia- dores.

O ano de 1962 foi, enfim, um ano de lutas e vitórias, prenunciando que neste ano de 1963 serão maiores as lutas e maiores as vitórias.

NOVOS RUMOS

O ano de 1962 foi de grande valor para o desenvolvi- mento das lutas reivindicatórias dos trabalhadores da cidade e do campo em nosso País. Não houve uma só cate- goria profissional que não lutasse para conseguir a elevação de seus salários. Em todos os Estados, nas capitais, em seus municípios, travou-se a luta pelo aumento dos sa- lários. Essas campanhas atingiram as grandes massas tra- balhadoras, conseguindo, pela sua impetuosidade e coesão, romper, inclusive, as estereótipos mentirosos do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (SEPT) e, também, as da Fundação Getúlio Vargas.

Os aumentos salariais variaram entre 40% e 65%, sen- do que a maioria se situou na faixa de 50%, a 55%. Desta forma, se conseguiu, em parte, vencer as consequências do crescente custo da vida e da inflação monetária. Mas, a batalha contra a alta dos artigos de consumo popular, dos alugueis, do serviço público, do transporte, do material es- colar e dos medicamentos, não atingiu a proporção que obrigasse ao governo e aos comerciantes, exploradores, sonegadores, a recuar de sua desenfreada especulação. Nesse sentido a luta da massa trabalhadora e popular foi débil, esporádica e desorganizada.

NOVOS NÍVEIS DO SALÁRIO MÍNIMO

Entre as reivindicações incluídas nas lutas de 1962, destacou-se a da elevação dos níveis do salário mínimo. A tabela que vigorava era a decretada em 13 de outubro de 1961, que já teria sido superada, em grande parte, logo após entrar em execução. Dirigida, essa luta pelo Comando Geral dos Trabalhadores, foi motivo de reuniões, concentrações e de vários entendimentos com o governo. Proclamou-se a sua elevação para o dia que completava um ano de sua vigência e que a percentagem de seu aumento atingia a 100%. Apesar da luta da classe trabalhadora, da atividade das principais organizações dos industriários e comerciá- rios, o governo cedeu às imposições e pressão dos órgãos dos empregadores, estabelecendo a vigência da nova ta- bela, aprovada pelo Decreto 51.813, de 3 de dezembro de 1962, para o dia 1.º de janeiro do ano em curso. A por- centagem de sua elevação foi calculada pelos índices do aumento do custo de vida, até o mês de setembro do ano passado, significando que a nova tabela já vem desfalca- do do aumento do custo de vida de outubro, novembro e de- zembro. Segundo os dados fornecidos pela Divisão de Es- tatísticas e Documentação Social do D. C. da Prefeitura do município de São Paulo, o custo de vida aumentou, de outubro a novembro do ano de 62, em 5,13%. Pode-se calcular o mesmo ou mais para dezembro, o que diminuiu o salário mínimo em vigor, desde sua vigência, de um modo geral, em 11% ou mais.

13.º SALÁRIO

No dia 13 de julho do ano passado foi sancionada a Lei n.º 4.090, que instituiu a gratificação de Natal para os trabalhadores. Esta foi uma outra importante conquista dos trabalhadores. Luta que durou anos, que foi motivo de greves, como a de dezembro de 1961, em São Paulo. A sua aprovação no Congresso Nacional foi realizada na caravana sindical a Brasília em 26 de junho do ano pas- sado. Com essa lei, acabaram-se as gratificações humi- liantes e ao bel-prazer de empregadores, que ganham durante um ano milhões e milhões de cruzeiros e depois querem dar migalhas aos que trabalham para eles.

Essa conquista teve para sua aplicação exigir mobi- lização de massa, por meio dos Sindicatos dirigidos pelo Comando Geral dos Trabalhadores, para vencer a resis- tência e a voracidade patronal, que se negava a pagar in- teiramente o 13.º mês de salário. Essa intransigência obrigou o governo a regulamentar a lei, que tomou o número 1.881, de 17 de dezembro passado.

Assim fica incorporada à vida dos trabalhadores mais essa conquista.

LUTAS POLÍTICAS: GREVES DE 5 DE JULHO E DE 14 DE SETEMBRO

As greves políticas de 5 de julho e de 14 de setembro constituíram dois acontecimentos culminantes das lutas da classe trabalhadora e do povo brasileiro no ano que

1962: ANO DO COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES

Roberto Morena

Entretanto, durante o período em que foi ministro do Trabalho, o democrata-cristão Franco Montoro, num passe de mágica e em estreita convivência com o clero, conseguiu reconhecer dezenas e dezenas de pseudos-sindicatos de trabalhadores rurais, baseado na antiga Portaria, que di- vidia e subdividia os trabalhadores do campo. A greve política de 14 de setembro do ano passado, tendo como uma de suas reivindicações a sindicalização rural, obteve em tempo recorde a modificação da Portaria antiga e no dia 20 de novembro, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria o ex-ministro do Trabalho, dr. João Pinheiro Neto, assinou a Portaria n.º 355-A, que dá novas instruções para a sindicalização rural, Portaria que contou com a colaboração do Comando Geral dos Tra- balhadores.

LUTAS PELAS REFORMAS DE BASE E ESTRUTURAS DE GOVERNO

Ao lado das reivindicações econômicas, o que caracte- rizou, principalmente, o ano de 62, foram as de cunho político. Os trabalhadores compreenderam que sem a reali- zação das reformas básicas, anti-imperialistas e anti- latificundiárias, sem uma estruturação nova e democrática do sistema do governo, o nosso país não sairá do sub- desenvolvimento, presa das forças dos trusts e monopó- lios imperialistas, submetidas a potências que exploram e espoliam outros países, como os Estados Unidos da América.

A classe trabalhadora e seu movimento sindical têm como plataforma de luta a realização dessas reformas e uma forma de governo capaz de torná-las uma realidade: um governo nacionalista e democrático.

Nas greves gerais de 5 de julho e 14 de setembro, essa plataforma de luta foi a bandeira que mobilizou as massas trabalhadoras e populares. Mas essas conquistas exigem maior, mais profunda e mais ampla mobilização e organização dos trabalhadores e do povo.

Alguns passos se deram nesse sentido. A lei que dis- ciplina a remessa de lucros para o exterior foi aprovada, embora com várias restrições e mutilações. A reforma agrária foi posta na ordem do dia e constituiu o ponto central das comemorações do 1.º de Maio. Impediu-se, pela vigorosa greve nacional dos bancários, que teve lugar no dia 5 de dezembro do ano passado, o projeto-substitu- tivo do deputado Daniel Faraco, da chamada reforma do sistema de crédito, reforma bancária. Dirigida pela Con- federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, que procedeu a um estudo sério e patriótico sobre como se deve fazer essa reforma fundamental em nosso sistema de crédito, constituiu uma vitória do movimento sindical brasileiro.

SINDICALIZAÇÃO RURAL

Em 1962 deu-se um passo adiante para a organização dos trabalhadores do campo. Apesar de as leis sociais e trabalhistas reconhecerem alguns direitos aos trabalha- dores do campo, todos os entraves e obstáculos eram an- tepostos à sua realização. A regulamentação desses di- reitos pela máquina reacionária do Estado os tornara de trabalhadores rurais reconhecidos e com seu funciona- mento garantido.

As lutas do movimento sindical dirigiram-se contra as ameaças e tentativas golpistas e de instauração de re- gime ditatorial, garantindo a realização do pleito de 7 de outubro. Manteve-se na prática o direito de greve, apesar de ainda não se ter conseguido a aprovação do projeto de lei que garante de fato esse direito. As amea- ças, os processos contra os grevistas, instaurados principal- mente, pelos governadores de São Paulo e Guanabara, Carvalho Pinto e Carlos Lacerda, não obstante a sua in- sistência, não puderam ter o andamento que esses elemen- tos reacionários desejam.

Obtiveram-se, assim, algumas conquistas na defesa da democracia e das liberdades públicas. Ao lado dessas con- quistas, erigiu-se uma forte corrente de opinião, manifes- tada em documentos e pronunciamentos de ampla re- percutação, da necessidade inadiável de um governo com- posto de autênticos nacionalistas e democratas e apoiado nestas forças patrióticas.

LUTAS UNITÁRIAS, BASE DO COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES

O ano que passou viu a unidade dos trabalhadores e do movimento sindical aumentada, ampliada e aprofunda- da. Um dos fatores dessa unidade foi, sem dúvida, a nova direção da CNTI, que está levando a mais impor- tante Confederação às lutas reivindicatórias e unitárias e outro elemento unitário foi a atuação do Pacto de Uni- dade e Ação, nascido na memorável greve da paridade, constituído de marítimos, ferroviários, portuários, estiva- dores e trabalhadores do ar.

A conjugação dos esforços da CNTI, CONTEC e Fe- derações Nacionais com o Pacto de Unidade e Ação, re- sultou na criação do Comando Geral de Greve, que pre- parou e dirigiu os grandes movimentos de 5 de julho e 14 de setembro. Não criado artificialmente, não se formou em manobras, cambalacho e concessões, mas foi produto e consequência da luta comum.

No grande IV Encontro Sindical Nacional de 18, 19 e 20 de agosto de 1962, em São Paulo, perante cerca de 4.000 delegados sindicais de todo o país, o Comando Geral de Greve se transformou em Comando Geral dos Tra- balhadores, o CGT, que hoje é a poderosa união das forças proletárias.

Esta foi a grande vitória da unidade dos trabalhadores do Brasil, realizada no ano memorável de 1962.

1963 — LUTAS DECISIVAS — IV CONGRESSO SINDICAL NACIONAL, CONSOLIDAÇÃO DA UNIDADE ORGANICA DOS TRABALHADORES

As lutas de 1962, o avanço no terreno da unidade cria- ram condições e enormes possibilidades para um grande desenvolvimento em 1963.

O proletariado e o povo brasileiro terão de travar duras lutas em defesa e ampliação de seus direitos. Em primei- ro lugar, a luta por um governo capaz de realizar ou ao menos iniciar as reformas de base de que tanto carece- mos. Para isso se necessita dar um golpe sério nas forças entreguistas e golpistas que exercem forte pressão sobre o governo e o presidente João Goulart. A mobilização das forças proletárias e a unidade com as massas camponesas, estudantes, intelectuais e militares democratas e patriotas, têm que ser realizadas como condição funda- mental para a defesa da economia nacional e a manuten- ção e ampliação da política externa independente, de paz e de respeito à soberania de todos os povos.

Esta é a tarefa fundamental. Todas as lutas, reuniões, conclaves estaduais ou de categorias profissionais, devem ter como objetivo principal a formação dessa frente uni- atuante para a conquista dos nossos programas e objetivos.

Toda essa atividade alcançará seu coroamento na rea- lização do IV Congresso Sindical Nacional, que terá lugar nos meados de 1963. Este conclave tem já seu êxito as- segurado, porque é reclamado, sentido, desejado pelos tra- balhadores brasileiros. Estes sabem que unidos e organi- zados serão capazes, conjuntamente com o povo, de tornar o nosso país independente econômica e politicamente.



A Situação Internacional e a Atual Política Exterior da União Soviética

INFORME DE NIKITA KRUSCHIOV NA SESSÃO DO SOVIETE SUPREMO DA URSS A 12 DE DEZEMBRO DE 1962

Camaradas deputados!

No curso dos 7 meses que se passaram depois da sessão precedente do Soviete Supremo da URSS, acontecimentos de uma importância excepcional se produziram na arena internacional. Alguns deles representaram uma grave ameaça para a paz. O governo soviético considera seu dever fazer uma análise da situação internacional atual e expor as negociações que empreendeu, nestes últimos tempos, no domínio da política exterior.

A política exterior do Estado e sua atividade diplomática exigem dos partidos políticos no poder e dos homens de Estado dos países socialistas que eles façam de um modo profundamente científico a análise dos fenômenos da vida internacional e que dêem prova de uma grande arte política para tomar decisões, tendo em conta a situação real, apreciando com lucidez a relação de forças, suscetíveis de levar a resultados que reforçam as posições do socialismo e conformes aos interesses de todos os povos pacíficos.

Observando firmemente os princípios leninistas da política de coexistência pacífica, o governo soviético sempre tudo tem feito e continua a fazer para manter a paz.

O principal resultado da atividade do governo soviético e dos governos dos outros países socialistas no domínio da política exterior, o resultado da luta de todas as forças pacíficas no curso deste período é que a agressão contra Cuba, preparada pelos meios imperialistas agressivos dos Estados Unidos da América, foi impedida. A ameaça direta de uma guerra mundial termonuclear que surgiu com a crise no mar das Caraíbas foi conjurada.

A opinião pública mundial, pessoas de tendências e concepções políticas diversas, vivendo nas diversas latitudes do planeta, saudaram calorosamente esta vitória da política da razão.

Nosso povo e nosso partido podem ufanar-se dos resultados de seus atos resolutos no curso desta jornada ameaçadora. Os acontecimentos confirmaram que as forças que se pronunciam pela paz são capazes de superar as crises internacionais mais perigosas e de refrear os agressores imperialistas.

I. NOSSO OBJETIVO É A PAZ, A EDIFICAÇÃO, O COMUNISMO

A política de paz aplicada pela União Soviética decorre do caráter socialista de nosso Estado, Estado de todo o povo, dos nobres objetivos da edificação da sociedade comunista. Todos nossos pensamentos são dirigidos para a edificação e somente para a edificação, para a construção do comunismo. A sessão de novembro do Comitê Central do PCUS mostrou uma vez mais que é este o objetivo elevado de nosso partido e de nosso povo.

A sessão do Comitê Central do Partido examinou as questões mais importantes do desenvolvimento da sociedade soviética, da edificação do Partido e do Estado, da melhoria da direção da economia nacional pelo Partido. Estas decisões tendem a assegurar a realização mais rápida das tarefas da construção comunista, fixadas pelo novo programa do PCUS. Em poucas palavras, pode-se dizer que a sessão discutiu os meios de construir melhor ainda o comunismo, de desenvolver mais rápida a economia para fornecer vantajosamente bens materiais e espirituais a nosso povo.

Todo o decorrer da sessão e suas decisões mostram de modo convincente que, apoiando e desenvolvendo

vendo o que é novo e progressista e varrendo tudo o que envelheceu, nosso partido segue em passo firme e consequente no caminho do leninismo. A orientação do Partido, sua política interna e externa, as medidas aplicadas no curso dos últimos anos para melhorar a direção da economia apresentam frutos notáveis.

A indústria da União Soviética, que progride na base do desenvolvimento prioritário da indústria pesada, executou o plano de produção global para os quatro primeiros anos do sétênio à taxa de 104,5%. No curso do mesmo período o crescimento geral da produção global foi de 45% no lugar dos 39% previstos pelo plano. Se no decorrer dos três anos que faltam no sétênio nossa indústria continua a progredir no mesmo ritmo — e não duvidamos disto —, em sete anos sua produção aumentará em cerca do dobro, em lugar de 80% como se previa.

Nestes últimos anos, o Partido, o governo e o povo soviéticos aplicaram medidas de envergadura para fazer progredir a agricultura. A despeito das condições atmosféricas desfavoráveis que dominaram em uma série de regiões, a produção de cereais atingiu 9 milhões de puds contra 5 milhões em 1953. Este ano, os estoques de cereais representarão cerca de 3,5 milhões de puds contra 1,9 milhões em 1953. A produção animal aumenta da mesma forma.

O Partido e o governo soviéticos se preocupam com elevar incessantemente o nível de vida do povo, com fazer progredir mais rapidamente a produção dos artigos de grande consumo, com sempre melhor satisfazer as necessidades materiais e espirituais dos soviéticos.

Camaradas deputados!

Fiéis aos preceitos do grande Lênin, nosso partido e nosso governo vêem e apreciam de forma justa não somente os sucessos descritos mas também nossas carências. Compreendemos muito bem que nossa indústria pode trabalhar ainda melhor e que nossa agricultura pode progredir a ritmos mais rápidos. As decisões da sessão de novembro do Comitê Central do PCUS e o plano econômico e o orçamento para 1963 que acabam de ser aprovados pelo Soviete Supremo abrem o caminho para novos sucessos ainda mais importantes no quinto ano do sétênio.

Nosso país avança com passo seguro no caminho de progresso econômico e cultural. Os povos dos países socialistas com os quais temos relações amistosas e fraternais, que se desenvolvem e se reforçam, avançam conosco neste mesmo caminho.

Bem recentemente, o Partido Comunista Búlgaro, o Partido Socialista Operário Húngaro e o Partido Comunista da Tchecoslováquia realizaram seus congressos. Em breve serão os comunistas da República Democrática Alemã que farão o seu. As decisões desses congressos e o documento que serviram para prepará-los mostram que os partidos irmãos dos países socialistas fixam sua atenção nos objetivos da edificação pacífica, no remate da construção do socialismo e na preparação das condições para a passagem gradual ao comunismo.

Os processos do desenvolvimento interno da União Soviética e dos outros países socialistas mostram de modo convincente a todos os povos que os países do socialismo estão ocupados num grande trabalho criando tendo por objetivo a paz, o bem e a felicidade do homem, a vitória do socialismo e do comunismo.

Camaradas deputados!

Os soviéticos que passaram pela dura escola de muitas guerras e paz

ticulamente da Segunda Guerra Mundial, a qual rebentou como uma onda de fogo sobre uma parte considerável de nosso território, sabem muito bem o que é a luta armada entre os Estados. E naturalmente podem imaginar melhor também o que seria uma guerra termonuclear.

E quando se pergunta aos soviéticos, como diz a canção, «Os russos querem a guerra?», nossa resposta é clara: dizemos resolutamente não à guerra! E a mesma resposta é dada pelos povos dos outros países socialistas. Mas não vivemos sós neste planeta e não podemos deixar de levar em conta o fato de que as forças imperialistas agressivas sustentam a guerra fria, aceleram cada vez mais o curso dos armamentos, cercam a União Soviética com um anel de bases militares e se gabam de seus planos de agressão militar contra a União Soviética e os outros países socialistas.

Os soviéticos muito têm trabalhado para criar os meios de defesa mais modernos e mais poderosos: bombas atômicas e de hidrogênio, foguetes, entre os quais foguetes balísticos intercontinentais e foguetes globais. Criamos estes meios, que são os melhores do mundo, e deles temos uma quantidade suficiente para responder a um ataque de nossos inimigos com uma réplica fulminante, que reduzirá a cinzas as bases dirigidas contra nós, onde quer que se encontrem, e as forjas onde são fabricadas as armas destinadas às forças armadas do agressor.

Os militaristas da OTAN gostam de falar do «equilíbrio do medo», do «equilíbrio das forças de dissuasão» e mesmo do «equilíbrio do terror» como de um fator suscetível de garantir a paz sobre a terra. Mas é racional jogar-se com uma paz apoiada numa tal base? Se se refletir sobre isto, pode-se dizer que o mundo vive, atualmente, sobre um paiol de pólvora minado e repleto de armas termonucleares.

Em nossa época, a humanidade se acha diante de uma só escolha: ou a coexistência pacífica ou uma guerra destruidora. Mas nenhum povo tem necessidade da catástrofe militar. Uma nova guerra, se se permitir que ela seja deflagrada, exterminará milhões de homens independentemente de sua nacionalidade e de sua condição social. Não resta, pois, mais que uma possibilidade: a coexistência pacífica. O que quer dizer: renunciar à guerra entre os Estados como meio de resolver as questões internacionais litigiosas, resolver estas questões pela negociação.

Conduzindo invariavelmente uma política pacífica, o governo soviético procura, com todos os governos dos países socialistas, obter o desarmamento geral e completo, a conclusão do tratado de paz alemão e a solução nesta base do problema de Berlim ocidental, a eliminação dos focos de guerra que ameaçam levar a uma guerra mundial. Favorecemos ao máximo o reforço dos Estados independentes da Ásia e da África e da América Latina, sustentamos calorosamente, fraternalmente o pujante movimento de libertação nacional.

Não negamos nossos esforços para a abolição do vergonhoso sistema de colonialismo.

Todos os pensamentos dos países do socialismo, todos nossos atos tendem a impedir uma guerra mundial e a reforçar a paz sobre a terra.

A orientação da União Soviética e dos outros países socialistas para a coexistência pacífica e a solução pacífica dos problemas internacionais se defronta com outra orientação, a orientação dos meios agressivos do imperialismo pela sustentação da guerra fria e o agravamento da tensão internacional. É precisamente por sua culpa que eles deflagram, de tempos em tempos, crises que agravam a situação internacional e empurram a humanidade para o redemoinho de uma guerra mundial.

Os meios imperialistas procuram uma saída para suas dificuldades organizando a ofensiva contra o nível de vida dos trabalhadores de 125 países, intensificando a pilhagem dos Estados economicamente subdesenvolvidos. Agora que os impérios coloniais desabaram, os monopólios imperialistas têm o designio de conservar e mesmo acentuar a submissão econômica dos jovens Estados, de manter nos grilhões os povos ainda submetidos à escravidão colonial. Encontramo-nos assim em face, de um lado, de um desenvolvimento do movimento de libertação nacional apoiado por toda a humanidade progressista e de outro lado, de uma intensificação das tentativas dos Estados imperialistas de sufocar esse movimento por todas as formas.

Os círculos mais agressivos e mais aventureiros do imperialismo procuram uma saída para a situação no caminho de uma nova aceleração da corrida armamentista e da preparação de uma guerra agressiva contra os países socialistas e os jovens Estados soberanos da Ásia, da África e da América Latina.

Torna-se cada vez mais evidente que os focos da agressão criados pelos imperialistas encerram faixas capazes de inflamar uma guerra mundial durante a qual seriam utilizados foguetes nucleares.

As forças agressivas do imperialismo criam nós de tensão internacional que são capazes de perigosas consequências para a humanidade. O ponto culminante dessa tensão foi a crise no mar das Caraíbas.

II. A LIQUIDAÇÃO DA CRISE NO MAR DAS CARAÍBAS É UMA GRANDE VITÓRIA DA POLÍTICA DE PAZ

Camaradas deputados!

Cada um de nós ainda guarda na memória os graves dias de outubro, durante os quais a humanidade esperava com inquietação as notícias provenientes do mar das Caraíbas. Nesses dias o mundo viu-se à beira da catástrofe termonuclear.

O que gerou essa crise? Como ela se desenvolveu? Que lições dela se pode tirar? Estas perguntas exigem uma análise pormenorizada que ajudará as forças pacíficas a melhor se localizar na situação e a determinar suas tarefas na luta pela manutenção e consolidação da paz.

Mas antes de passar a essa análise, gostaria de recordar como se desenrolou a Revolução Cubana e como

— Rio de Janeiro, semana de 11 a 17 de janeiro de 1963 —

NOVOS RUMOS

Suplemento Especial
Não pode ser vendido separadamente

se formaram as relações entre a União Soviética e Cuba.

A AMIZADE SOVIÉTICO-CUBANA

Em 1959, o povo cubano, ansioso de liberdade, que destruíra a bandeira da revolução popular anti-imperialista e que se unira em torno de seu dirigente Fidel Castro e dos companheiros deste, limpou sua terra dos ladrões norte-americanos e de seus cúmplices. Foi uma luta verdadeiramente heróica e digna de admiração. A revolução em Cuba foi uma revolução dos trabalhadores e para os trabalhadores. Num breve prazo, uma reforma agrária radical foi realizada, nacionalizaram-se as empresas industriais, o comércio e os bancos, e realizou-se a revolução cultural. A República de Cuba tornou-se um Estado democrático que constrói as bases do socialismo.

A vitória da revolução em Cuba foi alcançada pelos próprios cubanos, pelo povo de Cuba mesmo. O exército soviético, que nossos inimigos procuram apresentar como «o exportador da revolução», estava a milhares de quilômetros da «ilha de fogo», como se chama Cuba.

Essa extraordinária vitória causou alegria a todos os que têm no coração a causa da liberdade e do socialismo. E quando o povo de Cuba que conquistara sua independência viu-se alvo de uma pressão, inicialmente econômica e depois militar, de seu vizinho imperialista, os países socialistas e principalmente a União Soviética vieram naturalmente em auxílio de Cuba.

Entre a União Soviética e Cuba, desde os primeiros dias da nova vida deste país, estabeleceram-se relações de amizade sincera baseadas na igualdade de direitos, respeito à soberania e cooperação econômica. Não podíamos deixar de estender uma mão de confiança ao povo cubano, a nossos irmãos de trabalho, a nossos irmãos de classe. Os dirigentes da República Cubana inúmeras vezes realçaram a importância das relações amistosas soviético-cubanas para a consolidação das conquistas socialistas em Cuba. «Sabemos, disse o camarada Fidel Castro, que sem a União Soviética, sem o campo socialista, sem a ajuda que eles nos concedem, a vitória da revolução em um pequeno país como Cuba teria sido impossível por causa da agressão imperialista.»

É de todo o coração que o povo soviético ajuda o povo irmão da heróica Cuba.

A vitória da revolução em Cuba e seus êxitos na edificação da nova vida provocaram um acesso de raiva nos meios imperialistas dos Estados Unidos da América. E devido a suas idéias que Cuba atemoriza os imperialistas. Estes não querem admitir que este pequeno país possa viver e se desenvolver de maneira independente, como desça seu povo e não como anexam os monopólios americanos. Mas o problema de saber como viver e que caminho seguir é assunto interno de cada povo!

Ploteando as normas geralmente aceitas das relações internacionais desde o primeiro dia da vitória da Revolução Cubana, as forças reacionárias dos Estados Unidos fizeram todo o possível para derrubar o governo revolucionário de Cuba e restabelecer sua dominação neste país. Elas romperam as relações diplomáticas com Cuba, realizaram (e realizam) uma atividade diversionista e estabeleceram o bloqueio econômico de Cuba. Ameaçando tomar sanções, os Estados Unidos têm procurado obter que seus aliados não só deixem de comerciar com Cuba, mas também não deixem que seus navios sejam utilizados para levar a Cuba os gêneros alimentícios fornecidos pelos países socialistas que vão em auxílio de seus irmãos. Essa é uma política

desumana que quer lançar à fome todo um povo.

Mas tudo isso lhes pareceu ainda ser muito pouco. Atuando como gendarmes, decidiram tomar o caminho do esmagamento militar da Revolução Cubana. Em outros termos, desejaram arrogar-se o direito de exportar a contra-revolução.

A política dos Estados Unidos para com Cuba é uma política reacionária encarnizada ao extremo. É simplesmente monstruosa pretender que Cuba ameace a América ou um outro país e desprender deste fato o direito de se lançar contra Cuba.

Procurando justificar estes atos agressivos, a reação americana afirma que foi Cuba mesma que gerou a crise no mar das Caraíbas, acrescentando ainda que a culpa disso também cabe à União Soviética que entregou a esse país foguetes e bombas de artilharia.

Será isto verdadeiro? É verdade que a pedido do governo cubano fornecemos armas a esse país. Mas quais são as razões que nos inspiraram a isto? São razões exclusivamente humanas. Cuba tinha necessidade de armas para manter o agressor à distância e não para atacar. Cuba encontrava-se efetivamente ameaçada de uma invasão. Ataques de piratas eram frequentemente efetuados sobre seu litoral, Havana fora submetida a um bombardeio de artilharia, aviões lançavam pára-quadistas incumbidos de realizar sabotagens em seu território.

Em abril do ano passado, mercenários contra-revolucionários empreenderam uma invasão militar de envergadura contra Cuba. E esta invasão fora preparada e realizada com o apoio total dos Estados Unidos da América.

Os acontecimentos que se sucederam mostraram que o fracasso dessa invasão não retirou dos imperialistas dos Estados Unidos a vontade de esmagar Cuba. Começaram a preparar uma nova agressão. Neste outono, criou-se uma situação preocupadora: tudo deixava ver que os Estados Unidos preparavam-se para atacar a República Cubana utilizando-se de suas próprias forças armadas.

Cuba revolucionária teve de tomar medidas para reforçar sua defesa. A União Soviética ajudou-a a formar um exército forte para proteger as conquistas do povo cubano. No último verão, crescendo a ameaça proveniente dos Estados Unidos, o governo cubano pediu ao governo soviético que lhe concedesse uma ajuda suplementar. Acordou-se quanto a uma série de novas medidas e principalmente a instalação em Cuba de algumas dezenas de foguetes soviéticos balísticos de alcance médio, armas que deveriam ficar em mãos de militares soviéticos.

Quais eram os objetivos visados por essas decisões? Naturalmente, nem nós nem nossos amigos cubanos encarávamos a possibilidade de utilizar este pequeno número de foguetes de alcance médio enviados a Cuba para atacar os Estados Unidos ou qualquer outro país.

Nosso único objetivo era proteger Cuba. Todo o mundo via os imperialistas americanos preparar suas armas e ameaçar Cuba de um ataque em massa. Em face dessa política de banditismo, que está em contradição com todas as normas das relações entre os Estados e com a Carta da ONU, não podíamos ficar como observadores indiferentes. Decidimo-nos então a ajudar Cuba. Consideramos que era possível defender este povo amante da liberdade enviando foguetes para que os imperialistas americanos, se estavam efetivamente decididos a invadir, sentissem que a guerra com que ameaçavam os outros se achava em suas próprias fronteiras e para que eles pudessem se representar de maneira mais real o perigo de uma guerra termonuclear.

Tal foi nossa atitude e ela foi ditada por um agravamento sério da

situação. Estávamos certos de que essa atitude teria os mesmos reflexos e que, compreendendo que Cuba não se achava sem defesa — ou, o imperialismo americano não é todopoderoso — eles seriam obrigados a modificar seus planos. Então, naturalmente, a necessidade de manter estes foguetes em Cuba desapareceria.

Na realidade, se não tivesse havido ameaça de invasão e se nos tivesse sido dada a garantia antecipada de que os Estados Unidos não invadiriam Cuba e que eles não prejudicariam seus aliados de o fazer, se os Estados Unidos tivessem partido disso em sua política, não teria sido necessário instalar esses foguetes em Cuba.

Certas pessoas pretendem que nós teríamos instalado nossos foguetes em Cuba para atacar os Estados Unidos. Naturalmente isso é estúpido. Por que iríamos nós instalar foguetes em Cuba com esse objetivo se temos a possibilidade de atacar e partir de nosso próprio território e parte dispomos da quantidade necessária de foguetes intercontinentais de alcance e poderio desejados?

De um modo geral, não temos necessidade de bases militares em território estrangeiro. Sabe-se que suprimimos todas as que possuíamos. As pessoas mais ou menos versadas em questões militares sabem que no século dos foguetes intercontinentais e globais, Cuba, esta pequena ilha insignificante em que a largura em determinadas regiões não passa de 50 km, não apresenta nenhuma importância estratégica para a União Soviética. Se instalamos foguetes em Cuba, foi precisamente para defender a República Cubana e não para atacar os Estados Unidos. É evidente que um pequeno país como Cuba não pode criar forças capazes de desencadear a ofensiva contra um grande país como os Estados Unidos.

Sómente quem seja «absolutamente privado de bom-senso» pode afirmar que a União Soviética escolheu Cuba como praça de armas para a invasão do continente americano, dos Estados Unidos ou dos países da América Latina. Se tivéssemos desejado começar a guerra contra os Estados Unidos, em lugar de aceitar desmontar os foguetes instalados em Cuba, que estavam prontos para lançamento, nós os teríamos lançado. Se não o fizemos é porque isso não era nosso objetivo.

Todas as afirmações segundo as quais Cuba ter-se-ia tornado uma base de agressão contra os Estados Unidos da América não passam de uma colúmbia pérfida. Seu objetivo é camuflar os planos de agressão contra Cuba. Quanto a nós, somos fiéis aos princípios leninistas da coexistência pacífica e achamos que as disputas entre os Estados devem ser resolvidas pelo caminho pacífico, pela negociação.

O desenvolvimento dos acontecimentos no mar das Caraíbas confirmou que realmente houve ameaça de agressão. Por volta do dia 20 de outubro, na proximidade de Cuba, no sul dos Estados Unidos, começaram a se concentrar, sem demora, importantes unidades da frota militar, das forças aéreas, das unidades de pára-quadistas e de fuzileiros. O governo dos Estados Unidos mandou reforços para sua base militar em Guantánamo situada em território cubano. Anunciaram-se grandes manobras militares no mar das Caraíbas. Durante essas manobras, estava previsto efetuar um desembarque na ilha de Vieques. No dia 22 de outubro, o governo Kennedy proclamou a quarentena de Cuba. É preciso dizer que no caso presente a palavra «quarentena» não passa de uma máscara. Na realidade, tratava-se de um bloqueio, de uma empresa de pirataria em alto-mar.

Os acontecimentos sucederam-se rapidamente. O comando americano colocara em estado de alerta todas

as suas forças armadas, inclusive as tropas estacionadas na Europa, da mesma forma que a sexta frota no Mediterrâneo e a sétima frota sediada na região de Formosa. Apenas para o ataque contra Cuba mobilizaram-se inúmeras divisões de pára-quadistas, de infantaria e de tropas blindadas, contando no total cerca de 100 000 soldados. Além disso, foram enviados para o litoral de Cuba 183 vasos de guerra, a bordo dos quais se encontravam 85 000 fuzileiros. O desembarque em Cuba devia ser apoiado por inúmeros milhares de aviões de guerra. Cerca de 20% de todos os aparelhos da aviação estratégica dos Estados Unidos, carregados de bombas atômicas e de hidrogênio, estavam em vôo 24 horas por dia. Os reservistas tinham sido convocados.

As tropas dos aliados dos Estados Unidos no seio da OTAN na Europa tinham igualmente sido colocadas em estado de alerta. Organizara-se um comando unificado dos Estados Unidos e dos países da América Latina e alguns destes tinham enviado seus navios de guerra para participar do bloqueio de Cuba. Em consequência desses procedimentos agressivos do governo dos Estados Unidos, o mundo viu-se colocado sob a ameaça de uma guerra termonuclear.

Diante desses preparativos militares intensos, fomos obrigados de nosso lado a tomar medidas adequadas. O governo soviético incumbiu o ministro da Defesa da URSS de colocar todo o exército da União Soviética em estado de alerta e em primeiro lugar as unidades de foguetes de alcance intercontinental e estratégico, a defesa terra-ar do país e a aviação de caça e de defesa aérea, a aviação estratégica e a frota de guerra. Nossa frota submarina, inclusive a frota atômica, ocupou as posições que lhes tinham sido determinadas. O estado de alerta foi decretado nas tropas terrestres, suspendeu-se o desmobilização dos soldados desmobilizáveis nas unidades de foguetes estratégicos, nas unidades da defesa anti-aérea e na frota de submarinos. As forças armadas dos países do Pacto de Varsóvia foram igualmente colocadas em estado de alerta total.

Nessas condições, se de um lado ou de outro não se tivesse dado prova de moderação, se não se tivesse feito todo o possível para impedir a evolução rumo à guerra, ter-se-ia seguido uma conflagração com consequências irremediáveis.

Agora que a tensão suscitada pelos acontecimentos das Caraíbas cessou, agora que nos achamos no último estágio da solução desse conflito, quero comunicar aos deputados do Soviete Supremo do que foi realizado pelo governo soviético para apagar a chama ameaçadora da guerra.

No dia 23 de outubro, logo que os Estados Unidos proclamaram o bloqueio de Cuba, o governo soviético, tomando medidas de caráter defensivo, tomou pública uma declaração na qual advertia seriamente o governo dos Estados Unidos de que ele assumia uma grave responsabilidade se que concerne à sorte da paz e brincava de maneira insensata com fogo. Prevenimos francamente o presidente dos Estados Unidos de que nós não aceitaríamos os atos de pirataria dos navios americanos em alto-mar e que nesse caso tomaríamos as medidas que se impusessem.

Ao mesmo tempo, o governo soviético apelou a todos os povos para que barrassem o caminho aos agressores, realizando negociações conhecidas com a Organização das Nações Unidas. As iniciativas pacíficas tomadas pelo governo soviético para solucionar a crise cubana encontraram o apoio total dos outros países membros da ONU. O sr. Thant, secretário-geral da ONU, desenvolveu grandes esforços para solucionar o conflito. Entretanto, o governo dos Esta-

Os Estados da América continuava a aquecer demoradamente a atmosfera. As forças militaristas dos Estados Unidos empurravam os acontecimentos para a agressão contra Cuba. No dia 27 de outubro, pela manhã, recebemos dos camaradas cubanos e de outras fontes de informações que diziam, e preto no branco, que o ataque ocorreria dentro dos próximos dois ou três dias. Consideramos os telegramas recebidos como um sinal de alarme extremo. E este alarme era bem fundado.

Era preciso agir imediatamente para impedir o ataque contra Cuba e manter a paz. Enviáramos ao presidente dos Estados Unidos uma mensagem sugerindo uma solução mutuamente aceitável. Nesse momento, ainda não era muito tarde para apagar a mecha que iria provocar a explosão. Enviando essa mensagem, levamos em conta que as mensagens do próprio presidente exprimiam sua inquietude e o desejo de encontrar uma solução para a situação que se criara. Declaramos que, se os Estados Unidos assumissem o compromisso de não invadir Cuba e de impedir a agressão contra Cuba por parte de seus aliados, a União Soviética estaria pronta a retirar da ilha as armas que os Estados Unidos qualificavam como armas ofensivas.

Em resposta, o presidente dos Estados Unidos declarou que, se o governo soviético consentisse em retirar essas armas de Cuba, então o governo americano poria fim à quarentena, isto é, ao bloqueio, e daria a garantia de que os próprios Estados Unidos e os outros países do hemisfério ocidental renunciariam a invadir Cuba. O presidente declarou muito claramente, e o mundo inteiro está a par disso, que os Estados Unidos não atacariam Cuba e impediriam seus aliados de se lançar a tais provocações.

Ora, foi justamente para impedir um ataque contra Cuba que enviamos nossas armas para esse país. Também o governo soviético confirmou sua concordância em retirar os foguetes balísticos de Cuba.

Foi assim que para ser breve, foi encontrada uma solução mutuamente aceitável que foi vitória da razão e um exemplo de paz. O problema cubano passou à fase das negociações pacíficas, e, no que concerne aos Estados Unidos da América, ele passou, por assim dizer, das mãos dos generais para as dos diplomatas.

No dia 29 de outubro, as negociações entre os representantes da URSS, dos Estados Unidos e de Cuba tiveram início em Nova Iorque, com a participação do sr. F. D. I. Ao mesmo tempo, o camarada Mikoyan, primeiro vice-presidente do Conselho dos Ministros da URSS, partiu para Havana, a fim de manter uma rede de opiniões com o governo de Cuba.

Durante esse período passou-se, de ambos os lados, à execução dos compromissos assumidos. A União Soviética retirou de Cuba todos os foguetes que os Estados Unidos qualificaram de armas ofensivas. O pessoal soviético incumbido de cuidar dos foguetes também partiu. Deu-se aos Estados Unidos a possibilidade de constatar que todos os foguetes balísticos que se encontravam em Cuba tinham sido efetivamente retirados e isso foi confirmado nas declarações oficiais dos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, procurando acelerar a solução da crise no mar das Caraíbas, consentimos em retirar de Cuba, sem demora, os aparelhos soviéticos IL-28, embora, como bombardeiros, eles sejam bastante obsoletos.

No dia 7 de dezembro, esses aparelhos tinham sido retirados de Cuba. Só tinham sido enviados para ali para serem utilizados de certa forma como uma artilharia aérea servindo à defesa do litoral e sob a proteção da defesa antiaérea.

De sua parte, a 21 de novembro, o governo dos Estados Unidos pôs fim ao bloqueio marítimo de

Cuba e retirou suas forças de guerra dessa região. O comando americano também retirou da Flórida as tropas e a aviação que ali tinham sido concentradas para o ataque contra Cuba e desmobilizou os reservistas que tinham sido convocados. Os reforços que tinham sido enviados durante a crise para a base de Guantánamo foram igualmente retirados. O presidente voltou a confirmar que os Estados Unidos não invadiriam Cuba.

Levando-se em conta tudo isso, anulamos igualmente as medidas militares que fomos obrigados a tomar em relação com o agravamento da crise em relação a Cuba. De sua parte, a República Cubana empreendeu a desmobilização dos homens convocados para a defesa da pátria, eles retomaram seu trabalho pacífico e voltaram ao seio de suas famílias.

Agora, criaram-se condições favoráveis para liquidar a crise perigosa que fora desencadeada na região das Caraíbas. Falta terminar as negociações, formalizar o acordo surgido em consequência da troca de mensagens entre o governo da União Soviética e o governo dos Estados Unidos e fazer sancionar este acordo pela Organização das Nações Unidas.

O governo soviético está convencido de que não é de interesse da paz prolongar o fim da solução da crise das Caraíbas e esperamos que o governo dos Estados Unidos também compreenda isso.

Alguns resultados do início da normalização da situação a respeito de Cuba depreendem-se do que foi dito.

Em primeiro lugar, conseguiu-se evitar a invasão que ameaçava a República Cubana de um dia para o outro e, por conseguinte, não permitiu uma conflagração militar. Conseguiu-se superar uma crise que ameaçava degenerar em uma guerra termonuclear geral.

Em segundo lugar, os Estados Unidos da América assecuraram perante o mundo inteiro o compromisso público de não agredir a República Cubana e disso impedir seus aliados.

Em terceiro lugar, os imperialistas mais encarniçados, que esperavam deflagrar uma guerra termonuclear mundial por causa de Cuba, não o puderam fazer. A União Soviética, as forças da paz e do socialismo provaram que elas estavam prontas a impor a paz aos partidários da guerra.

Quem venceu? Quem ganhou? Pode-se responder que foi a razão, a causa da paz e da segurança dos povos que ganhou. As partes deram prova de compreensão da realidade e tomaram em consideração que uma terceira guerra mundial podia desencadear-se se não se tomassem medidas que pudessem ajudar a evitar um desenrolar perigoso dos acontecimentos. Em consequência de concessões recíprocas e de um compromisso, chegou-se a um acordo que permitiu fazer recuar a tensão perigosa, normalizar a situação.

Ambas as partes fizeram concessões. Retiramos os foguetes balísticos e aceitamos a retirada dos aviões IL-28. Isso dá satisfação aos americanos. Mas Cuba e a União Soviética também tiveram satisfação: a invasão americana de Cuba foi conjurada. O bloqueio militar marítimo foi levantado, a situação nas Caraíbas acha-se em via de normalização, Cuba popular existe, reforça-se e se desenvolve sob a direção de seu dirigente corajoso Fidel Castro.

Há quem diga que os Estados Unidos nos teriam forçado a recuar. Se fosse assim, teriam também de dizer que os Estados Unidos foram também obrigados a recuar. A solução das questões em litígio entre os Estados sem guerra, pelo caminho pacífico, é isso a política de coexistência-pacífica em ação.

Se concordamos em basear nossas relações sobre esse fundamento, se as relações dos Estados Unidos com Cuba se baseassem na Carta da ONU, então não teria havido nenhu-

ma necessidade de aniquilar e destruir nossos foguetes em Cuba.

Estamos satisfeitos com o desfecho dos acontecimentos no mar das Caraíbas; contentes também estão sem qualquer dúvida todos os outros povos partidários da coexistência pacífica. Eles conquistaram a possibilidade de viver e trabalhar em condições de paz.

E agora imaginemos por um instante a que teria podido ocorrer se iguais a políticos obtusos tivéssemos recusado fazer concessões recíprocas. Teríamos agido como os dois bodes da fábula que tendo-se encontrado sobre uma ponte que cruzava um precipício, cabeça contra cabeça, recusava-se cada um a ceder o caminho ao outro. Sabe-se que os dois cairam no abismo. É razoável que os homens ajam assim?

Nos círculos dirigentes dos Estados Unidos, existem políticos que foram qualificados com justiça de «raivosos». Os «raivosos» insistem então e insistem para que uma guerra seja desencadeada o mais rapidamente contra a União Soviética e os países do campo socialista. Não é evidente que se tivéssemos permanecido intransigentes só teríamos ajudado o campo dos «raivosos» a se aproveitar da situação para desfechar um golpe contra Cuba e desencadear uma guerra mundial?

Convém notar, para ser justo, que nos círculos dirigentes dos Estados Unidos há pessoas que raciocinam mais judiciosamente a respeito da situação e, partindo do equilíbrio das forças na arena internacional, percebem que se eles desencadeassem uma guerra os Estados Unidos não a ganharão e não atingirão o seu objetivo.

Camaradas deputados!

Desejo realçar particularmente a enorme contribuição dada à manutenção da paz nas Caraíbas pela heróica República Cubana, pelo seu povo corajoso, pelos seus valentes dirigentes liderados pelo nosso grande amigo Fidel Castro. Permiti-me, em vosso nome, camaradas deputados, em nome de todo o povo soviético, felicitar nossos amigos cubanos. Cuba revolucionária passou por uma prova importante e difícil, resistiu com honra na luta por sua liberdade e sua independência! Cuba saiu dessa nova prova mais forte e mais amadurecida.

Diante da ameaça os dirigentes cubanos deram prova de firmeza e demonstraram sua resolução de defender a soberania de seu país, de preservar as conquistas socialistas. Todo o povo cubano levantou-se para defender sua pátria, pronto para lutar até a morte contra os intervencionistas. Os soviéticos admiram sua coragem.

O governo cubano legitimamente exigiu que toda solução da crise nas Caraíbas seja uma solução de longo prazo e inclua garantias que preservem a República Cubana de uma agressão e assegurem ao povo cubano a possibilidade de construir sua nova vida na paz. É esse o objetivo que têm em vista os cinco pontos que se conhece e que foram formulados no discurso do primeiro-ministro cubano Fidel Castro do dia 28 de outubro, e que apoiamos sem reserva.

Esses cinco pontos são exigências justas, que correspondem aos direitos elementares de cada Estado soberano, ditados pelo cuidado de salvaguardar a paz e a segurança de Cuba, e que são conformes aos princípios da Carta da Organização das Nações Unidas.

Cuba revolucionária quer viver, desenvolver-se pelo caminho da independência, ter um regime político e social de acordo com os interesses de seu povo. É o direito de Cuba e, naturalmente, todos os Estados amantes da paz, todos os povos partidários da paz estão ao lado de Cuba.

Os dirigentes de Cuba revolucionária já realçaram mais de uma vez seu desejo de solucionar todas as questões em litígio com os Estados

Unidos pelo caminho pacífico, pelo caminho das negociações.

Quem então é culpado de que as relações entre Cuba e os Estados Unidos não estejam ainda normalizadas? A resposta é clara: são os meios dirigentes dos Estados Unidos da América que não querem sentar-se à mesa das negociações com seu vizinho. Cremos, não obstante, no triunfo da razão. Cedo ou tarde os Estados Unidos deverão consentir na normalização das relações com Cuba.

Declaramos solenemente que a União Soviética sempre esteve e continua ao lado de Cuba revolucionária. Continuaremos a ajudar o povo cubano a construir um futuro radioso. A superação da crise lhe permite voltar ao trabalho pacífico. Mas as forças da paz devem permanecer vigilantes.

O governo soviético espera que os compromissos assumidos pelos Estados Unidos a respeito de Cuba serão estritamente respeitados. Pois a violação desses compromissos seria perigosa, não somente para essa região, mas suscitaria inevitavelmente um novo conflito grave, criaria uma nova ameaça à paz. Ainda mais, isso mataria toda confiança em tais compromissos e excluiria a possibilidade de aplicar no futuro esse método de solução pacífica que desempenhou seu papel positivo no desfecho da crise cubana.

De nosso lado, nós respeitaremos firmemente o acordo decorrente da troca de mensagens com o presidente dos Estados Unidos. Desejamos advertir sem ambigüidade que nossos compromissos são válidos até que a outra parte respeite este acordo. Se os compromissos assumidos não forem observados pela outra parte, seremos obrigados a empreender as ações que a situação de nós exigir.

Deve ficar claro para todos que jamais nosso país abandonará Cuba revolucionária na desdita. A União Soviética cumprirá sua promessa de ajudar Cuba revolucionária. Cuba revolucionária não ficará sem defesa.

Atualmente, os imperialistas não podem deixar de considerar o poderio crescente da União Soviética, dos países socialistas. Temos de maneira suficiente poderosos foguetes intercontinentais para responder ao inimigo se ele desencadear a guerra.

É conveniente lembrar aos militaristas que se jactam de ter contra a União Soviética submarinos equipados com foguetes Polaris e outras «surpresas», como eles dizem, que nós não temos os dois pés no mesmo tamanho.

Por que relembro coisas tão pouco agradáveis como a ação dos foguetes intercontinentais e dos submarinos atômicos? Porque algumas personalidades dos Estados Unidos e dos países que são seus aliados a isso nos constroem com suas declarações irresponsáveis.

Quando eram mais graves os acontecimentos em volta de Cuba, logo que aquilo começou a exalar fumaça, numerosas personalidades ocidentais afirmaram que era preciso buscar soluções razoáveis para as questões em litígio a fim de conjurar a guerra. E agora que passou o estado de comoção, algumas dessas personalidades começam a dizer que os problemas em disputa devem ser solucionados por concessões de uma única parte. Essa é uma política pouco inteligente e perigosa.

Não estamos surpreendidos de ver Adenauer e adeptos assumir o papel de regente na orquestra desafiada dos defensores da «política de dureza».

Os revanchistas alemães ocidentais desde vários anos acham-se incumbidos da sua tarefa de inflamar conflitos e acorrem sempre com a pólvora onde uma crise se delineia. Ardem de desejos de lançar mais brasa ao fogo para que se deflagre uma guerra. Adenauer sonha com a revanche, isso porque encara todos os acontecimentos internacionais de

um único ânulo como, sob o pretexto de que é indispensável fazer face à União Soviética e aos países do campo socialista, obter mais armas para a Bundeswehr, como provocar um choque entre a União Soviética e os Estados Unidos.

Contudo, gostaria de dizer ao senhor chanceler da guerra fria que ele manifestou em vão sua alegria, ao ansejo da «dureza» ocidental que nos teria forçado a retirar os foguetes de Cuba. Ouso garantir-vos, senhor chanceler, que quando nós decidimos a instalar uma quarentena de nossos foguetes em Cuba, tínhamos guardada intacta, por assim dizer, nossa «ração» no caso de vós terdes perpetrado uma agressão na Europa. E agora que para vossa «grande alegria» nossos foguetes voltaram de Cuba, nós os acrescentamos aos meios de defesa que protegem nossos fronteiras ocidentais.

De que vós vos rejubilai, sr. Adenauer? Dir-se-ia que vós vos esquecesteis de uma regra elementar da aritmética: a adição — no caso o poderio da República soviética — não se altera mesmo quando se inverte a ordem dos fatores.

É preciso dizer que atualmente, quando o mundo tornou-se mais tranquilo, além de Adenauer alguns outros personalidades começam a elogiar a «política de dureza». O sr. Home, ministro inglês das Relações Exteriores, declarou, por exemplo, há alguns dias, que «certos indícios mostram que depois da malograda história com Cuba os russos reverão talvez seu papel na comunidade internacional», quer dizer começará a ceder em tudo ao bloco da OTAN. Ele disse que atualmente é justamente desta maneira que a União Soviética devia «considerar» as lições de Cuba.

O ministro britânico das Relações Exteriores deveria contudo saber que a União Soviética sempre aprecia como deve as lições dos acontecimentos internacionais. Ao contrário, os que defendem uma «política de dureza» para com a União Soviética deveriam saber que se uma tal crise se repetisse e se então não se conseguisse sustor o desenvolvimento perigoso dos acontecimentos, a Grã-Bretanha com seus aliados seria precipitada diretamente no turbilhão da catástrofe e que então seria muito tarde para empreender qualquer coisa.

Apelos belicosos à «dureza» ressoam de novo também nos Estados Unidos. Que se pode dizer desses fanfarronices intempestivos? Parecem com a lebre da história de coça.

Um caçador foi à caça com seus cães, os cães perseguiram uma lebre. Esta última, durante muito tempo manteve-os à distância mas finalmente os cães começaram a alcançá-la. De repente, ela viu um buraco e nele mergulhou, mas, oh, horror, ela percebeu que estava numa toca de raposa onde havia filhotes. A lebre assistiu-se e perguntou com voz débil e insinuante:

— E onde foi sua mamãe, meus filhinhos?

— Mamãe foi procurar uma goiinha para nos dar de comer, responderam os raposinhos.

Então a lebre se emperdigou e bradou com voz brutal:

— Que pena, eu ia lhe mostrar...

Da mesma forma, alguns políticos ocidentais dizem agora: que pena, nós iríamos mostrar à União Soviética. Tentem, então, senhores!...

Não está excluído que algum insensato possa deflagrar a guerra, mas se a deflagrar será difícil cessá-la mesmo para um milhar de pessoas inteligentes. A história bem o mostra. É possível que Cuba seja de novo atacada? Naturalmente, não se pode ter garantia dos atos dos militaristas loucos, mas se pode dizer com toda segurança que fim tão pouco glorioso como o de Hitler, de Mussolini e de outros bárbaros que pre-

clpitaram o mundo no servidouro da guerra espera todos os insensatos que ousassem desencadear a guerra.

Entretanto, pergunta-se com razão: conseguimos conjurar a guerra no caso de Cuba com a ajuda de um compromisso razoável, e quando o mundo se achava literalmente a dois dedos dessa guerra, mas será possível, se os imperialistas apartem novamente o nó, pelo menos a frouxá-lo? Isso não se pode garantir.

Com efeito, imaginemos por um instante que o nó se feche na Europa, por exemplo ao ensejo da conclusão de um tratado de paz al-moim. E imaginemos que os militaristas americanos e os críticos que os empurram no gênero de Adenauer afirmem que a «dureza» é útil ao Ocidente e que por essa razão é preciso dar ainda mais prova de rigidez.

Pode-se responder a esses senhores: talvez acreditem que sob a sua pressão nós nos empenharemos em evacuar os foguetes da União Soviética ou então que nós nos assustaremos com a ameaça de um bombardeio? Eu lhes declaro com clareza, senhores, que se construíam sua política sobre esses cálculos, estarão cruelmente equivocados!

Não será com tais métodos que retirarei da ordem da-dia os problemas internacionais já amadurecidos, principalmente o da solução pacífica com a Alemanha. E preciso ressaltar, ou então os senhores pretendem provavelmente enterrar esses problemas conosco. Se há quem pense que existe uma pá bastante grande para nos enterrar, nós e nossos foguetes, podemos dizer-lhe que a União Soviética e os outros países socialistas também têm uma pá dessas, talvez mesmo maior.

Se se toma esse caminho, na rota da solução das questões em litígio a partir de posições de força, isso efetivamente pode gerar uma guerra mundial catastrófica. Eis o que os homens de Estado ocidentais devem tomar em consideração.

CONTRA O DOGMATISMO

Comaradas deputados!

É preciso dizer que no período de solução pacífica do conflito na região das Caraíbas, ouviram-se vozes gítonas e descontentes vindo de um outro lado, de pessoas que se dizem mesmo marxistas-leninistas, embora seus atos nada tenham a ver com o marxismo-leninismo. Quero falar principalmente dos dirigentes albaneses. Sua crítica dirigida à União Soviética identificava-se no fundo com a que emanava dos meios belicistas mais reacionários do Ocidente.

Por que os dirigentes albaneses gritam agora mais alto que todos? Gostaria, nesta ocasião, de contar-vos um caso de minha vida pessoal.

Passéi minha infância e minha juventude nas minas. Se Gorki tivesse feito a escola das universidades populares, eu teria sido educado na «universidade da mina». Era para o operário também uma espécie de Cambridge, uma «universidade» dos desertados da Rússia. Meu pai também esteve aí e eu passei por essa «universidade» em minha infância e em minha juventude.

Lembro-me que, onde a gente morava, os vagabundos agiam assim: encontravam um menino que mal aprendera a pronunciar as palavras sem compreender seu significado, lhes ensinavam os palavrões mais abomináveis e diziam: «Vai até às janelas e diz essas palavras às pessoas». As vezes ainda faziam pior: «Vai onde está tua mãe, diziam ao garoto, e repete para ela essas palavras. Aqui estão 3 copeques por isso e depois daremos a ti mais 5».

E aquele menino corria até as janelas das casas, corria à volta de sua mãe e lhe repetia as palavras. Para os vagabundos, isso era uma espécie de teatro.

Os dirigentes albaneses agem como aqueles meninos sem juízo. Alguém ensinou a pronunciar palavras abomináveis e eles passam por de-

baixo das janelas e proferem insultos dirigidos ao Partido Comunista da União Soviética. Ora, este é como sua mãe! Por suas injúrias recebem os 3 copeques prometidos. E quando as injúrias são mais fortes, quando dão prova de imaginação, acrescenta-se a eles mais 5 copeques e se lhes dá parabéns.

Que querem então essas pessoas que se dizem marxistas-leninistas? Por que querem, em suma, a mesma coisa que Adenauer, isto é, levar ao conflito, ao agravamento da situação internacional? Que esta frase é justa: se vais à esquerda, terminas à direita. Pois se se encara as coisas objetivamente pode-se dizer que eles agiram, durante a crise de Cuba, exatamente como pessoas que querem provocar um conflito. Queriam ver defrontar-se a União Soviética e os Estados Unidos. Mas que significa um choque entre essas duas grandes potências mundiais? Significa uma guerra termonuclear mundial.

Desejar-se-ia saber como aqueles se comportariam em uma guerra dessas? Não acho que teriam desejado participar dela. Teriam provavelmente preferido ficar de fora. Mas, pergunta-se, então, o que eles querem. É possível que desejem ver correr o sangue dos povos da União Soviética, de Cuba e dos outros países socialistas?

Os dirigentes albaneses, a julgar por suas declarações, estão manifestamente descontentes com o desfecho da crise cubana. Qualificam de recuo a solução encontrada e alguns chegam mesmo a dizer que a União Soviética teria capitulado diante do imperialismo.

Temos então o direito de perguntar: em que recuamos?

Cuba socialista existe. Cuba continua a tocha das idéias marxista-leninista no hemisfério ocidental. A força de seu exemplo revolucionário aumentará. O governo dos Estados Unidos comprometeu-se em nome de seu país a não invadir Cuba, a ameaça de uma guerra termonuclear está superada. É isso nosso recuo?

Os que criticam a solução pacífica do conflito dizem que é impossível acreditar na palavra dos Estados Unidos da América, que a história conhece inúmeros exemplos de violação de acordos. Sim, a história conhece esses exemplos. Mas se se parte apenas disso, então é preciso reconhecer que os homens não têm agora outras perspectivas senão o antagonismo recíproco. Afirmá-lo é tomar voluntariamente ou não o caminho do militarismo, é considerar a guerra como o único método de solução das questões litigiosas.

As questões internacionais em litígio devem ser obrigatoriamente resolvidas pela guerra e não pelo caminho das negociações? Não. Exaltar a solução dos problemas em disputa entre os Estados por meio da guerra é uma loucura que não pode levar aos povos outra coisa senão sofrimentos e calamidades. Isso nada tem de comum com a doutrina de Marx e Lênin. Isso equivale a negar a importância dos tratados e dos acordos internacionais, a negar o princípio da coexistência pacífica. Existe normas razoáveis das relações internacionais. E nós devemos não miná-las, mas consolidá-las. Não se pode solucionar os problemas litigiosos com injúrias.

Baseando-se no fato de que a natureza do imperialismo não mudou, há quem diga que é preciso denunciá-lo injuriá-lo. O imperialismo, é claro, deve ser denunciado, ele é um mal para os povos do mundo, mas somente as injúrias dirigidas contra o imperialismo, por justas que sejam, não o enfraquecerão.

É exato, certamente, que a natureza do imperialismo não mudou, mas o imperialismo não é hoje o que era antigamente quando reinava sem partilha sobre o mundo. Se ele hoje é um tigre de papel, os que afirmam

isto sabem que esse tigre de papel tem dentes atômicos. Ele pode colocá-los em ação e não se pode pagá-lo às pressas. E por isso que nas relações com os países imperialistas é possível aceitar compromissos recíprocos. E por outro lado é preciso dispor de todos os meios para esmagar os agressores se eles desencadeiam uma guerra.

Quando Cuba se achava em uma situação difícil muitos se limitaram às injúrias. Mas essas declarações videntes não enfraqueceram as forças imperialistas, Cuba por outro lado certamente nada ganhou com isso. A União Soviética agiu de forma diferente. Ela não só denunciou as intrigas imperialistas dos Estados Unidos contra Cuba revolucionária. Ela enviou a Cuba armas e homens que estavam prontos a dar sua vida para defender Cuba e quando a ameaça pesou sobre Cuba, nossos homens receberam ordem de defender Cuba contra uma invasão, de lutar nas praias dos cubanos, de resistir com o povo cubano ao preço de sua vida. Isso são sentimentos verdadeiramente fraternais, uma atitude fraternal, uma solidariedade fraternal.

Certamente essa era uma hora crítica e o governo dos Estados Unidos da América compreendeu como os acontecimentos podiam evoluir. Compreendeu que se as forças armadas acessem em Cuba o incêndio da guerra, e se nesse incêndio perdessem os cubanos e os soviéticos que se achavam em Cuba, nenhuma força poderia impedir a União Soviética de dar uma réplica fulminante. Eis porque no ponto culminante da crise o governo dos Estados Unidos deu prova de bom-senso.

Propondo uma solução reciprocamente aceitável, levamos em consideração o conjunto das circunstâncias. E a guerra foi evitada. Dizemos atualmente aos que nos criticam: suas injúrias são lisonjas enredadas a nosso governo, a nosso Partido, a nosso povo, lisonjas a todos os partidos marxista-leninistas que seguem a Declaração dos Partidos Comunistas e Operários de 1957, a Declaração dos 81 Partidos de 1960 e defendem as idéias da coexistência pacífica de Estados de regimes sociais e políticos diferentes.

É preciso ser bastante prudente e não lançar acusações irresponsáveis como, por exemplo, a de que alguns fazem uma política ortodoxa enquanto que outros seguem uma política errônea, ou então que uns desencadeiam a ofensiva contra o imperialismo e se mostram intransigentes a seu respeito, enquanto que outros dariam prova de liberalismo. Essas questões podem ser compreendidas corretamente, tais e tais atos podem ser apreciados corretamente levando em conta o tempo, o local e as circunstâncias em que se teve de agir.

Por exemplo, a Índia conseguiu a libertação de Goa, Diu e Damão. Eram vestígios do colonialismo na terra hindu. Mesmo quando os colonialistas ingleses foram expulsos da Índia, Portugal ali conservou suas colônias exalando o odor cadavérico do colonialismo. A Índia e seu governo deram prova de paciência, resignaram-se com isso durante muitos anos. E depois jogaram as colonias para a porta à fora. Agiram bem? Mas claro!

A propósito, quando se discutiu esse problema no Conselho de Segurança, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha procuraram no fundo conseguir que a Índia fosse qualificada de agressora, procuraram lançar a opinião mundial contra a Índia. Se o veto da União Soviética não lhes permitiu fazer isso.

Ainda um exemplo. Quando a Indonésia conquistou sua liberdade, os colonialistas holandeses procuraram conservar o Irã Ocidental. Entretanto, o povo indonésio e seu governo obrigaram os colonialistas a retirar-se do Irã Ocidental. Concedemos à Indonésia em luta, toda a

ajuda que podíamos e saudamos a libertação da Irã Ocidental, seu retorno ao seio da Indonésia livre.

No litoral chinês, mas longe da embocadura do Tchukiang, se encontra Macau. É um pequeno território, sendo mesmo difícil percebê-lo no mapa. Os portugueses tomaram-no por arrendamento em meados do século XVI e, em 1887, desligaram-no totalmente da China para transformá-lo em sua colônia. Também existe lá embaixo uma colônia inglesa, Hong Kong, que se encontra no delta do Si Kiang, literalmente perto do coração de uma cidade tão importante como Cantão. Esses lugares exalam um aroma que não se distingue em nada do odor exalado pelo colonialismo em Goa.

Mas será que alguém condenará a República Popular da China por causa desses resquícios de colonialismo que permanecem intocados? Seria errado forçar a China a ações que ela considera inoportunas. Se o governo da República Popular da China tolera Macau e Hong Kong, é porque tem boas razões para isso. Também seria absurdo acusá-la de fazer uma concessão aos colonialistas ingleses e portugueses e de dar prova de espírito de conciliação.

Será isso um abandono do marxismo-leninismo? Absolutamente. Isso quer dizer que o governo da República Popular da China tem noção da situação real, das possibilidades reais. E não é porque os chineses estejam menos preparados contra o colonialismo do que os indianos, ou que demonstrem mais indulgência para com Salazar do que a Índia. Não, nossas amigas chinesas sentem o mesmo ódio do colonialismo que cada revolucionário, mas, aparentemente, partem de suas próprias condições, de sua compreensão e demonstram ter paciência. Devemos, portanto, condená-las, afirmar, por isso, que eles se afastam do marxismo-leninismo? Não. Isso seria um absurdo.

Por força das circunstâncias, é-se às vezes obrigado a viver não em meio a rosas que perfumam, mas cercado de roseiras bravas e às vezes até mesmo perto das imundices colonialistas.

Mas chegará a hora em que nossos amigos chineses acharão intolerável essa situação e dirão a pleonasmos aos colonialistas: «Fora daqui!» E nós saudaremos essa atitude. Mas eles próprios é que têm de decidir quando a tomarão. Nós não faremos pressão. Pelo contrário, dizemos: «Resolva esse caso conforme os interesses de vossa país, os interesses de todo o campo socialista».

Que teria acontecido se, durante os acontecimentos de Cuba, não tivéssemos empregado o sangue-frio necessário, se tivéssemos dado ouvidos às sugestões dos esganados «ultra-revolucionários»? Teríamos entrado em nova guerra mundial, uma guerra termonuclear. Certamente o nosso imenso país teria vencido, mas dezenas de milhões de pessoas teriam perecido e Cuba, em consequência de uma guerra termonuclear, teria provavelmente deixado de existir por completo. Outros países envolvidos no conflito e possuindo uma população densa sem ter um grande território teriam sido completamente destruídos. Sofrimentos teríveis teriam sido reservados também aos sobreviventes e às futuras gerações em consequência das radiações atômicas.

Tal caminho do desenvolvimento da humanidade foi traçado por Marx e Lênin? Não. Os que procuram atribuir a nossos grandes mestres tal concepção do mundo e tais designios não fazem senão ofender sua memória. Quando a revolução começou na Rússia czarista, nossa palavra de ordem era: «Paz para as choupanas, guerra aos palácios!» Isso correspondia à linha do Partido de transformação da guerra imperialista em guerra civil, era um apelo à luta de classe, à luta contra os grandes latifundiários e capitalistas. Ora, quando a revolução se tornou vitória-

ria, o primeiro decreto do poder soviético redigido por Lênin foi um decreto sobre a paz. E, se bem que na ocasião os alemães ocupassem uma parte bastante grande do território da Rússia, Lênin e todo o nosso país se esforçaram para cessar a guerra e concluir um tratado de paz com os alemães.

Uma delegação chefiada por Trotski, que então também se dizia marxista, foi enviada a Brest para firmar um tratado. Mas Trotski colocou-se contra o Partido, torpedeou de modo provocador os entendimentos de paz com os alemães e deixou Brest. Vladimir Ilitch foi então obrigado a enviar Tchitkerine e o tratado de paz foi assinado. A História confirmou a justiça e o caráter genial das previsões de Lênin. Mostrou que o caminho traçado e defendido por Lênin na luta contra os pseudo-revolucionários era o único racional e o único justo. Naturalmente, naquela época, a paz de Brest era uma concessão provisória ao militarismo alemão.

Mas o que aconteceu afinal de contas? Quem cedeu? Hoje, a bandeira do marxismo-leninismo tremula não só em todo o território da União Soviética, mas ultrapassou seus fronteiras e desfilada em outros Estados e especialmente no território da República Democrática Alemã. E os militaristas alemães que haviam penetrado em nosso país estão sepultados. Quem então tinha razão? Foi o enfoque leninista para solucionar essa questão complicada que triunfou.

É claro que não se trata de fazer uma analogia entre a paz de Brest e a solução do conflito na região do mar do Caribe. Mas é preciso sempre levar em conta a situação concreta e as condições concretas. Uma maneira de ver dogmática, sem levar em conta, de modo lúcido, a situação real é nociva pois é a fonte dos mais graves erros. Os marxistas-leninistas não devem esquecer que não há verdade abstrata — a verdade é sempre concreta.

Alguns dogmáticos deslizaram para as posições trotskistas e impeliram a União Soviética e os outros países socialistas para o desencadeamento de uma guerra mundial. Gostariam de impor a política de provocação seguida na época por Trotski. Aparentemente os dirigentes albaneses e os que os apóiam não acreditam mais na possibilidade de o socialismo triunfar sem guerra entre os Estados, ou talvez jamais compreenderam mesmo essa possibilidade, considerando que só se pode chegar ao comunismo através da guerra, matando milhões de pessoas. Mas essa loucura não pode atrair os povos dos outros países para as posições dos partidos comunistas. Pelo contrário, ela pode afastar milhões de pessoas do movimento comunista.

Os dogmáticos albaneses ficaram tristes porque houve um compromisso e foi liquidada a perigosa crise aberta pelos militaristas norte-americanos no mar do Caribe. E provavelmente estão tristes por não haver eclodido uma guerra termonuclear, tristes em virtude de os povos, tendo ultrapassado o cume da perigosa crise, estarem vivendo e trabalhando em paz. É por isso que criticam nosso Partido, nosso governo, entornam vasos de sujidades sobre a União Soviética e sobre o povo soviético.

UMA VITÓRIA MORAL E POLÍTICA

Já se disse que não era do interesse do socialismo que a crise cubana degenerasse numa guerra termonuclear mundial. Tal guerra é necessária às forças agressivas imperialistas que, atormentadas com a perspectiva histórica inevitável da derrota do capitalismo na competição pacífica com o socialismo, reclinam da seguinte maneira: se é preciso morrer, melhor morrer com música, mesmo se essa música for a das explosões atômicas.

Vê-se, portanto, que aspiram por todas as vias ao desencadeamento da guerra defensiva

de guerra as forças agressivas e aventureiras do imperialismo, os «furiosos» que não acreditam mais que o capitalismo resistirá na competição pacífica com o socialismo, e que se esforçam para impelir os acontecimentos pelo mesmo caminho das pessoas que se dizem marxistas-leninistas mas que, de fato, são dogmáticos que não acreditam na possibilidade de vitória do socialismo, do comunismo, nas condições da coexistência pacífica com o capitalismo. Tanto de um lado como de outro, querem arrastar a História para o desencadeamento de uma guerra, resolver a questão da vitória do comunismo ou do capitalismo pela guerra, pela destruição de milhões de pessoas.

Tem-se a impressão de que essas pessoas têm pontos de vista diametralmente opostos em seu modo de pensar, mas, na realidade, elas se julgam e têm uma unidade de opiniões e de ação nessa questão de importância vital.

Nós, que construímos o comunismo, como nossas irmãs que edificam o socialismo, não temos nenhum interesse em morrer, nem com nem sem música. Devemos levar a causa do comunismo à vitória definitiva.

Por que quer, a todo preço, visitar o diabo, por que nos apressar em ir para o outro mundo? Ninguém até hoje voltou de lá para dizer se é melhor do que na Terra. Afirmações, camaradas deputados, por estarmos reunidos nessa sala para examinar as questões do desenvolvimento de nosso país nas condições de paz, depois de haver conseguido conjurar o perigo de uma guerra termonuclear? Não; regozijamo-nos todos.

Há alguns dias, os membros do Presidium do C. C. e os secretários do C. C. visitaram uma nova telecâmara em Moscou, em Novyí Tchermouchki. Conversamos com os operários. Perguntei a uma delas:

— Como vive você?

Ela respondeu:

— Vivo bem, camarada Kruschiov.

— Você tem uma habitação?

— Tenho.

— Onde?

— Perto daqui, disse ela. Quando construíram os prédios de moradia perto da fábrica me deram uma habitação.

— Você tem família?

— Sim. Tenho dois garotos. Um está no internato e o outro vive comigo e também vai à escola.

A operária me disse quanto ganhava, em que condições vivia e trabalhava.

— Então, há jeito de viver assim? perguntei.

— Há, camarada Kruschiov. Temos tudo um só cuidado; nosso maior desejo é que não haja guerra.

Essa mulher expressou o estado de espírito dos trabalhadores. Os povos da União Soviética, da República Popular da China, da Índia, da Albânia, dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França e de todos os outros países do mundo exprimem os mesmos sentimentos.

Não precisamos de guerra! O povo soviético, que içou a bandeira da luta pelo socialismo e a quem coube a honra de lutar pela construção do comunismo, quer a paz. Estamos certos de ter razão e estamos convencidos de nossa força.

Em 45 anos, percorremos um caminho enorme e agora marchamos a passos ainda maiores: o que antes levávamos cinco anos para percorrer, agora o fazemos em um mês. Temos alguma coisa a nos unir? É claro! Temos uma perspectiva e estamos convencidos da vitória final de nossos ideais. Buscamos essa vitória não pelo caminho da guerra, mas pelo da construção pacífica, da competição com o capitalismo. Negamos não só a guerra termonuclear mundial, mas em geral todas as guerras entre Estados, à exceção das justas guerras de libertação e da guerra defensiva

que um povo alvo de uma agressão é obrigada a fazer.

Certamente, se alguém nos impõe a guerra, soberemos defendê-la, nós e nossos aliados, e empregaremos todos os meios a nosso alcance. Mas faremos todo o possível para evitar uma conflagração militar, para banir as guerras da vida da sociedade. Pode-se atingir esse objetivo quando existem no mundo dois sistemas, os sistemas capitalista e socialista? A correlação de forças no mundo é agora tal, que as forças da paz e do socialismo podem domar as forças agressivas do imperialismo e forçá-lo a levar em conta a vontade dos povos.

O imperialismo não é mais tão poderoso e a desmoronar dos acontecimentos de Cuba o confirmou. Os imperialistas são forçados a levar em conta a potência dos países socialistas.

No interesse da manutenção da paz, da manutenção das grandes conquistas do socialismo, estamos prontos a aceitar, e aceitamos, compromissos políticos razoáveis, e nos mantemos firmemente nos princípios da teoria marxista-leninista. Somos fiéis às orientações de Lênin, que ressaltou mais de uma vez a possibilidade e a necessidade do compromisso em política.

«O dever de um Partido verdadeiramente revolucionário, escrevia Lênin, não é proclamar uma renúncia total a qualquer compromisso, mas sim saber permanecer, através de todos os compromissos, na medida em que eles são inevitáveis, fiel a seus princípios, à sua classe, à sua missão revolucionária...» (Obras, tomo 25, pág. 282, ed. russa). Qualificava ele, com razão, a negação de qualquer compromisso como abandono das verdades fundamentais do marxismo. Lênin escrevia: «Quer encontrar uma receita ou uma regra geral («Nenhum compromisso») boa para todos os casos é absurdo. É preciso demonstrar inteligência para saber encontrar o caminho em cada caso particular. A razão de ser da organização do Partido e dos chefes dignos desse nome é, entre outros coisas, que eles devem através de um trabalho de grande fôlego, pertinaz, múltiplo e variado de lidas as cabeças pensantes da classe em questão, adquirir os conhecimentos necessários, a experiência necessária, e além disso, o «faro» político necessário para a solução justa e rápida de questões políticas complexas.» (Obras, tomo 31, pág. 50, ed. russa).

Era assim que Lênin colocava a questão. E nós, seus seguidores e seus discípulos, agimos e agiremos como Lênin, defendendo numa luta tenaz, ininterrupta, numa luta de princípio, a independência de Cuba e a causa da paz no mundo inteiro.

Camaradas deputados!

Podemos constatar com satisfação que, nessas jornadas críticas, manifestaram-se com particular força a solidariedade indefectível e a cooperação eficaz das forças da paz e do socialismo. Nossa política, a política do governo soviético, foi julgada pelos povos de todos os países como a mais racional política pacífica.

Os povos do mundo inteiro mostram agora ainda mais confiança e estima por nosso partido e nosso governo.

Na hora do grande perigo, os partidos marxistas-leninistas irmãos proclamaram seu apoio inelutável à heróica Cuba, sua fidelidade aos princípios do internacionalismo proletário. Inúmeros países libertos do jugo colonial tomaram igualmente a defesa de Cuba. O governo soviético e o C. C. do PCUS receberam enorme quantidade de mensagens, cartas e telegramas de chefes de Estado, chefes de governo, líderes de partidos de diversos países, organizações sociais, operárias, camponesas e de intelectuais da União Soviética e de outros países, exprimindo a aprovação, à exceção das justas guerras de libertação e da guerra defensiva

da libertação e da guerra defensiva

da libertação e da guerra defensiva

União Soviética visando defender Cuba e salvaguardar a paz.

Permiti-me, camaradas e populares, em vossa nome e no meu próprio, expressar cordial gratidão a todos os que apoiaram os atos do governo soviético visando defender a paz, ajudar Cuba revolucionária.

São os militaristas incuráveis e os que preferem insultos rancorosos ficaram «descontentes» com que, graças a uma política lúcida, se tenha conseguido conjurar uma nova guerra mundial, conjurar uma invasão imperialista a Cuba, salvaguardar a paz para todos os povos.

Não há nenhuma dúvida de que a luta frutifera pela manutenção da independência de Cuba e o fato indiscutível de que as forças da paz ganharam essa batalha obrigaram muita gente a modificar sua opinião sobre a evolução da situação internacional, sua apreciação da correlação de forças em âmbito internacional. Terão agora uma idéia mais real do perigo de uma catástrofe nuclear. Em todo caso, milhões de americanos, sob a influência dos acontecimentos de Cuba, sentiram vivamente pela primeira vez, desde que os Estados Unidos existem, a proximidade real de uma guerra termonuclear, compreenderam que o território de seu país não estava garantido contra uma resposta fulminante. Durante a crise, o povo americano sentiu o hábito abrasador da guerra termonuclear à entrada de sua casa. Começou a compreender que se uma guerra mundial houvesse eclodido, não se desentalaria longe, além-mar, na Europa ou na Ásia, mas em toda parte e especialmente no território dos Estados Unidos, trazendo a cidade e morte para milhões de americanos.

Dentre as numerosas cartas e os inúmeros telegramas recebidos dos diversos países pelo governo soviético durante a crise cubana, muitos foram enviados por cidadãos dos Estados Unidos. Inquietavam-se com os destinos da paz, exprimiam seu conhecimento ao governo soviético, aprovavam as negociações que fizemos para pôr fim à tensão no Caribe e evitar assim uma guerra termonuclear.

Nos eleições que se realizaram depois que o ponto culminante da crise foi superado, o povo americano rejeitou alguns dos políticos mais agressivos e em primeiro lugar um belicista como Nixon. Isso bem mostra o estado de espírito do povo americano, sua atitude em relação aos acontecimentos de Cuba. Não seremos nós que choraremos a derrota desses senhores que odeiam a paz e a liberdade dos povos.

A política de paz alcançou uma grande vitória moral e política. Ao mesmo tempo, devemos continuar a trabalhar sem descanso para manter e retornar a paz. A situação exige de nós uma vigilância infatigável e uma luta incansável por uma paz sólida na Terra.

III — BUSCAR COM PERSEVERANÇA OS CAMINHOS DA SOLUÇÃO PACÍFICA PARA AS QUESTÕES PENDENTES

Camaradas deputados!

O governo soviético considera que todos os governos e povos do mundo, todos os homens de Estado e políticos responsáveis devem tirar as conclusões que se impõem da crise do Caribe. É preciso mostrar mais bom senso, maior desejo de afastar tudo que origina atritos e cria tensão nas relações entre Estados. É preciso mostrar boa vontade na busca das soluções reciprocamente aceitáveis, das quais dependem o alívio da tensão internacional e a consolidação da paz na Terra.

Em toda sua atividade em matéria de política exterior, o governo soviético procura sem descanso livrar as relações internacionais das questões em litígio e em suspense. Fazendo isso, o governo soviético leva em conta a complexidade e a multiplicitude dos problemas que se apre-

sentam diante de diversos Estados, demonstram sangue frio, tem objetivos construtivos. Contudo, resistimos insistentemente que há problemas de primeiro plano, para os quais é preciso encontrar sem demora a solução porque eles agravam extremamente a situação internacional.

Entre esses problemas está o do desarmamento geral e completo. A Organização das Nações Unidas uniu por unanimidade a iniciativa do governo soviético nesse terreno. Quase três anos já transcorreram desde que ela aprovou a declaração sobre o desarmamento geral e completo. Comitês, comissões e subcomitês reúnem-se quase sem parar, mas as coisas continuam em ponto morto.

Isso quer dizer que, participando de discussões e acordos, a União Soviética, que propôs um plano universal de desarmamento sob estrito controle internacional, não tenha ido ao encontro dos demais, não tenha procurado aproximar os pontos-de-vista? Qualquer político honesto dirá que não é assim.

Quer se tratasse dos prazos de aplicação do programa de desarmamento, da liquidação dos veículos de armas nucleares, dos efetivos das forças armadas clássicas, quer de muitas outras coisas, nós levamos em consideração a posição das potências ocidentais e procuramos uma aproximação. A proibição das experiências com armas nucleares é, como se sabe, um dos aspectos do desarmamento geral e completo. Também aí demos os passos necessários para o entendimento. Ora, como dizem os diplomatas, não pode haver acordo se um dos lados se desloca enquanto que o outro nem se mexe.

Atualmente, no decorrer da troca de opiniões sobre a proibição das experiências nucleares, esboçam-se possibilidades de solução. Pode-se esperar que, caso os Estados Unidos e a Inglaterra mostrem bom senso, tal acordo será concluído.

Declaramos solenemente mais uma vez que toda nossa atividade em matéria de política exterior tenderá ao encontro de um acordo sobre o desarmamento geral e completo. Conclamamos as potências ocidentais a retirar os últimos obstáculos que se erguem no caminho de um acordo para a cessação, para sempre, de todas as experiências nucleares. Nós os conclamamos a assinar um acordo de desarmamento geral e completo sob estrito controle internacional.

Nas condições atuais, a urgência de concluir um tratado de paz alemão e de normalizar, nessa base, a situação de Berlim ocidental, tornou-se ainda mais evidente. Não foi por acaso que quando eclodiu a crise no Caribe, milhões de europeus pensaram com angústia que a não solução do problema alemão podia trazer à humanidade sofrimentos ainda mais terríveis. As pessoas viram mais claramente que não era possível furtar-se à solução do problema alemão, sob pena de passar facilmente de uma crise internacional para outra, ainda mais perigosa.

E nisso, como na questão do desarmamento geral e completo, a União Soviética se esforça para levar em conta a posição de seus interlocutores. O que é então que impede de levar até ao fim o trabalho iniciado para liquidar os remanescentes da Segunda Guerra Mundial na Europa?

Não há acordo principalmente sobre a questão da presença de tropas em Berlim ocidental, ou, mais exatamente, sobre a questão de saber a título de que, sob que bandeira se apresentarão essas tropas e quanto tempo aí permanecerão. O governo soviético propõe que as tropas que se encontram em Berlim ocidental não representem mais os países da OTAN, que a bandeira da OTAN em Berlim ocidental seja substituída pela da

Organização das Nações Unidas
que a ONU assume as funções e compromissos internacionais determinados. Esperamos que nossos interlocutores mostrem bom senso e escolham com atenção essa proposta da União Soviética.

Queremos apenas sublinhar: se alguém no Ocidente espera que a União Soviética renuncie a sua resolução de concluir um tratado de paz alemão, e de normalizar nessa base a situação de Berlim ocidental, engana-se. Somos pelas negociações com os ocidentais, mas toda paciência tem limite. Se as potências ocidentais se recusarem a assinar tal acordo, mesmo assim ele será assinado.

Uma das principais diretrizes da política exterior do governo soviético foi e continua sendo a concessão de uma ajuda máxima aos povos que realizam a luta sagrada por sua liberdade, pelo fortalecimento da independência nacional.

Graças ao apoio da União Soviética e de todo o campo do socialismo, o movimento de libertação nacional conquistou êxitos históricos de alcance mundial.

Uma nova Ásia ergue-se onde os últimos vestígios dos antigos impérios coloniais estão em vias de destruição. O movimento de libertação nacional prossegue sua marcha vitoriosa na África. A América Latina, que era ainda recentemente o feudo dos monopólios estrangeiros, atingiu uma nova etapa em sua história, etapa da luta pela independência nacional autêntica.

A Declaração sobre a concessão da independência aos países e aos povos coloniais aprovada pela Organização das Nações Unidas por iniciativa da União Soviética deu novas forças ao movimento de libertação nacional dos povos da Ásia, África e América Latina.

Mas os colonialistas não depuseram as armas. Esforçam-se, através da ingerência nos negócios internos de Estados soberanos, para sabotar, frequentemente pela força, sua independência e seus direitos soberanos e para erguer obstáculos no caminho do movimento revolucionário de libertação dos povos. Através de sua ingerência na luta de libertação dos povos, os imperialistas colonialistas criaram em muitos lugares do mundo focos de tensão, conflitos e choques militares.

Olhai o que se passa no Iemen. Durante séculos o povo iemenita suportou a opressão, a exploração, a arbitrariedade. E eis enfim a revolução realizada nesse país. Através da lida Média o povo abre um caminho para a vida nova, como um bruto no deserto que, tendo recebido uma gota d'água, sai da terra. E, imediatamente, as forças reunidas do imperialismo e da reação precipitaram-se sobre ele. Quem então pagou em armas contra a revolução iemenita, contra o progresso? A Arábia Saudita e a Jordânia.

Naturalmente, os governantes da Arábia Saudita e da Jordânia que, pode-se dizer, estão por um fio, não teriam ousado lançar suas tropas contra a República do Iemen se não fossem impelidos por países mais poderosos. Quem, então, ajuda os sauditas e os jordanos? Quem então lhes fornece armas, e para quê? Os povos do Oriente Próximo e Médio bem sabem que são justamente a Inglaterra e os Estados Unidos, que se vangloriam de ser «países livres», que põem armas nas mãos dos sauditas e dos jordanos para que a Arábia atire contra a Arábia.

Tem-se então que o chamado mundo livre ajuda a Arábia Saudita, onde, até os últimos tempos, a escravidão existia oficialmente, e onde ainda agora existe de fato. Fornecem armas a esse país a fim de que ele traga «a liberdade ao Iemen». Imagina-se facilmente que «liberdade» a Arábia Saudita pode dar ao Iemen e quem são esses «países livres» que a auxiliam nisso!

O governo soviético condena as

Intervenção imperialista contra o Iemen
públicas árabe do Iemen e proclama seu profundo respeito às justas aspirações nacionais do povo do Iemen e ao apêlo.

Não é somente no Iemen, mas também em outras regiões, que os imperialistas se esforçam por abafar o movimento de libertação nacional. Basta lembrar os acontecimentos de Congo, Angola, Vietnã do Sul, Coreia do Sul. Atualmente, eclodiu uma sublevação no protetorado de Bruni, na ilha de Bornéu, e os colonialistas ingleses se apressam em esmagá-la.

Achamos que com boa vontade se pode sempre encontrar uma solução pacífica e justa para as questões litigiosas entre os Estados susceptíveis de causar um conflito. É preciso somente que a vontade de solucionar os conflitos por meios pacíficos não seja manifestada apenas por uma das partes, mas por todos os Estados interessados, da mesma maneira que todos os Estados manifestarem boa vontade por ocasião de solução da crise da Louisiana.

Camaradas deputados!

Analisando a atual situação internacional, não se pode passar por cima dos lastimáveis acontecimentos que começaram a se desenvolver na fronteira entre a Índia e a China. Sabe-se que esse conflito fronteiriço não data de uma semana ou um mês, mas de 1959. Nesses últimos tempos ele se agravou e degenerou em hostilidades que fizeram milhares de vítimas em ambas as partes.

A posição da União Soviética em relação ao conflito fronteiriço entre a Índia e a China foi externada desde 1959 numa conhecida declaração da agência TASS. Essa declaração exprime a esperança de que o governo da República Popular China e o da Índia não admitiriam que seu incidente fronteiriço beneficiasse as forças que não querem o alívio da tensão internacional, e de que os dois governos solucionariam a disputa levando em conta os interesses recíprocos no espírito da tradicional amizade entre os povos da China e da Índia.

A União Soviética exprimira seu grande pesar a respeito desse incidente. Esperávamos sinceramente que os governos dos dois países encontrariam rapidamente o caminho para a solução pacífica do problema. Agora também lastimamos que as duas partes não tenham utilizado a tempo todas as possibilidades para abafar desde o início o conflito fronteiriço em vias de nascer.

Desgosta-nos particularmente que haja corrido o sangue de crianças da República Popular China irmã e da República Indiana amiga. Pela primeira vez uma pendência fronteiriça entre um país socialista e um país que penetrou no caminho do desenvolvimento independente e que segue uma política de não alinhamento levou a sérias hostilidades.

Os soviéticos se regozijaram e se regozijam com os êxitos da China Popular que, depois de sua revolução vitoriosa, obteve grandes resultados na edificação econômica pacífica e mostrou ao mundo inteiro do que é capaz um povo quando toma seus destinos em suas próprias mãos. Em sua política exterior, a China Popular defende os princípios da paz, da igualdade e de uma cooperação internacional amistosa. É preciso restabelecer finalmente os direitos legítimos da República Popular China na Organização das Nações Unidas, é tempo de devolver à República Popular China uma terra que sempre lhe pertenceu, a ilha de Taiwan.

Quanto à Índia, sua economia desenvolveu-se mais lentamente que na China depois da conquista de sua independência. Contudo, a Índia, cujo regime social difere do regime socialista da China, também progrediu de ano para ano nos terrenos econômico e cultural, superando a pesada herança da dominação secular dos colonialistas ingleses. A política de não alinhamento a blocos, a po-

Uma intervenção da Índia, sempre em grande páte moral e político no mundo.

A China Popular e a Índia deram aos demais países um bom exemplo de amizade fraternal formulando e proclamando em 1954 os «5 princípios» bem conhecidos da coexistência pacífica ou «pancha chila», como ainda são chamados. Durante vários anos essa política deu bons resultados.

Durante séculos não houve conflitos militares ao longo da fronteira entre a Índia e a China. E mesmo o próprio território dessa região não deve apresentar grande interesse para viver-se nele, se se considera o fato de a densidade populacional aí ser ínfima, enquanto que, como se sabe, a China e a Índia têm uma população muito densa. Segundo parece nesses países cada polegada de terra deveria ser ocupada pelos homens. Entretanto, os territórios que são a origem da disputa são, de fato, desabitados.

E bruscamente um conflito fronteiriço sangrento eclodiu entre a República Popular China e a Índia, conflito que fez muitas vítimas do lado do povo chinês e do povo indiano. Isso nos affligiu profundamente.

Um tiro de fuzil disparado ao acaso pode ser a origem de uma guerra. Um tiro disparado ao acaso, dois em resposta que acarretam outros três do outro lado. É assim que as guerras às vezes começam. Mas para pôr fim a uma guerra não é tão fácil, mesmo para chefes de Estado sábios e experimentados.

Na questão das disputas fronteiriças nós nos mantemos nos princípios de Lênin. A experiência de 45 anos de existência da União Soviética diz-nos que não há questão de fronteira que se não possa solucionar, se os dois lados o desejam, sem apelar às armas. É a partir dessas posições que os soviéticos julgam os acontecimentos na fronteira sino-indiana.

Há também, no mundo das forças, os meios imperialistas internacionais, que se regozijam com a agravação do conflito sino-indiano e que arquitetam planos provocadores de longo alcance. Tratam de fazer ofertas de fornecimentos de armas para que indianos e chineses se matem uns aos outros. As potências imperialistas prontas a desatar sua bôlsa e a mostrar «generosidade», oferecem as armas «gratuitamente», à guisa de «donativos». Para os imperialistas, esse conflito é um autêntico maná.

Os conflitos armados na fronteira sino-indiana criaram um meio nutritivo para os bacilos perniciosos do nacionalismo e da loucura belicista. Lançou-se uma palavra-de-ordem chauvinista: lavar com o sangue o sangue derramado. Ora, isso significa: a guerra até a vitória final. A lógica da guerra exige que, quanto mais houver sangue derramado, mais sangue é preciso para lavá-lo. Onde isso parará? O monstro da guerra devorará cada dia mais e mais vítimas. Ele é insaciável. Somente a razão pode cessar a efusão de sangue; e os homens de Estado devem possuir essa razão.

Também consideramos como razoável o passo empreendido pelo governo da República Popular China quando declarou que cessava unilateralmente o fogo e começava, a partir de 1º de dezembro, a retirada de suas tropas. Ficamos muito contentes com isso e saudamos esses atos dos camaradas chineses.

Pode-se perguntar: como podeis afirmar que isso é um passo razoável, considerando que ele se verificou depois que houve tantas vítimas, tanto sangue derramado? Não teria sido melhor que as duas partes não houvessem chegado às hostilidades? É claro, isso teria sido melhor. Nós o dissemos mais de uma vez e o repetimos. Mas, se não se conseguiu evitar esse curso dos acontecimentos, mais vale mostrar coragem agora e cessar o conflito. Não se vê aí sabedoria digna de homens de Estado!

Há naturalmente pessoas que dizem: eis que a República Popular Chinesa retira agora suas tropas, finalmente, para a linha onde surgiu esse conflito. Não teria sido melhor não ter saído das posições em que essas tropas se encontravam no início?

Tais reflexões são compreensíveis e mostram que as pessoas manifestam preocupação e lamentam o ocorrido.

Mas, camaradas, há outros que pretendem interpretar de forma diferente a decisão adotada pelo governo da República Popular da China. Dizem: Não se trata de uma retirada?

Também perguntam: não se trata de uma concessão dos camaradas chineses? Estas perguntas, é certo, são feitas, e pelo visto serão utilizadas pelos provocadores para ferir os sentimentos de uma e outra parte, para avivar a inimizade entre a Índia e a China, e fim de tirar proveito dela.

Confiamos na sabedoria dos dirigentes da China e da Índia, e abrigamos a esperança de que não se deixará arrastar por este gênero de provocações e fará tudo para dar uma solução sensata a este conflito.

Alguns já dizem que, evidentemente, a China suspendeu as operações militares porque a Índia começou a receber o apoio dos imperialistas norte-americanos e ingleses, que estão fornecendo armas.

Em consequência, dizem essas pessoas, a República Popular da China sentiu que se o conflito militar continuar poderá degenerar numa grande guerra que faria um número muito maior de vítimas.

Com efeito, nossos amigos chineses levaram em conta a situação, a que mais uma vez testemunha a sua sabedoria e a compreensão de que quando estala uma guerra entre povos vizinhos e amigos os imperialistas sempre procuram tirar partido dela. Os Estados Unidos e a Inglaterra têm uma superprodução de armas e quando surge uma guerra fornecem com satisfação armas a outros Estados que para recebê-las não se preocupam em ferir a sua soberania nacional, sem compreender que com isso passam a corda no pescoço e se tornam dependentes.

Os fabricantes da morte racinam assim: por que não aproveitar o conflito, sem perder nada de nosso, onde se derrama o sangue dos povos indianos e chineses? Por que não tirar proveito disso? Além do mais, este conflito é vantajoso para os militaristas, posto que leva ao retrocesso o desenvolvimento dos princípios democráticos na Índia e cria condições para fortalecer a posição das forças reacionárias nesse país.

Não é por acaso que nos últimos tempos tenham sido detidos na Índia comunistas e outros políticos progressistas. E amanhã, se a guerra prosseguir, qualquer pessoa que se pronuncie contra a guerra será considerada comunista. Em consequência, todos os pacifistas serão incluídos nessa categoria. Assistir-se-á então ao desencadeamento das forças retrógradas, militaristas e reacionárias os mais desenfundadas.

Aparentemente, os camaradas chineses levaram em conta estes fatos quando resolverem suspender o fogo e retirar as tropas.

É indubitável que as ações do governo da República Popular da China serão apreciadas como merecem pelos povos pacíficos. Com efeito, qual é o motivo da guerra? Tencionou alguma vez a China invadir a Índia? Não, nós rechaçamos semelhantes afirmações como caluniosas. E precisamente por isso saudamos calorosamente as medidas tomadas pelo governo da China Popular e consideramos que não houve nenhuma concessão. Não, o governo da República Popular da China manifestou sensatez, compreendeu justamente a situação e se esforçou em evitar um conflito militar e normalizar a situação.

O fato de que haja pessoas q

foga na fronteira indo-chinesa confirma que ambas as partes reconheceram que os problemas em litígio devem ser resolvidos não através de medidas militares, mas pacificamente, através de conversações numa mesa-redonda.

E isto é justo. As conversações mais difíceis são melhores do que a guerra.

Desejamos ardentemente que as duas grandes potências, a China Popular e a Índia, restabeleçam plenamente e fortaleçam sua antiga e tradicional amizade.

Desejo expor brevemente como caminham as relações da União Soviética com os Estados vizinhos. Das relações amistosas e fraternais com os países do campo socialista já se falou. Está claro que a União Soviética deseja manter boas relações com outros Estados vizinhos.

Caminham bem nossos negócios com a Finlândia. Apreciamos altamente a política independente e pacífica do governo finlandês e a grande contribuição do presidente Kekkonen, nosso amigo, para a prática dessa política, e estamos certos de que as relações políticas, econômicas, comerciais e culturais da União Soviética com a Finlândia continuaram se desenvolvendo e fortalecendo no futuro para o bem dos povos de ambos países.

O governo soviético aprecia altamente a política amistosa do governo afgão, presidido pelo primeiro-ministro Daud.

Mantivemos este ano uma entrevista bastante proveitosa com o rei do Afeganistão, Muhammed Zahir Shah, que fortaleceu ainda mais as relações de boa vizinhança entre nossos países.

Observou-se certo progresso na melhoria das relações com o Irã. Ultimamente conseguimos liquidar muitas questões que impediam a marcha das relações normais entre a União Soviética e o Irã. Valorizamos a obrigação contraída pelo governo iraniano de não conceder a nenhum Estado estrangeiro o direito de manter bases de foguetes de todos os tipos em território do Irã e de não permitir que este país seja utilizado para a agressão contra a União Soviética. É verdade que ainda permanecem por resolver algumas questões para a aproximação entre nossos países, mas temos a esperança de que o bom comércio continuará se desenvolvendo no futuro.

Queremos viver em amizade com o povo turco e fazer todo o necessário para que o Mar Negro não nos separe, mas que nos una. Isto seria útil para a União Soviética e também para a Turquia. O governo turco declara que deseja melhorar estas relações. Esperamos que essas declarações sejam confirmadas com passos reais e então as relações entre a URSS e a Turquia serão amistosas. Existe uma base para isso, a que foi colocada por Vladimir Ilich Lenin e Kemal Atatürk.

As nossas relações comerciais com o Japão não se desenvolvem mal, mas ainda não foi resolvida uma questão primordial: a conclusão do tratado de paz. A julgar pelo que ocorre o governo japonês ainda não tem a independência necessária para resolver esta questão. Tropas americanas ainda continuam naquela país e o povo japonês luta pela conquista da independência plena do seu país.

A Noruega é também um nosso vizinho. Nossa fronteira é pequena, mas desejamos que as relações entre nossos países fossem proporcionalmente e inverso do tamanho delas.

Deve-se dizer que os cabecilhas da OTAN fazem todo o possível para impedir que a Noruega se oriente para a melhoria das relações soviético-norueguesas.

Camaradas deputados!

Desejo deter-me mais detalhadamente no exame das relações do nosso país com a República Popular Federativa Jugoslava. Sabeis que as

amizades dos povos de nossos países têm suas raízes no passado distante.

Na Segunda Guerra Mundial as relações fraternais dos povos de nossos países foram seladas com sangue na luta contra o inimigo comum.

Dirigidos por seu Partido Comunista e pelo camarada Tito, os povos da Jugoslávia fizeram milagres de valentia na luta contra os invasores fascistas e deram uma grande contribuição para a derrota da Alemanha hitlerista.

É de lamentar que as relações amistosas entre a União Soviética e a Jugoslávia pioraram logo depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Não falarei das causas que deram lugar ao pioramento dessas relações. Como se sabe, os camaradas jugoslavos consideram que a culpa de tudo recai inteiramente sobre Stalin. Stalin, em seu tempo, acusa disso os jugoslavos. Nós temos nossa idéia concreta a esse respeito. Dissemos e repetimos novamente que a parte principal da culpa pelo pioramento das relações soviético-jugoslavos é de Stalin, que permitiu arbitrariedades grosseiras e injustificadas contra a Jugoslávia. Mas não seríamos completamente sinceros se não dissessemos que os camaradas jugoslavos têm também sua parte de responsabilidade na modificação que se verificou então nas relações entre nossos países e partidos.

Assim foi no passado. Mas nós comunistas devemos olhar para a frente, para o futuro de nossos povos.

No momento atual nossas relações com a Jugoslávia são boas. Encontra-se atualmente em nosso país, passando uma temporada de férias, o camarada Tito e os camaradas Rankovic, Veselinov e outros estadistas que os acompanham, a convite nosso. Acolhemo-os como amigos e mantivemos com eles várias entrevistas proveitosas, que contribuíram para uma melhor compreensão entre nós. Vemos que os dirigentes jugoslavos, da mesma forma que nós, se esforçam para liquidar as divergências existentes e melhorar as relações com o nosso país. Devo dizer que confirmou-se mais uma vez que, em numerosos problemas internacionais, em muitas questões que afetam as relações estatais e econômicas, temos idêntica compreensão e ponto de vista. Os dirigentes jugoslavos e nós estamos convencidos que o desenvolvimento das relações entre a União Soviética e a Jugoslávia interessa a nossos países e também ao fortalecimento das forças que lutam pela paz, a democracia, o socialismo e o comunismo.

Mas, na que se refere a nossa posição a propósito das relações com a Liga dos Comunistas da Jugoslávia, ela é determinada inteiramente pela linha política traçada pelos XX e XXII Congressos do PCUS. Esta política tende a fortalecer a unidade entre o PCUS e todos os partidos irmãos, a coesão de todas as forças da frente antiimperialista.

Em determinada época os jugoslavos nos insultaram e nós tampouco ficamos atrás. Hoje, tanto nós como os comunistas jugoslavos nos orientamos no sentido de melhorar nossas relações. Não se pode dizer que foram liquidadas todas as coisas acumuladas e as dificuldades que prejudicaram as relações entre o PCUS e a Liga dos Comunistas da Jugoslávia. Houve e existem ainda divergências importantes sobre diferentes questões ideológicas que se refletem no Programa da Liga dos Comunistas da Jugoslávia; como assinou a Declaração da Conferência dos partidos irmãos. Mas, de nossa parte estamos dispostos a fazer tudo o que for necessário para vencer estas divergências.

Isso não depende só de nós, mas também da posição da Liga dos Comunistas da Jugoslávia e da sua direção. Estamos convencidos que o restabelecimento e a consolidação da unidade da Liga dos Comunistas da

Jugoslávia com todos os partidos irmãos sobre questões ideológicas, é base do marxismo-leninismo, responderia aos interesses de ambos partidos e do movimento comunista internacional.

Nós comunistas devemos ter em conta como caminha o processo histórico, como se desenvolve na prática a luta pelo socialismo em diferentes países. Hoje já há muitos países da Europa e da Ásia que caminham para a estruturação da sociedade socialista. É claro que cada Partido Comunista nesses países aspira a aplicar criadoramente os princípios marxista-leninistas nas condições históricas, geográficas e outras do seu país, e sobre essa base dirige os povos na construção do socialismo e do comunismo. É compreensível que entre nós não pode haver uma coincidência completa na compreensão de todas as questões que surgem diante de um ou outro Partido Comunista ou operário na luta pela edificação da nova sociedade. Não está excluída a interpretação diferente de questões concretas da edificação do socialismo, diferentes formas de abordar uma ou outra questão. Assim sucede na prática e, pelo visto, assim será no futuro quando outros povos caminham para o socialismo.

Por isso seria incorreto e injusto elaborar um padrão e mantê-lo para as relações com outros países socialistas, seria um erro condenar como renegados todos os que não aceitarem esse padrão. Será que num caso desses deve-se lutar para excluir um Partido Comunista das fileiras do nosso movimento? Será que se pode ignorar que o povo desse país contrai a sociedade socialista? Ou será que se deve fechar os olhos à existência desse povo e lutar contra ele? Agir dessa maneira significaria copiar as leis ferozes do mundo capitalista e transportá-las para as relações entre os partidos comunistas e as países socialistas.

Precisamente essa moral feroz é que nos propõem seguir os sectários e divisionistas albaneses nas relações com a Jugoslávia. Estão dispostos, literalmente, a morder os comunistas jugoslavos pelas seus erros, não obstante o fato de que se afastam do marxismo muito mais do que aqueles que eles acusam. Lutamos para melhorar o futuro da humanidade, pelo comunismo, onde se pratica uma autêntica fraternidade dos povos da Terra. Estamos profundamente convencidos de que com a vitória completa do comunismo no futuro, como ensinava Lenin, não haverá fronteiras estatais como as que atualmente dividem e separam os povos, desaparecerá completamente o isolamento nacional e os povos se fundirão numa única família fraterna.

Tendo em vista esse objetivo grandioso devemos fazer tudo o que devemos de nossa parte para liquidar as divergências que surgiram entre os comunistas de diferentes países. Nosso dever é ajudar os partidos que cometeram erros e desvios das normas do movimento operário revolucionário mundial, do marxismo-leninismo, e compreender seus erros e corrigi-los para ocupar o posto digno na família de todos os partidos irmãos.

Deve-se dizer que as passadas dos últimos tempos pelos comunistas jugoslavos e seus líderes, tanto na que se refere à política interna como à externa, liquidaram muita do que considerávamos errado e prejudicial para a edificação do socialismo na Jugoslávia. Isso está refletido em várias resoluções adotadas pela Liga dos Comunistas da Jugoslávia e nos discursos pronunciados pelos camaradas Tito, Rankovic e outros dirigentes jugoslavos. Mas se até agora não temos uma idéia comum sobre algumas questões, isso não significa que devemos estruturar nossas relações partindo dessas divergências, que devemos fechar os olhos aos passos dados pelos comunistas da Jugoslávia para lograr uma aproxima-

ção e unidade com o movimento comunista internacional. Isso seria uma política dirigida no sentido da desunião e não para a unidade. Mais injusto seria se transferíssemos essas divergências que ainda existem para as relações entre os Estados. Pelo contrário, o fortalecimento e o desenvolvimento das relações econômicas, das relações estatais e sociais entre nossos países criam um terreno favorável para a aproximação de posições sobre problemas ideológicos.

Os sectários e dogmáticos albaneses tentam por todos os meios e forçam para impedir a melhoria das relações entre os países socialistas e a Iugoslávia. Gritaram especialmente quando os camaradas Tito, Rankovic, Veselinov e outros dirigentes iugoslavos vieram à URSS. Aos divisionistas albaneses não agrada que tenhamos recebido fraternalmente os camaradas iugoslavos.

Dizem-nos que é reprovável manter boas relações estatais e econômicas com a Iugoslávia até que não sejam superadas certas divergências ideológicas com ela. E isso afirmam os que se intitulam marxistas-leninistas! Mas isso é simplesmente absurdo. Inclusive os imperialistas procuram superar e resolver suas contradições para sobreviver na luta contra as forças ofensivas do movimento comunista, operário e de libertação nacional.

Fortalecem febrilmente e ampliam agora a união dos países do «mercado comum», não obstante as contradições existentes entre os Estados que dele participam. Entre nós, em nosso campo há pessoas que querem desunir nossas forças. Isso não tem nada que ver com nossa política marxista-leninista.

Há os que afirmam que a Iugoslávia não é um país socialista. E, permitam-me perguntar, o que é esse país? Para responder a essa pergunta deve-se partir da doutrina marxista-leninista, de uma análise objetiva do desenvolvimento social do país e do caráter do seu regime social e político. Nisto não se pode permitir o subjetivismo. Não se pode pensar que alguém, da mesma forma que Buda, ignorando os fatos, pode ditar a verdade e estabelecer que país é socialista e qual não é. Neste caso é preciso conhecer o marxismo-leninismo e saber analisar profundamente a realidade.

Sabe-se que na Iugoslávia, há muito tempo desapareceram os latifundiários e os capitalistas, não existe capital privado, empresas privadas ou propriedades dos latifundiários e bancos privados. Vemos também que os comunistas iugoslavos e seus dirigentes envidam seus esforços para o fomento da economia e fortalecer as conquistas do socialismo. Por isso, se parte das leis objetivas, do marxismo-leninismo, não se pode negar que a Iugoslávia é um país socialista. Agora há base para desenvolver no futuro as relações entre nossos países.

A União Soviética fiel à política de amizade com todos os povos, faz e fará todo o necessário para fortalecer a unidade das forças que lutam pela paz e pelo progresso social. E se algumas pessoas atacam essa política, isso só vem mostrar que não manifestam um interesse autêntico pelo fortalecimento das fileiras do movimento comunista e da coesão de todas as nossas forças.

Os dirigentes do Partido Albanês do Trabalho ultrapassaram todas as fronteiras em seus furiosos ataques contra o PCUS e o movimento comunista internacional. Em seus intentos de caluniar a política traçada pelo XX Congresso de nosso Partido, os dirigentes albaneses tratam de restabelecer o culto à personalidade de Stálin. Tenta-se restabelecer a atmosfera insana existente no movimento comunista durante a época do culto à personalidade.

Nosso partido criticou decidida e agudamente os erros e os abusos de Stálin, não negando, entretanto,

os seus méritos no Partido e no movimento comunista. Fizemos isso não só porque é uma verdade histórica, mas também para criar todas as garantias necessárias contra a repetição de algo semelhante no futuro, cujo perigo foi oportunamente assinalado por Lênin.

Procedemos assim não só no interesse de nosso partido e de nosso povo, mas também para o benefício de todo o movimento comunista internacional, em nome da luta pela vitória do socialismo em todo o mundo. Nosso Partido estava seguro que outros marxistas-leninistas tirariam lições necessárias da experiência de luta do PCUS contra o culto à personalidade e suas perniciosas consequências.

E não nos equivocamos. A política leninista traçada pelo XX Congresso de nosso Partido foi aprovada por todos os partidos marxistas-leninistas. Ajudou a elaborar uma linha comum no movimento comunista internacional que respondeu às tarefas contemporâneas da luta pela paz, pela democracia e pelo socialismo.

Agora os dirigentes albaneses estão aferrados ao que há de mais negativo na atividade de Stálin, a todas as características de seu desvio do marxismo-leninismo. O que mais os atrai, são os métodos de repressão e de grosseira pressão administrativa empregados por Stálin, alheios ao próprio espírito do Estado socialista. Querem ser os suportes do movimento comunista internacional e defensores infalíveis do marxismo-leninismo. Por isso os esforços não são vão. Lembrem-se que na conhecida fábula, a rã que desejava ser do mesmo tamanho que um boi. Todos sabem como terminou, a rã estourou e dela só restou uma mancha.

A ideologia antileninista do culto à personalidade é a base de toda a linha viciada dos dirigentes albaneses. Usam de todos os meios para manter na Albânia uma situação em que se possa violar sem controle, e impunemente, todas as normas do partido e do Estado em benefício de seus interesses pessoais.

Hoxa e Snehu sabem que não poderiam manter-se no poder, se debilitassem o sistema de repressões e perseguições. O povo não aguentaria sua direção, pois as suas mãos estão tintas com o sangue dos melhores filhos do Partido Albanês do Trabalho.

Os dirigentes albaneses romperam com o marxismo-leninismo e se enlameiam cada vez mais no pântano do oportunismo esquerdista, do divisionismo e do sectarismo. Os dirigentes do Partido Albanês do Trabalho elevaram suas concepções antileninistas à categoria de política estatal do país. Realizam uma política externa isolacionista e aventureira, recusam-se a colaborar no campo internacional com outros países socialistas, estorvando todos os seus esforços pendentes.

Sabe-se que na Declaração dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários de 1960 está assinalado que o principal perigo no movimento comunista é o revisionismo e destaca-se ao mesmo tempo que é necessário lutar resolutamente contra o oportunismo de esquerda, contra o sectarismo e o dogmatismo. Consideramos que estes princípios continuam sendo justos. Nosso partido lutou, luta e lutará contra o revisionismo, como também contra o dogmatismo e o sectarismo. A Conferência dos partidos irmãos advertiu que o sectarismo e o dogmatismo, se não se luta consequentemente contra eles, podem se transformar no perigo principal numa ou noutra etapa do desenvolvimento de alguns partidos.

Os acontecimentos que se verificaram no movimento comunista depois da aprovação da Declaração mostraram toda a clarividência dessa conclusão.

Algumas pessoas, repetindo as teses justas da Declaração da Conferência dos Partidos Comunistas e Operá-

rios, acentuam unilateralmente apenas o perigo do revisionismo e assinalam oportunamente e revisionismo iugoslavo. Mas as coisas devem ser examinadas concretamente. Na crise que atravessamos em relação a Cuba, os comunistas iugoslavos ocuparam e mantiveram uma posição justa, e os dogmáticos, que querem se fazer passar por marxistas-leninistas autênticos, portaram-se como provocadores. Por isso não se pode, sem uma análise marxista, repetir a tese uma vez escrita e interpretá-la de forma unilateral. A crise em torno de Cuba mostrou precisamente que o perigo principal era representado pelos que mantinham e mantêm uma posição dogmática.

Os oportunistas de esquerda e sectários atuais, cujos representantes mais expressivos são os dirigentes albaneses, encobrem com uma fraseologia pseudo-revolucionária e tonitroante sua luta contra a política leninista de paz e de coexistência pacífica. Como se diz, já caíram nas posições trotskistas. Não é difícil ver que essa política solapa a unidade das forças que lutam contra o imperialismo e favorece os círculos imperialistas mais agressivos das potências ocidentais, ajudando seus propósitos anticomunistas.

Essa política esquerdista e dogmática foi qualificada merecidamente nos congressos dos partidos comunistas e operários da Bulgária, Hungria, Tchecoslováquia e Itália. Os representantes dos partidos irmãos, nos discursos pronunciados nesses congressos, desmascararam e condenaram com toda essa política provocadora.

Se se examina bem a conduta desses fanfarrões e dogmáticos esquerdistas, pode-se observar facilmente que sua valentia afetada não passa de medo ante o imperialismo, desconfiança na possibilidade de vencer o regime capitalista na emulação econômica pacífica. Trata-se pois de um traço característico da insegurança e da vacilação pequeno-burguesa implacavelmente desmascarada e ridicularizada por Lênin. Ele dizia a semelhantes fanfarrões: «Sois uma arma de provocação imperialista por vosso papel objetivo. E vossa «psicologia» subjetiva é a de um pequeno-burguês ensoberbecido e presumido, mas que sente perfeitamente que o proletário tem razão...»

Com que tino e agudez Lênin o disse! Parece que tinha em mira os fanfarrões albaneses de hoje.

Há 40 anos Lênin assinalou perspicazmente o grave perigo que representa para o movimento comunista o oportunismo de esquerda. Dizia que se o doutrinarismo esquerdista naquele período podia ser qualificado de «doença infantil» no comunismo era só porque, na época, era uma corrente completamente nova, que acabava de nascer.

Uma das consequências negativas do culto à personalidade no movimento comunista internacional foi a difusão de pontos de vista esquerdistas sectários e dogmáticos, origem de grave dano à grandiosa luta pelo socialismo e causa de debilidade da influência do marxismo-leninismo nas amplas massas populares.

Como advertia Lênin, a subestimação da luta contra o oportunismo de esquerda conduz a que a doença fica descurada e há muito deixou de ser infantil. As peculiaridades do movimento comunista em nossa época, na qual os povos dos países com diferente nível econômico e social marcham para o socialismo, criam condições favoráveis para a difusão do comunismo esquerdista, que sempre encontrou terreno propício na instabilidade, na vacilação de um extremo ao outro dos representantes típicos da pequena burguesia.

A doença sectária do esquerdismo alimenta-se no nacionalismo e, por sua vez, dá a ele alimento. E' particularmente intolável quando se manifesta num partido que se encontra no poder, de cuja política depende muito a sorte do povo. É perigosa, põe

que se dirija contra a linha do movimento comunista em questões tão importantes como a guerra e a paz que afetam a sorte de todo o gênero humano.

Não é possível negar que por essas causas o oportunismo esquerdista, o dogmatismo e o sectarismo são um perigo cada vez maior no movimento comunista internacional. Não ver isto significa ter medo de encarar de frente os fatos, isolar-se da realidade não compreender toda a responsabilidade que têm atualmente os marxistas-leninistas.

Os comunistas soviéticos, para os quais a unidade do movimento comunista internacional está acima de tudo, lutarão resolutamente tanto contra o oportunismo de direita como o de esquerda, que naturalmente não é menos perigoso que o revisionismo.

Camaradas deputados: Demos uma olhada por nosso planeta. Não só a partir do cosmos, mas sim a partir daqui, desde a terra firme, ante nós abre-se um quadro magnífico e alentador. A humanidade marcha a passos gigantes para o progresso. Entrechocam-se e são derrubados os cimentos do velho mundo, do mundo da opressão, da mentira e da injustiça. De ano para ano, fortalece-se o novo mundo, que significa a primavera da humanidade.

Os povos da comunidade socialista de Estados multiplicam de ano a ano seus êxitos na edificação de uma nova vida. O trabalho pacífico de nossos povos, suas vitórias na ciência e na cultura, sua irmandade e ajuda mútua servem de exemplo alentador para milhões de pessoas que arrebetaram as cadeias da opressão colonial ou que ainda lutam pela libertação nacional, para os trabalhadores dos países capitalistas. Uma tormenta verdadeiramente grandiosa e purificadora açoita o nosso planeta.

Os princípios leninistas da coexistência pacífica são a linha geral de nossa política exterior, são a bandeira de todos os Estados socialistas e o objetivo desejado de todos os povos. Que a razão vença a insensatez e que o método das conversações para a solução dos problemas litigiosos da vida internacional substitua para sempre o perigoso método da «prova de forças»! Os homens podem e devem ganhar de uma vez para sempre a tranquilidade e não temer que o dia de amanhã lhes possa trazer um conflito termonuclear. A humanidade quer edificar seu futuro não sobre ruínas, sobre escombros fumegantes, mas sobre o fundamento material criado pelo trabalho de muitas gerações.

Por isto conclamamos os povos a intensificar suas ações em defesa da paz, a reforçar a luta contra os instigadores de guerra imperialistas. Os povos constituem uma grande força na luta pela paz e devem dizer sua palavra decisiva.

Naturalmente que a União Soviética vê-se obrigada a levar em conta a situação real das coisas, com a política concreta, especialmente no domínio militar, que as potências ocidentais praticam. Enquanto os círculos belicistas do Ocidente continuarem opondo obstáculos à conclusão do tratado de desarmamento geral e completo, enquanto no Ocidente continuarem brandindo as armas e prosseguirem na corrida armamentista, nós soviéticos devemos ter a pólvora seca e preocupar-nos com o fortalecimento de nossa defesa, e estar prontos para responder devidamente a qualquer agressor que se atreva a violar nosso trabalho pacífico. Temos tudo o que é necessário para nos defendermos e defender nossos amigos dos atentados agressivos dos imperialistas.

Nosso país, em pleno apogeu de suas forças, contando com o respeito dos trabalhadores de todo o mundo, marcha com passo seguro para o seu futuro, que é o comunismo. Não poupemos nossas forças e energias para alcançar esta meta luminosa.